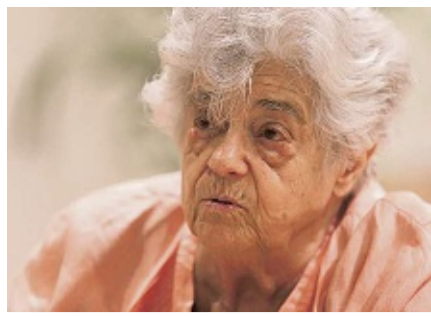


Niède Guidon

A arqueóloga, responsável pela criação do Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), morreu ontem, aos 92 anos **A5**



Infraestrutura

TCU aprova acordo que pode manter a RIOgaleão na administração do Aeroporto Internacional Tom Jobim **A6**



Celulares

Indústria aposta em produtos mais avançados. 'Brasileiro é apaixonado por novidades', diz Vidigal, da Motorola **B7**

Quinta-feira, 5 de junho de 2025
Ano 26 | Número 6267 | R\$ 7,00

www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

25 ANOS

Fazenda e MME divergem sobre receita extra com petróleo

Jéssica Sant'Ana e Rafael Bitencourt
De Brasília

A equipe econômica e o Ministério de Minas e Energia (MME) divergem sobre o uso da receita que será gerada com o leilão de áreas não contratadas do pré-sal e outras medidas de cunho regulatório que seriam adotadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para aumentar a arrecadação federal, apurou o Valor. Essas iniciativas, segundo técnicos do MME, poderiam gerar R\$ 20,25 bilhões ainda em 2025 e mais R\$ 15 bilhões em 2026, substituindo o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Já o Ministério da Fazenda quer usar a receita extra para flexibilizar o contingenciamento de recursos do Orçamento até o fim do ano — atualmente de R\$ 20,7 bilhões. A decisão ainda não foi tomada. Procurados, os ministérios não se manifestaram. **Página A5**

Desaprovação ao governo Lula é de 57%, diz pesquisa

Joelmir Tavares
De São Paulo

A desaprovação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou em maio a 57%, maior índice desde o início de seu 3º mandato, segundo pesquisa Genial/Quaest. Em março, o percentual era de 56%. A aprovação ficou em 40%, ante 41% no levantamento anterior, que tinha sido o pior da série histórica. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Foram ouvidas 2.004 pessoas, já sob o impacto do escândalo das fraudes em aposentadorias do INSS. O resultado indica que o governo não conseguiu se descolar do caso — 31% disseram achar que o principal responsável pelos desvios é o governo Lula, e 14%, que foi o próprio INSS. No recorte por regiões, Lula só tem aprovação maior que reprovação no Nordeste, com 54% favoráveis a seu governo e 44% contrários. **Página A12**

Dependência do Executivo ao Legislativo tende a aumentar

Maria Clara do Prado **A19**



Indicadores

Ibovespa	4/jun/25	-0,40%	R\$ 22,2 bi
Selic (meta)	4/jun/25	14,75%	ao ano
Selic (taxa efetiva)	4/jun/25	14,65%	ao ano
Dólar comercial (BC)	4/jun/25	5,6326/5,6332	
Dólar comercial (mercado)	4/jun/25	5,6441/5,6447	
Dólar turismo (mercado)	4/jun/25	5,6830/5,8630	
Euro comercial (BC)	4/jun/25	6,4336/6,4354	
Euro comercial (mercado)	4/jun/25	6,4406/6,4412	
Euro turismo (mercado)	4/jun/25	6,5344/6,7144	



Gastos de Estados e municípios crescem a um ritmo bem superior aos da União

Contas públicas A média trimestral das despesas primárias dos governos regionais cresceu 26,4%, descontada a inflação, entre 2019 e 2024; na União, alta foi de 5%

Marta Watanabe
De São Paulo

Os gastos não financeiros de Estados e municípios cresceram em ritmo muito superior aos da União nos últimos cinco anos e já superaram os dispêndios federais. De 2019 a 2024, a média trimestral das despesas primárias (excluídos juros) da União aumentou 5%, passando de R\$ 484 bilhões para R\$ 508,2 bilhões, descontada a inflação. No mesmo período, os gastos primários de Estados e municípios, que foram de R\$ 510,3 bilhões na média tri-

mestral de 2019, saltaram para R\$ 645 bilhões em 2024, uma alta de 26,4% acima da inflação, conforme cálculos de Manoel Pires e Bráulio Borges, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

A alta dos gastos de Estados e municípios vem sendo sustentada principalmente pelo aumento nas transferências da União. Está em curso "uma descentralização fiscal silenciosa", segundo Pires. Esse processo tem contribuído para uma deterioração do resultado primário da União e para descoordenação entre a política fiscal

e monetária e entre as políticas públicas federais e dos governos regionais, segundo os economistas do Ibre. Nas contas de Borges, o impulso fiscal dos gastos dos governos regionais chegou em 2024 a R\$ 194 bilhões, equivalente a quase metade dos R\$ 406 bilhões da variação real do PIB de 2023 para 2024. Já o impulso fiscal da União foi de R\$ 31 bilhões.

Foram considerados entre os gastos regionais não somente as transferências constitucionais da União, de repartição de receita — Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Mu-

nicipios (FPM) e repasses do IPI —, como também valores que, apesar de integrarem as despesas primárias da União, são repasses de recursos a Estados e municípios, entre eles o Fundeb (o fundo para a educação básica), as emendas Pix e o Fundo Constitucional para o Distrito Federal. Segundo Pires, é preciso buscar um processo de descentralização fiscal com aumento da cooperação federativa, ampliação da supervisão federal e fortalecimento dos órgãos de controle, criando fundos de poupança para fazer com que os Estados fiquem menos sujeitos a crises. **Página A4**

Radare de oportunidades



A israelense ICL tem ajudado a consolidar um dos segmentos mais pulverizados da indústria de insumos agrícolas, o de especialidades. A

compra mais recente no país, a da Nitro 1000, marcou sua estreia no ramo de bioinsumos, e a companhia segue em busca de novos negócios.

"Mas também queremos explorar melhor o portfólio que já temos", diz o presidente da ICL na América do Sul, Alfredo Kober. **Página B9**

Empresas brasileiras voltam a olhar para Argentina

Adriana Peraita e Beatriz Kawai
De São Paulo

Empresas brasileiras de diferentes segmentos voltam a apostar no mercado argentino, animadas com a recuperação da economia do país sob o governo do presidente Javier Milei. A CVC, de turismo, qua-

se dobrou seus investimentos no país neste ano, para R\$ 25 milhões. A Kepler Weber, que produz silos, espera quadruplicar o faturamento no país vizinho — entre 2021 e 2023, a empresa não registrou nenhuma venda em solo argentino.

A Marcopolo, fabricante de carrocerias para ônibus e veterana na Argentina, onde

está desde 1998, voltou a lucrar no país no ano passado, R\$ 75,7 milhões — o último resultado positivo havia sido em 2017, de R\$ 16,8 milhões. Eduardo Willrich, gerente de RI da companhia, diz que as perspectivas em relação ao mercado argentino continuam positivas, após os resultados favoráveis do 1º trimestre. **Página B4**

Tesouro capta US\$ 2,75 bi no mercado externo

Rita Azevedo, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De São Paulo e Brasília

O Tesouro Nacional captou ontem US\$ 2,75 bilhões por meio da emissão de bônus, em sua segunda incursão no mercado internacional no ano. A Gerdau aproveitou as condições favoráveis e levantou US\$ 650 milhões. O montante captado por emissores brasileiros soma US\$ 15,6 bilhões em 2025 até agora — em 2024, foram US\$ 21 bilhões. A demanda pelos bônus soberanos alcançou cerca de US\$ 10 bilhões. Com isso, os papéis saíram com taxas inferiores ao originalmente previsto. **Página C1**

Meio ambiente



A elaboração do Plano Clima brasileiro, em suas duas vertentes — adaptação e mitigação —, trouxe ganhos qualitativos à administração federal, afirma Aloisio Lopes Pereira de Melo,

novo secretário nacional de Mudança do Clima. "São vários ministérios falando a linguagem do clima e de adaptação. Estamos vivendo em um novo contexto." **Página A2**

Pix Automático vai facilitar pagamento de conta frequente

Álvaro Campos e Lais Godinho
De São Paulo

O Pix Automático deve facilitar a vida de estimados 60 milhões de brasileiros que não possuem cartão de crédito e tinham dificuldade para pagar por um serviço como o de "streaming". A nova modalidade do Pix, que começa a funcionar no dia 16, é uma alternativa ao débito automático, permitindo o pagamento recorrente de contas como água, energia e condomínio.

O diretor de organização do sistema financeiro e de resolução do Banco Central, Renato Gomes, disse ontem, no lançamento da ferramenta, que o Pix Automático também terá impacto para as empresas. Isso porque, atualmente, só aquelas de maior porte fazem acordo com bancos para oferecer o débito automático. "O Pix Automático vai permitir que as empresas menores tenham acesso a esse serviço." Ele afirmou que a ferramenta tende a contribuir para a redução da inadimplência, já que os clientes não vão mais esquecer o pagamento de contas. **Página C8**

JHSF
SURPREENDENTE

CRIADO DENTRO DOS MAIS ALTOS STANDARDS DE SEGURANÇA E QUALIDADE

SÃO PAULO catarina
aeroporto executivo internacional

Brasil

A 'terceira via' proposta por Macron e o Mercosul



Assis Moreira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita hoje a França logo depois de o presidente Emmanuel Macron ter proposto uma "terceira via" entre a China e os EUA com Donald Trump.

Em meio às enormes turbulências geopolíticas, essa "terceira via" foi destacada por Macron durante sua movimentada turnê pelo Sudeste da Ásia na semana passada. Tem ecos da conferência de Bandung há 70 anos, quando sobretudo países asiáticos e africanos começaram a constituir o Movimento de Países Não Alinhados, e de um discurso do general De Gaulle no Camboja em 1966.

Macron reconhece que o tempo para não alinhamento sem dúvida passou, mas que é momento para "coalizão de ação" de países que "navegarão pelos mares tempestuosos do comércio e protegerão os bens comuns da natureza e do clima, determinados a não ceder aos caprichos ou à ganância de outros", e que tentarão não ser intimidados.

Para o presidente francês, o principal risco hoje é o risco de divisão do mundo e de uma divisão entre as duas

superpotências, Estados Unidos e China, e instruções dadas a todos os outros de terem que escolher o seu lado.

Isso ameaça acabar com a ordem global e destruir metodicamente todas as instituições criadas após a Segunda Guerra Mundial para preservar a paz e cooperar com relação à saúde, ao clima, aos direitos humanos e assim por diante, reconheceu o líder francês.

A sensação também de erosão de alianças de longa data e compromissos que podem não ser mais sólidos está dando início a uma nova instabilidade na cena internacional. "Vemos isso todos os dias", lamentou o presidente francês.

No cenário atual de múltiplas crises, interligadas, a época é para convergências, cooperações cruzadas, mais do que para formação de blocos, na sua visão.

Mas rejeitou "dois pesos, duas medidas" que justificaria, por exemplo, para alguns países uma percepção de equidistância entre Ucrânia e Rússia. "Se considerarmos que a Rússia poderia tomar parte do território da Ucrânia sem qualquer restrição, sem qualquer constrangimento, sem qualquer reação da ordem global, como você diria o que poderia acontecer

em Taiwan? O que você faria no dia em que algo acontecesse nas Filipinas? O que está em jogo na Ucrânia é a nossa credibilidade comum para termos certeza de que ainda somos capazes de preservar a integridade territorial e a soberania do povo", afirmou.

Macron insistiu na Ásia que a região e a Europa têm desafios comuns e podem ter respostas comuns. "Temos um desafio de países revisionistas que querem impor, sob o nome de esferas de influência, na realidade, esferas de coerção; países que querem controlar áreas desde a periferia da Europa até os arquipélagos no Mar do Sul da China, excluindo os parceiros regionais, alheios ao direito internacional; países que querem se apropriar de recursos, sejam eles pesqueiros, sejam eles minerais, e arrastar outros em seu benefício; países que querem impor aos países livres suas escolhas de política externa ou prejudicar suas alianças", afirmou ele.

Assim, "em um momento em que a rivalidade entre a China e os Estados Unidos pela liderança global pode criar limitações e um efeito colateral para cada um dos nós, sem que queiramos ou sequer possamos imaginar entregar nossos interesses a um ou a outro, como

reagir?", indagou ele.

A França, respondeu Macron, é amiga e aliada dos Estados Unidos e é amiga e coopera, mesmo que às vezes discorde e concorra, com a China. E pretende continuar assim. E considera essencial a autonomia estratégica. Significa querer cooperar, "mas não receber instruções diárias sobre o que é permitido, o que não é permitido e como nossa vida mudará por causa da decisão de uma única pessoa". Macron insistiu com os asiáticos que uma terceira via possível não é nem submissão nem confrontação com a China, mas a vontade de preservar soberania e um mundo que respeita as regras internacionais.

A forma concreta para cumprir a agenda da autonomia estratégica entre Europa e Ásia, e certamente com outras regiões, seria, na visão francesa, criar novas coalizões, novos acordos e como redefinir uma nova ordem baseada em regras. A Europa quer ampliar substancialmente os acordos com a Ásia. As regras, disse Macron, devem continuar sendo a inviolabilidade das fronteiras, o respeito à soberania, a recusa em usar a força como meio de dominação e cultivar um espírito de independência e um desejo de cooperação.

Para Macron, a "coalizão de ação" se impõe: "Não podemos simplesmente ficar sentados e dizer: 'Tudo bem, não há mais OMC, o que faremos com as tarifas?' Não temos tanta certeza de que temos a garantia total da aliança existente; o que faremos? Queremos agir. Nossa responsabilidade compartilhada é garantir que nossos países não sejam vítimas coletivas dos desequilíbrios ligados às escolhas feitas pelas superpotências".

Afora uma parte de nostalgia, de angústia em relação à perda de poder francês no mundo, o discurso do presidente tem uma boa diferença com sua prática. Para reforçar o plano de autonomia estratégica é especialmente importante o acordo com o Mercosul, no qual a Europa ganha mais do que concede. Se Macron fizesse um périplo pela América do Sul, as agendas econômica, comercial e ambiental seriam centrais para equilibrar o jogo da UE com EUA e China na região. Mas a França liderada por Macron justamente não topa o acordo Mercosul-UE que tem negociado todos esses três temas.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente. E-mail assis.moreira@valor.com.br

Ambiente 16 planos setoriais têm metas e prazos claros, mas falta definir o valor do financiamento

Governo finaliza adaptação no Plano Clima

COP30
AMAZÔNIA

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Melhorar o controle e o monitoramento da expansão de doenças sensíveis à mudança do clima no Brasil todo, até 2027. Promover, até 2031, a segurança hídrica em 200 comunidades com alto grau de dificuldade no acesso à água potável. Aumentar a adaptação climática em ao menos 350 municípios prioritários e reduzir, até 2032, o risco de extinção de espécies em, no mínimo, 30%. Recuperar 30 mil hectares de vegetação de restinga, divulgar a lista dos municípios costeiros mais sujeitos à inundação, erosão e elevação do nível do mar até 2026 e instituir a política de combate ao racismo ambiental até 2027.

Tais exemplos estão no amplo cardápio de ações e metas de adaptação à urgência climática do Plano Nacional de Adaptação que vem sendo construído pelo governo desde 2023 e deve ser aprovado até setembro. O outro braço do Plano Clima, o Plano Nacional de Mitigação, também — mas este é bem mais controverso.

A discussão atual na Esplanada, no campo da mitigação, é de como dividir o orçamento de carbono entre sete setores — agricultura e pecuária; uso da terra e florestas; cidades; energia e mineração; indústria; resíduos e transportes. Ditado de outra forma: repartir entre os setores o corte de emissão de gases-estufa entre 59% e 67% (entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO₂) nos próximos dez anos, conforme o compromisso climático brasileiro, a NDC, até 2035, em relação aos níveis de 2025. É fácil entender por que o Plano Nacional de Adaptação está muito mais avançado: ações de adaptação aos eventos climáticos extremos, todos querem.

"Estamos em um momento crítico deste processo, da responsabilidade que tem o governo brasileiro de chegar na COP30, em novembro, se colocando de forma clara e

sólida, na agenda da implementação", diz Aloisio Lopes Pereira de Melo, secretário nacional de Mudança do Clima do Ministério de Meio Ambiente (MMA). Engenheiro agrônomo e servidor de carreira especialista em políticas públicas, assumiu o cargo há um mês, na saída da economista Ana Toni para a direção-executiva da COP30. Implementar ações climáticas é um mote da presidência brasileira da conferência em Belém.

Ainda não está definido quanto dinheiro será preciso para sustentar as ações do Plano Clima, tanto em adaptação como em mitigação. "Estamos consolidando a necessidade de financiamento em adaptação e mitigação e analisando quais os recursos já destinados no Orçamento federal. Ainda, qual o financiamento necessário pelos fundos públicos federais, como BNDES ou Fundo Clima e a necessidade de recursos via fundos multilaterais e privados."

A segunda consulta pública sobre o que é necessário para que o país consiga se adaptar à emergência climática acaba de ser concluída. Foram mais de 4 mil contribuições aos 16 planos setoriais e temáticos. "Temos um pacote de propostas de ação e metas que está sendo processado e que segue para a pauta de aprovação do governo", diz Lopes, em entrevista ao **Valor**. A palavra final será dada pelo Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM), o principal colegiado de governança climática, composto por 23 ministros.

Os 16 planos setoriais em adaptação cobrem um grande universo — agricultura e pecuária; agricultura familiar; biodiversidade; cidades e mobilidade; gestão de riscos e desastres; indústria; energia; transportes; igualdade racial e combate ao racismo; povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; recursos hídricos; saúde; segurança alimentar e nutricional; oceano e zona costeira; e turismo.

"O que isso significa, por exemplo, para o setor de infraestrutura de transportes? Significa, no momento de se fazer projetos de expansão de infraestrutura, conseguir analisar os riscos oriundos dos cenários climáticos", explica.



Aloisio Lopes: "Vivemos uma emergência climática. Temos que ter clima enraizado em agendas públicas perenes"

"É muito diferente do que se faz tradicionalmente, quando se projeta uma rodovia olhando apenas o histórico de enchentes. Pode parecer óbvio, mas não é: tem que se olhar para algo que nunca ocorreu no passado mas pode ocorrer no futuro, simulando um cenário de chuva extrema, por exemplo. E pensar se é melhor para o projeto alterar o trajeto, incorporar estruturas de elevação ou galerias para escoar o excesso de água."

Ele segue: "Aspectos de risco climático incorporados aos projetos. Está se falando para olhar para a probabilidade de eventos climáticos futuros que não ocorreram no

passado. Isso não é nada trivial. É uma mudança metodológica.

Melo diz que o longo processo de elaboração do Plano Clima, nas duas vertentes (mitigação e adaptação) trouxe ganhos qualitativos. "São vários Ministérios falando a linguagem do clima e de adaptação. Registrando que, de fato, estamos vivendo em um novo contexto. O Plano Clima mostra que o clima no Brasil já mudou. Não é mais como era, e vai mudar mais".

Entre 2019 e 2021, Melo foi consultor sênior do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Atuava no financiamento e assistência técnica a países da América Latina e Caribe voltados à integração entre clima e gestão fiscal. Entre 2007 e 2018, esteve na equipe da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Ali se dedicou à elaboração de instrumentos econômicos para políticas ambientais e climáticas, incluindo precificação de carbono. No terceiro governo Lula foi ao MMA.

Melo diz que um grande desafio está na adaptação das cidades. "É

ali que vemos com maior intensidade os impactos de chuva extrema e notamos infraestrutura insuficiente de drenagem ou expansão urbana inadequada sobre áreas de risco. Outro ponto é identificar melhor os riscos e as ações urgentes para se reduzir as ameaças nessas áreas — como investimentos para reduzir deslizamentos."

Aqui entra uma frente nova no Brasil e no mundo, de aplicar soluções baseadas na natureza no espaço urbano. "Significa, para além da canalização de água ou proteção de encostas, ter espaços de absorção de água dada pela vegetação e rios urbanos mais saudáveis. Também criar mais espaços verdes para combater as ondas de calor, que têm impacto na saúde de idosos e crianças. Essa agenda tem força no Plano Clima."

O Fundo Clima, diz Melo, vai destinar recursos para projetos inovadores nas cidades que queiram adotar soluções baseadas na natureza. "Cada um dos 16 planos setoriais tem ações e metas específicas de redução de vulnerabilida-

de. Mas é um desafio, tanto para o Brasil como para o mundo, definir metas nacionais de adaptação. Esse é um tema da COP30."

Se em mitigação os países têm metas nacionais para reduzir a emissão de gases-estufa, em adaptação isso não existe. Existem metas setoriais. "Adaptação é um tema muito mais complexo. Estamos falando de tópicos da agenda social, de populações em áreas de risco, de disponibilidade de água per capita, da garantia de geração de energia elétrica em função da disponibilidade hídrica, tudo isso se ramifica em várias frentes", diz ele. O debate, no processo internacional da COP30, é justamente os indicadores globais de adaptação.

Lançados na COP30, os planos começarão a operar imediatamente. Os prazos vão até 2035 e a ideia é fazer uma revisão a cada dois anos. "Teremos que fazer um balanço para ver o que funciona e o que precisa ser ajustado."

Para que o esforço não seja desmontado em governos futuros, a ideia é incorporar a ação climática nas políticas públicas, nas metodologias, nas regulamentações. "Não se trata de um conjunto de projetos de ações. O plano busca enraizar clima no modo de operar das políticas públicas destes setores. Tem que ser internalizado. Vivemos um contexto de emergência climática. Ela faz parte da realidade. Tem que ser uma agenda de perenidade", diz ele.

Algumas metas do plano são, na agropecuária, ampliar 72,68 milhões de hectares da área de produção, seguindo padrões do Plano ABC+, mas também melhorar os sistemas de seguro dos agricultores diante das perdas. Em infraestrutura de transportes, melhorar os prédios e sistemas da aviação civil, que podem ser afetados pelos riscos climáticos. Na saúde, orientar e preparar o SUS para a nova realidade. No caso de povos indígenas, ampliar o índice de regularização fundiária de Terras Indígenas para 72% até 2027. Para povos e comunidades tradicionais, aumentar em 2.000 o número de territórios de uso tradicional e coletivo formalmente regularizados até 2034.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

3Z Realty **B1**
Agropecuária Locks **B9**
Alcateia **B9**
Alibaba **B8**
Amazon **B8**
Anhanguera **B8**
Apple **B8**
Autoliv **A17**
Avibras **B6**
Avon **B8**
Axioma **B9**
B&Partners **B8**
Banco do Brasil **B2, C2**
Banco John Deere **B9**

Bank of America **C2**
BDMG **C5**
BGC Liquidez **C1**
Biological E. **B3**
Bionexo **B6**
BMO Capital Markets **C2**
BMW **A17**
BNDES **a2, B6**
BorgWarner **A17**
Bradesco **B9**
BRDE **C5**
Brio **B1**
Bristol Myers Squibb **B2**
BTG **B6**

Caixa **B3, B9, C4, C8**
CCCC **A6**
CDI **A6**
Cielo **C8**
Citi **B4**
CM Capital **C2**
CME Group **C2**
CRCC20 **A6**
CVC **B4**
Door **B8**
Ekko **B1**
Eletroniada **B8**
FMS **B1**
Falconi **B2**

Favela Holding **B8**
FIA **B2**
Fictor Alimentos **C8**
FioCruz **B3**
Fiserv **C8**
Ford **A17**
France Assureurs **C5**
Frasle Mobility **B4**
Frente Corretora **C2**
Galápagos **B1**
Galaxias **B8**
Gerda **C1**
Globoplay **C8**
Goldman Sachs **C2**

Google **B8**
Grupo Fleury **B2**
Grupo NC **B1**
Grupo Safra **B9**
Guy Carpenter **C5**
Harvard **B2**
Hospital Infantil Sabará **B6**
Hospital Santa Rita **B6**
Huawei **B8**
IAB Brasil **B8**
Infraero **A6**
IRB (Re) **C5**
Itaú **B6**
Itaú Unibanco **C5**

J.P. Morgan **C2**
JSL **B4**
Kepler Weber **B4**
LCA 4Intelligence **C2**
Lefosse **C8**
LG **B8**
Linx **C8**
LK Law **C8**
Localiza&CO **B2**
Lojas Renner **B4**
LWSA **B2**
Marcopolo **B4**
Massud, Sarcedo e Andrade
Sociedade de Advocacia **A7**

Mercado Livre **B8**
Mercedes-Benz **A17**
MIT Sloan School of Management **B2**
Natura **B4**
Noble Elements **A17**
Nós **B8**
Occam **C1**
Seed **B5**
Setim **B1**
Shopee **B8**
Sicob Credisul **B9**
Siemens **B2**
Prisma Capital **B6**

Qualicorp **B6**
Randoncorp **B4**
RB Investimentos **B4**
RBR **B1**
Rede D'Or **B6**
RIOgaleão **A6**
Santander **C5**
Scor **C5**
Seed **B5**
Setim **B1**
Shopee **B8**
Sicob Credisul **B9**
Siemens **B2**
SLC Agrícola **B2**

Stellantis **B4**
SVN Gestão **C2**
Takeda **B3**
TIM Brasil **B2**
Troster & Associados **B4**
Vale **B4**
Vivo **B8**
Wharton **B2**
Wharton Business School **B2**
Xiaomi **B8**
XP Asset Management **C1**
youjinc **B1**
ZF Friedrichshafen **A17**
ZVEI **A17**

L A N Ç A M E N T O

DOIS · OITO · ZERO MATEUSGROU

VIVA EM UMA
CASA SUSPENSA
NA RUA MAIS
QUERIDA DE
PINHEIROS

APTOS. A
PARTIR DE

200 M²

3 SUÍTES
3 VAGAS
DEMARCADAS

PROJETO ARQUITETÔNICO POR

ARCHITECTS OFFICE

cdlup

ESPETIVA ILUSTRADA DA FACHADA - RUA MATEUS GROU

VISITE O DECORADO: RUA MATEUS GROU, 280 | PINHEIROS

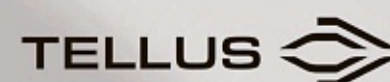
ASSINADO POR MARINA LINHARES



11 3135 7471

280MATEUSGROU.COM.BR

PARTICIPAÇÃO:



REALIZAÇÃO E
INCORPORAÇÃO:



280 MATEUS GROU - TLR10 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Projeto aprovado, conforme Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 34421-23-SP-ALV, publicado em 25/09/2024. Incorporação registrada sob nº 3 da matrícula 175.867 em 03/04/2025 do 10º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, nos termos da Lei Nº 4.591/64. Intermediação: Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários Ltda. Avenida Brasil, 1064 - Jd América - São Paulo/SP - Creci J961. 514 URB NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CRECI/SP 45.332-J.

Brasil

Contas públicas De 2019 a 2024, despesa de Estados e municípios cresce 26,4% em termos reais

Entes regionais superam a União em gasto primário e impulso fiscal

Marta Watanabe
De São Paulo

De 2019 a 2024 a média trimestral dos gastos primários do governo federal aumentou 5%, de R\$ 484 bilhões para R\$ 508,2 bilhões, já descontada a inflação. A despesa primária total de Estados e municípios, que em 2019 tinha média trimestral comparável ao da União, de R\$ 510,3 bilhões, disparou para R\$ 645 bilhões em 2024, com alta real de 26,4%. O impulso fiscal dos gastos dos governos regionais chegou em 2024 a R\$ 194 bilhões, equivalente a praticamente metade dos R\$ 406 bilhões de variação real do PIB de 2023 para 2024. O efeito veio dessincronizado da política fiscal da União, que desacelerou gastos ao longo de 2024, após elevar despesas em 2023.

A alta nos gastos de Estados e municípios vem sendo sustentada principalmente por aumento nas transferências de recursos da União. Uma “descentralização fiscal silenciosa” tem contribuído para deterioração do resultado primário da União e para descoordenação entre a política fiscal e monetária e entre a política pública federal e a dos governos regionais. Os cálculos e análises são de estudo de Manoel Pires e Bráulio Borges, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

“A União pode tentar política fiscal mais neutra em relação ao ciclo ou até meio anticíclica, mas os governos regionais estão gerando estímulo. Isso atrapalha o ponto de rolagem da dívida pública, majoritariamente federal. O equilíbrio macroeconômico é ruim”, diz Borges. “O nível de gastos dos regionais ficou gritante no segundo semestre de 2024, quando a União apresentou medidas de ajuste e seu gasto contraiu. O movimento não foi acompanhado por Estados e municípios”, diz Pires.

Baseado em dados da Secretaria do Tesouro Nacional, o estudo mostra aumento de despesas primárias dos subnacionais em 2020 a partir do segundo semestre de 2021. A despesa primária média trimestral deles sai de R\$ 491 bilhões em 2021 para R\$ 645 bilhões em 2024, com alta de 31,3%. Na União o aumento foi de 13,7%. Sempre com ajuste sazonal e em valores do último trimestre de 2024, pelo deflator do PIB.

A União, compara Pires, elevou gastos em 2020, na pandemia. Isso passou por ajuste. Em 2023 as despesas subiram com a chamada Emenda da Transição (EC 126/22) e, ao fim do ano, houve pagamento extraordinário de precatórios. Em 2024, lembra, a União inicia processo de ajuste e reduz despesas. “Em 2025 esses gastos serão um pouco menores, provavelmente, caminhando para normalização do nível de 2022. Isso não deve acontecer nos Estados e municípios.” Nos regionais, o gasto primário médio trimestral em 2024 cresceu 7,7% ante média de 2023 e o da União caiu 0,1%.

Foram considerados entre os gastos dos regionais não somente as transferências constitucionais da União, de repartição de receita — Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e repasse de IPI —, como também valores que, apesar de integrarem as despesas primárias da União, são repasses de recursos executados por Esta-

dos e municípios. Entre eles, Fundeb, Lei Kandir, emendas Pix, Fundo Constitucional para o Distrito Federal.

Nos gastos dos regionais, Pires destaca os investimentos. Pelo estudo, em 2021 os subnacionais investiram R\$ 29 bilhões na média trimestral. Em 2024 a média quase dobrou, para R\$ 57,6 bilhões. Chegou ao pico de R\$ 63,2 bilhões no segundo trimestre de 2024. O investimento direto da União, livre das transferências, é muito menor, diz Pires. Cresceu de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 9,2 bilhões na média trimestral de 2021 para 2024.

Outro destaque é em “outras despesas”, diz. Esse gasto dos regionais, mostra o estudo, cresceu de média trimestral de R\$ 152,3 bilhões em 2021 para R\$ 216,6 bilhões em 2024, com alta de 42%. Pelo estudo, a despesa de pessoal, que representa cerca de 40% do gasto primário total dos regionais, subiu, mas a taxa menor, de 20,6% em igual período e critério.

“Nos regionais o gasto cresce concentrado em investimento e políticas públicas diretas, principalmente em saúde, educação e segurança pública”, diz. Na União, compara, investimentos e despesas com pessoal não crescem, mas sobre o gasto com Previdência e benefícios assistenciais.

Entre os regionais, salienta Pires, no período mais recente os gastos municipais ultrapassaram os estaduais. “Historicamente, os Estados gastavam mais que os municípios. Quando começa o novo ciclo fiscal em 2021, ambos crescem, mas a partir de 2023 os municípios começam a crescer e sustentam o processo de crescimento.”

“A União entregou quase 1% do PIB de suporte aos regionais em 2020 e a receita própria deles caiu 0,3% do PIB”
Bráulio Borges

Pelo estudo, nos anos 2010 cerca de 55% dos gastos dos governos regionais eram dos Estados. A fatia caiu para 51% em 2022 e para 48% em 2024. Para Borges, é possível que o avanço dos municípios esteja relacionado ao ciclo político, com as eleições de prefeitos em 2024. A elevação do investimento bruto é um indicativo disso. Em 2024, diz, esse gasto nas prefeituras foi 52% maior do que em 2022, já descontada a inflação. Pires ressalta também que há tendência gradual de maior peso dos municípios na federação. Isso se expressa no aumento da cota do FPM ao longo dos últimos anos, além do Fundeb e das emendas Pix.

Com baixa capacidade de endividamento, os regionais dependem da alta de receitas para elevar despesas, explica Pires. A alta de receitas começou na pandemia, quando as transferências federais, dada a incerteza, superaram o necessário, diz. “A União entregou quase 1% do PIB de suporte aos regionais em 2020 e a receita própria deles caiu 0,3% do PIB. O excesso virou aumento de caixa”, diz Borges.

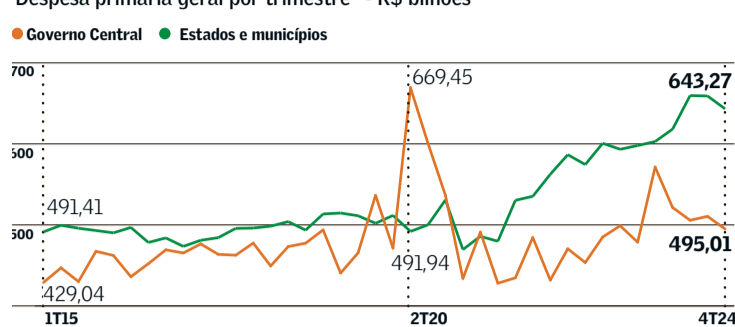
Ao lado da expansão das transferências, isso elevou a receita

Descentralização silenciosa

Transferências a Estados e municípios e seus impactos

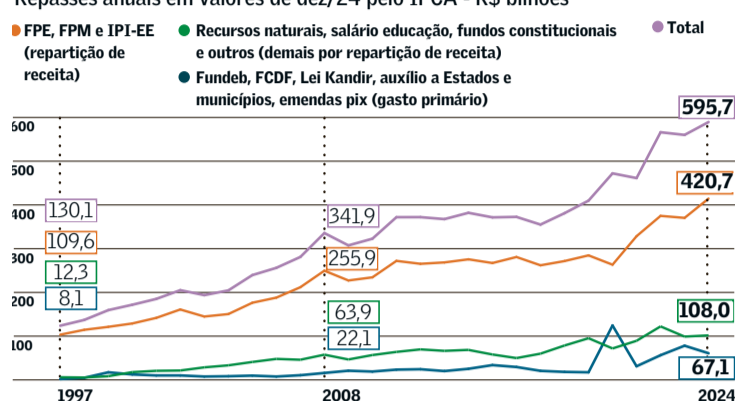
Gastos de Estados e municípios versus União

Despesa primária geral por trimestre* - R\$ bilhões



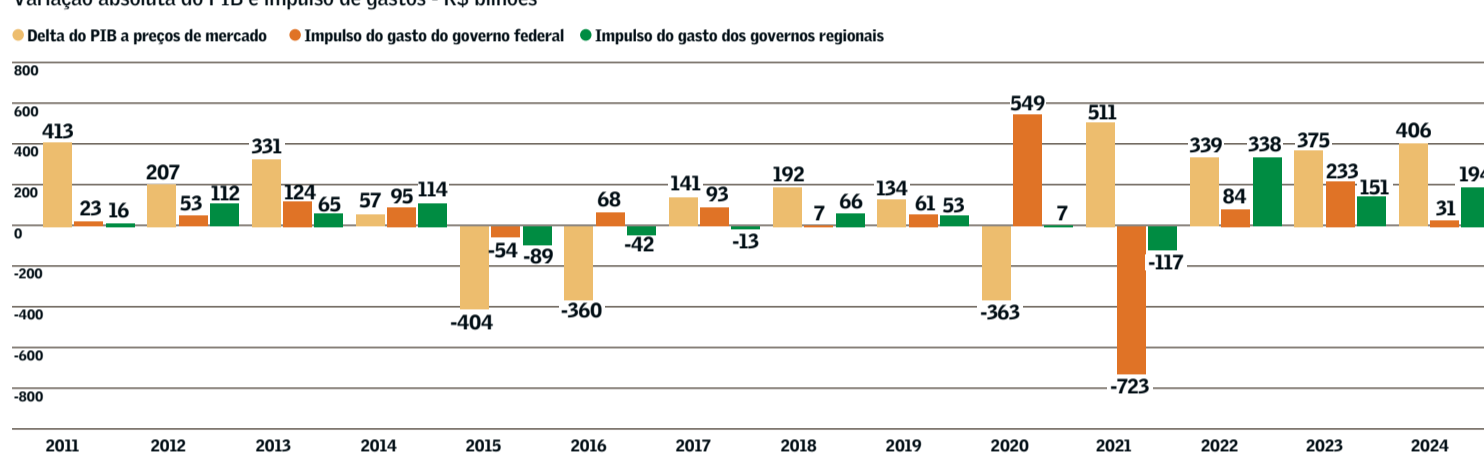
Transferências da União avançaram

Repasses anuais em valores de dez/24 pelo IPCA - R\$ bilhões



Impulso fiscal versus crescimento do PIB

Variação absoluta do PIB e impulso de gastos - R\$ bilhões



Fonte: IBGE, STN e outros. Elaboração: Manoel Pires e Bráulio Borges *A preços de 4T24 pelo deflator do PIB e com ajuste sazonal **As transferências por repartição de receitas incluem FPE, FPM, royalties e outras. As transferências a Estados e municípios que entram nas despesas primárias da União incluem Fundeb, Lei Kandir, auxílios, FPDF e emendas Pix

dos subnacionais, parâmetro fundamental para a concessão de crédito hoje, observa Pires. Em 2024 foram R\$ 41,2 bilhões em garantias concedidas aos regionais, contra R\$ 28,3 bilhões em 2023 e R\$ 7,6 bilhões em 2022. “A melhora cíclica e a descentralização fiscal abrem espaço ao endividamento. O sistema poderia ser rediscutido para ser menos suscetível a esses fatores.”

Depois da pandemia, diz Pires, com o debate da reforma tributária, os Estados começaram, em 2023, a elevar o ICMS porque a distribuição de recursos com a reforma considerará a média da arrecadação. O crescimento da economia, elenca, também favoreceu as receitas. Além disso, o ajuste fiscal da União, focado em receitas, eleva a arrecadação dividida via FPE e FPM com Estados e municípios, o que já se liga ao processo de descentralização fiscal, aponta Pires.

Cálculos de Borges mostram que na média de 2006 a 2010, a arrecadação bruta federal foi equivalente a 22,8% do PIB. Nesse período, as transferências da União aos regionais via repartição de receitas foi em média de 3,72% do PIB. A receita líquida, portanto, foi de 19,1% do PIB (22,8 menos 3,72).

Em 2024 a arrecadação federal também foi de 22,8% do PIB, mas a receita líquida caiu para 18,41% do PIB, porque as transferências via repartição subiram para 4,4%. A despesa primária, também da média de 2006-2010 a 2024, cresceu de 17,2% do PIB para 18,8% do PIB. Uma alta de 1,6 p.p do PIB, observa Borges, do qual 0,29 p.p. foi aumento de transferências aos regionais que integram o gasto primário federal. Outro 0,28 p.p. foi de emendas parlamentares, exceto Pix.

O aumento do total das transferências da União em 2024, contra a média de 2006 a 2010, ressalta Pires, foi de 0,97 p.p. do PIB, reunindo repartição de receitas (0,68 p.p. do PIB) e repasses da despesa primária (0,29 p.p. do PIB). “Praticamente 1% do PIB em receitas a mais para Estados e municípios. É o que a União perde de recursos dela e que é transferido de forma compulsória aos regionais.”

“Num cenário contrafactual, sem esse aumento, o resultado primário da União poderia ser quase 1 p.p. do PIB maior em 2024. Sairia de déficit para superávit, mesmo em bases recorrentes [que expurga efeitos de eventos atípicos]”, diz Borges. “Na comparação com a média de 2006 a 2010, cerca de 40% da deterioração do primário de 2024 se deve à descentralização fiscal.” O superávit médio recor-

rente da União entre 2006 e 2010, calcula, foi de 1,52% do PIB. O déficit de 2024 foi calculado em 0,93% do PIB. A deterioração entre os períodos foi de 2,45 p.p. do PIB (-0,93 menos 1,52). Pelo resultado estrutural, que expurga efeitos de eventos extraordinários e também cíclicos, o superávit médio entre 2006 e 2010 foi de 1,3% do PIB, e o déficit de 2024, de 1%, calcula. A piora de resultado foi, portanto, de 2,3 p.p. do PIB (-1 menos 1,3).

No intervalo de 2006 a 2010, escolhido para comparação, lembra Borges, o Brasil sustentou superávits primários elevados, chegou ao grau de investimento e a relação dívida/PIB caiu. No período imediatamente anterior, de 1999 a 2004, observa, o país passou por aumento de carga tributária.

Pelo estudo, o total de transferências da União aos regionais — considerando repartições de receita, inclusive royalties do petróleo, e gasto primário — cresceu do fim dos anos 1990 a 2010, estabilizou de 2011 a 2017 e voltou a subir desde 2019. Em 2024, chegou a R\$ 595,7 bilhões, valor 5% maior que o de 2023 e 58% maior que os R\$ 376,7 bilhões médios de 2011 a 2017. A média de 2019 a 2024 foi de R\$ 516 bilhões, sempre em dados constantes de dezembro de 2024.

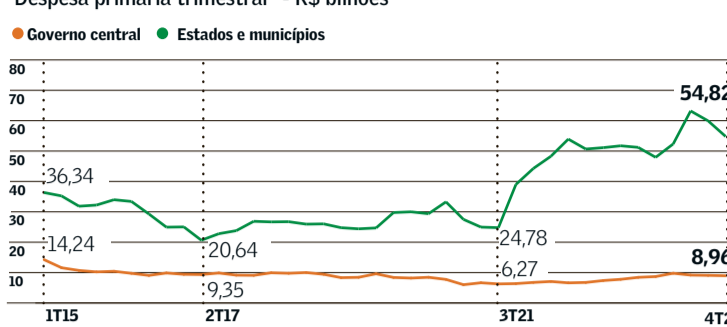
Pires considera emblemático o repasse do Fundeb, que era de 0,2% do PIB até 2020, alcançou 0,4% do PIB em 2024 e deve chegar a 0,5% do PIB em 2026. “Além do Fundeb, outras medidas já contratadas vão perpetuar ou alongar a descentralização fiscal”, diz. Um deles é o Propag, programa de renegociação de dívidas que deve permitir aos Estados ampliar gastos. Além disso, o fundo de desenvolvimento regional da reforma tributária terá aportes da União que começam com R\$ 8 bilhões em 2029 e chegam a R\$ 60 bilhões em 2043.

Ursula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da USP, diz que a nova distribuição de recursos do Fundeb teve como objetivo a redução de desigualdades, o que é positivo. “Houve um bolo de recursos a mais a Estados e municípios por vários fatores. A questão é como os recursos são aplicados. Nos recursos de capital vindo de emendas ou de operações de crédito, há plano para os gastos de custeio que decorrem dos investimentos? Muitos municípios recebem mais recursos de emendas do que sua capacidade de gerar receita própria.”

Cálculos de Borges mostram desafios macroeconômicos. Em

Investimento foi um dos gastos que mais avançou nos regionais

Despesa primária trimestral* - R\$ bilhões



Transferências e impacto no resultado primário da União

Cálculo acima da linha** - % do PIB

	Média 2006-2010	2024	2024 menos média 2006-2010 - p.p. do PIB
Arrecadação bruta federal (1)	22,8	22,8	0,0
Transferências para Estados e Municípios por repartição de receitas (2)	3,7	4,4	0,7
Receita líquida da União (3)=(1)-(2)	19,1	18,4	-0,7
Despesa primária total (4)	17,2	18,8	1,6
Despesa da União que é transferência para Estados e Municípios	0,3	0,6	0,3
Resultado primário (3)-(4)	1,9	-0,4	-2,3
Resultado primário recorrente	1,5	-0,9	-2,5
Resultado primário estrutural	1,3	-1,0	-2,3

2024, diz, a variação real do PIB ante 2003 foi R\$ 406 bilhões, em termos constantes. O impulso fiscal do gasto dos governos regionais foi de quase metade disso (R\$ 194 bilhões) e o do gasto da União, de R\$ 31 bilhões. Em 2023 o delta real do PIB foi de R\$ 375 bilhões, com impulso fiscal de R\$ 151 bilhões dos regionais e de R\$ 233 bilhões da União. Em 2022, houve crescimento real de R\$ 339 bilhões do PIB, com estímulo de R\$ 338 bilhões dos subnacionais e de R\$ 84 bilhões da União.

Pires lembra que em 2023 houve liberação federal de R\$ 93 bilhões em precatórios ao fim do ano, com impacto econômico em 2024. “Parte do impulso da União calculado para 2023 se deu em 2024, na verdade. Feito esse ajuste, nos últimos três anos o gasto regional foi o fator principal de estímulo fiscal da atividade econômica.” Isso, diz, mostra dificuldade de coordenação macroeconômica. “A capacidade da União de fazer ajuste que possa desacelerar a atividade e ajudar o BC a controlar a inflação é muito menor hoje do que era há cinco ou seis anos.” O cálculo do impulso considerou multiplicadores conforme o gasto, explica Borges. “Óbvio que o efeito da política fiscal não é só via gastos. Uma alta de carga tributária, por exemplo, tira PIB. Isso não está na conta.”

“Além do Fundeb, outras medidas já contratadas vão perpetuar ou alongar a descentralização fiscal”
Manoel Pires

Numa federação ideal, diz Pires, o sistema tributário tem que ser eficiente, concentrado, mas os governos locais é que conhecem a demanda local, diz. “É preciso algum grau de transferência. A questão é o ponto ideal da centralização no sistema tributário e da descentralização do gasto. A descentralização fiscal eleva risco de crise fiscal porque quem gasta não se preocupa com questões macroeconômicas. Isso pode elevar o risco moral. Quem gasta não arrecada e a conta vai para quem arrecada.”

Uma preocupação é que os processos de descentralização fiscal vêm com desarranjos políticos, diz Pires. “Piora na qualida-

de institucional e crise econômica levam a uma espécie de arrendimento da descentralização. Mas é difícil voltar atrás. Então, ou se discute a federação ou se eleva a carga para empoderar a União. Na nossa história recente, sempre houve aumento de carga.” Para Pires, não dá pra imaginar desfecho atual aumentando carga. “A sociedade hoje é muito reativa a isso. Mas é difícil rediscutir a federação para centralizar recursos já distribuídos. Nunca vimos isso acontecer.”

Para Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, é preciso começar a debater e colocar “lupa” para Estados e municípios. “Nossa institucionalidade permite crer que com mais repasses há gestão melhor de receitas? Precisamos entender isso.”

Para Pires, é preciso buscar um processo de descentralização fiscal com aumento da capacidade de cooperação federativa, mas com ampliação da supervisão federal, fortalecendo órgãos de controle, criando fundos de poupança para fazer com que Estados sejam menos sujeitos à crise.

“Há uma descentralização mal feita e que teve ponto de partida ruim, mas é preciso lembrar que o Executivo federal também tem responsabilidade nisso”, diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos. Para ele, uma descentralização não pode ser discutida sem mudança na estrutura atual dos tribunais de contas de Estados e municípios. “São órgãos que deveriam ser o fórum de controle da aplicação de recursos públicos, mas estão capturados em razão de indicações políticas. Os tribunais nem sequer conseguiram harmonizar a contabilização estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que já tem 25 anos.”

Para Dias Peres, não só União como também os Estados devem se envolver na coordenação. “Há 3,8 mil municípios [do total de 5,6 mil prefeituras do país] muito pequenos, com limitação para planejar, controlar e prestar contas.”

Até agora, a descentralização, avalia Pires, tem gerado fragmentação, maior dificuldade da União para organizar política pública e coordenar ações, além de muita rivalidade entre os entes. “Há casos emblemáticos da falta de coordenação. A União fez o Propag, com grandes benefícios na renegociação de dívidas e contrapartidas frágeis. Mesmo assim muitos Estados estão reclamando. A União nem sequer consegue ter algum tipo de apoio político na aprovação de um benefício grande.”

Destino de receita do petróleo opõe Silveira e Haddad

Jéssica Sant'Ana e Rafael Bitencourt
De Brasília

A equipe econômica e o Ministério de Minas e Energia (MME) divergem sobre o uso da receita que será gerada com o leilão de áreas não contratadas do pré-sal e outras medidas de cunho regulatório que seriam adotadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para ajudar a elevar a arrecadação federal, segundo apurou o Valor.

Essas medidas, no cálculo de técnicos do MME, poderiam elevar a arrecadação em R\$ 20,25 bilhões em 2025 e mais R\$ 15 bilhões em 2026, substituindo a alta do Imposto sobre Operações

Financeiras (IOF). Já o Ministério da Fazenda quer usar a receita extra para flexibilizar o contingenciamento até o fim do ano.

Ainda não há decisão final. Por isso, não está descartado o uso das receitas de óleo e gás para ajudar a recompor eventual novo recuo no decreto do IOF. Essa, contudo, não é a preferência do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que quer manter o decreto em 2025, sustentando os efeitos a partir de 2026, desde que medidas estruturais de incremento da arrecadação sejam aprovadas pelo Congresso.

Essas medidas estruturais ainda estão sendo negociadas pelo governo com a cúpula do Legislativo. Uma reunião ocorrerá no domín-

go (8). Conforme mostrou o Valor, é um cardápio de medidas que incluem ampla revisão de benefícios tributários e trava ao complemento que a União faz ao Fundeb.

Já o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, apresentou outras medidas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva como alternativas ao aumento do IOF. A principal delas é o leilão de petróleo, que pode render ao menos R\$ 15 bilhões em 2025.

Um projeto de lei está em tramitação no Congresso Nacional em regime de urgência. Técnicos do MME correm para iniciar os trâmites para o fazer o leilão tão logo o projeto seja aprovado.

Outra medida do pacote de Sil-

veira é a revisão no cálculo do preço de referência do petróleo — que levaria as petroleiras a pagarem mais royalties e demais participações governamentais. A mudança pode render até R\$ 6 bilhões, ante R\$ 10 bilhões estimados anteriormente. A previsão é que o tema seja discutido pela ANP em julho.

A Fazenda conta com essas medidas para reduzir o contingenciamento de despesas. Atualmente, há R\$ 20,7 bilhões contingenciados do Orçamento, entre emendas parlamentares e despesas discricionárias dos ministérios, para garantir que a meta de déficit zero seja cumprida.

Caso as medidas de petróleo sejam usadas para recompor even-

tual novo recuo no IOF, a equipe econômica precisaria buscar outras receitas, por isso a opção entre não misturar os debates.

Segundo um interlocutor da equipe econômica, Silveira está querendo se apresentar como “salvador da pátria”. Essa fonte disse que Silveira apresentou as medidas de óleo e gás como alternativa ao IOF sem consultar a Fazenda, mesmo sabendo que ficou a cargo de Haddad liderar as discussões sobre essas alternativas.

Outra fonte lembra que, no caso da revisão do preço de referência do petróleo, a demanda existe desde 2022, mas somente agora o MME resolveu apoiar publicamente a mudança.

Interlocutores de Silveira reconhecem que a conversa com Lula foi feita sem avisar a Fazenda, mas dizem que o ministro apenas está colocando opções na mesa para aumentar a arrecadação e ajudar o governo a cumprir as metas de resultado fiscal.

O caso mostra mais um “bate-cabeça” entre equipe econômica e Silveira. O mais recente tinha sido sobre a ampliação da Tarifa Social de Energia. Silveira anunciou a medida num evento no Rio, pegando de surpresa Haddad, que desconhecia os termos e temia que seria necessário uso de recursos públicos para o programa.

Procurados, os ministérios não se manifestaram.

Memória Era defensora da Serra da Capivara, onde descobriu pinturas rupestres na década de 1970

Arqueóloga Niède Guidon morre aos 92 anos

“O Globo”, do Rio

A arqueóloga Niède Guidon morreu na madrugada desta quarta-feira (4). Segundo o portal G1, a informação da morte foi confirmada pela diretora do Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Marian Rodrigues, que disse que Niède, que tinha 92 anos, “partiu como um passarinho, tranquila”.

Niède era conhecida pelo papel de defensora ferrenha da Serra da Capivara, no Piauí. Foi ela quem descobriu, na década de 1970, as pinturas rupestres mais importantes dos primeiros habitantes do Brasil e uma das maiores coleções desse tipo de arte no mundo.

Após a descoberta, a compreensão sobre a presença de humanos na América do Sul mudou. Ela lutou para criar o Parque Nacional

da Serra da Capivara, hoje considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

Nascida em Jaú, São Paulo, em 1933, Niède nunca mais havia deixado o Piauí — tamanha a consciência que ela tem sobre a importância histórica do local. E o medo que ele fosse destruído.

O parque vem enfrentando grandes problemas de orçamento ao longo dos anos. Além disso, Niède relatava ter sofrido inúmeras ameaças de empresários do Agreste, que insistiam em intimidá-la. Mas ela continuava lá, sendo a alma e a guardiã do parque.

“É um trabalho importante não apenas pelo lado científico, mas porque numa região de caatinga, seca e miséria, a natureza criou uma das mais belas paisagens. E o homem pré-histórico a decorou. Ali está a maior concen-



Niède Guidon: alma guardiã da riqueza da Serra da Capivara, no Piauí

tração de pinturas do mundo. E estamos criando um centro universitário de formação de pessoal, pesquisa e turismo para fa-

zer um trabalho auto-sustentável que acabe com a miséria e a ignorância, grandes males do Nordeste”, disse a pesquisadora em

reportagem quando recebeu o prêmio Faz Diferença, de “O Globo”, em março de 2005.

A antropóloga e historiadora Lília Schwarcz usou as redes sociais para lamentar a morte de Niède Guidon, a quem chamou de “uma das mais importantes pesquisadoras da história brasileira”.

“Niède foi uma das primeiras a defender, com base em evidências arqueológicas, que o povoamento das Américas teria ocorrido há mais de 50 mil anos — muito antes do que se acreditava na época. Suas descobertas provocaram intensos debates na comunidade científica e colocaram o Brasil em destaque nas discussões sobre a pré-história do continente”, escreveu Schwarcz no Instagram.

Em nota, a prefeitura de Teresina classificou Guidon como “uma das

maiores defensoras da história do Piauí”. Também em comunicado oficial, o governo do Piauí disse que a pesquisadora “transformou milhares de vidas na caatinga” e que “seu legado estará para sempre na memória e no coração dos piauienses”. A prefeitura de São Raimundo Nonato disse que “Niède foi pioneira em revelar ao mundo que o território piauiense guarda vestígios dos mais antigos registros da presença humana nas Américas”.

Niède ocupava a cadeira de número 24 da Academia Piauiense de Letras. A instituição também a homenageou nas redes. “Foi uma das mais notáveis vozes da arqueologia brasileira e mundial.”

“De origem franco-brasileira, dedicou-se, desde 1970, à pesquisa científica, à preservação cultural e ao desenvolvimento social na região de São Raimundo Nonato.”

CONTEÚDO PATROCINADO POR Embratur

Embratur lança novo Plano Brasis para promoção internacional do turismo

O objetivo da ação é reforçar a imagem do país como um destino reconhecido pela capacidade de proporcionar experiências autênticas e sustentáveis

Ano após ano, a indústria do turismo segue mostrando sua força. Em termos globais, representa aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e gera um de cada dez postos de trabalho. No Brasil, os números também são robustos: o setor representa 8% do PIB e produz oito milhões de empregos. Em 2024, bateu recordes. O país recebeu 6,77 milhões de turistas internacionais, gerou US\$ 7,3 bilhões em receitas e agregou 147 mil novas oportunidades de trabalho. No primeiro trimestre de 2025, apresentou um crescimento de 51% na chegada de turistas, o maior entre todos os países do mundo.

Para impulsionar ainda mais esse momento tão promissor, a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) acaba de lançar o Plano Brasis, a nova estratégia de marketing turístico internacional para o período de 2025 a 2027. Ela é apresentada exatos 20 anos depois do Plano Aquarela, que na época se mostrou



Marcelo Freixo, presidente da Embratur; Delcio Lima, presidente do Sebrae Nacional; e Celso Sabino, ministro do Turismo, no lançamento do novo Plano Brasis

um divisor de águas ao criar a Marca Brasil e estruturar a promoção internacional do turismo.

“Durante muito tempo, o turismo foi tratado como uma atividade econômica de segunda ordem, vinculada quase exclusivamente ao lazer. Essa visão não apenas subestimou seu impacto real na economia global, mas também ignorou sua enorme potência como

vetor de desenvolvimento humano, geração de renda, redistribuição territorial de oportunidades e, principalmente, transição de modelo econômico para o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis”, afirma Marcelo Freixo, presidente da Embratur.

SETOR TRANSFORMADOR É nesse contexto que a estratégia do governo atual

ganha alta relevância, ele prossegue. “O Plano Brasis é um marco que não apenas atualiza essa trajetória — é uma afirmação política de que o turismo pode e deve estar a serviço da transformação social.” O objetivo é propor um projeto de futuro da humanidade, diz Freixo. “Somos um país que combate desigualdades, valoriza sua diversidade étnica

e cultural, e assume a liderança global na transição para uma economia sustentável. Convidamos o mundo a participar de uma jornada de experiências únicas e transformadoras, que nos ajudam a construir o Brasil que queremos ser.”

O plano leva em consideração um dado apontado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo

(WTTC, na sigla em inglês): 69% dos turistas globais preferem destinos ambientalmente responsáveis, o que demanda, dos países que recebem os visitantes, alta coerência entre a imagem projetada e a realidade que os visitantes vão encontrar.

Para garantir esse alinhamento, o Plano Brasis foi construído em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e está estruturado para promover o que o país tem de melhor, num portfólio de experiências turísticas que conecta o turista internacional com pequenos negócios sustentáveis e com impacto social positivo.

“Esse desempenho é fruto da qualificação da gestão da Embratur, que reconectou o Brasil com o mundo e retomou seu papel de coordenação nacional das ações de promoção dos nossos destinos turísticos no exterior, com foco em diversidade, inovação e sustentabilidade”, finaliza Freixo.

Brasil

Infraestrutura Conciliação prevê ainda saída da Infraero e fim de restrições no Santos Dumont

TCU aprova acordo para Riogaleão seguir à frente do Galeão

Guilherme Pimenta
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou nesta quarta-feira (4) ajustes na modelagem da concessão do aeroporto internacional do Galeão, no Rio, para permitir que a concessionária Riogaleão continue na administração, com novos termos contratuais. Com as mudanças, o aeroporto vai passar por nova licitação. Caso não haja outros interessados, a Riogaleão continuará na operação do terminal.

Por unanimidade, os ministros aprovaram a proposta da unidade técnica do órgão, que altera o modelo original de pagamento de outorga fixa de R\$ 19 bilhões mais o desembolso de 5% a título de outorga variável, com base na receita anual bruta do aeroporto. Agora passa a valer o pagamento de uma parcela de contribuição inicial mínima de R\$ 932 milhões. Esse montante, segundo o TCU, é correspondente a 45,2% do Valor Presente Líquido (VPL) do projeto, mais o ágio da proposta vencedora.

Assinado em 2014 e com duração de 25 anos, os termos vão at

2039. O processo envolve uma discussão de diversos atores que se estende há tempos no governo federal, incluindo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Ministério de Portos e Aeroportos, que analisavam um pedido para que a empresa Changi Airports, de Cingapura, permanecesse no controle da concessão do aeroporto.

A concessionária alegava que, nos anos anteriores à pandemia, a movimentação de passageiros no aeroporto permaneceu estagnada, contrariando previsões de crescimento que haviam sido estimadas na assinatura do contrato. A pandemia de covid-19, alegavam, agravou o quadro. "Essa nova sistemática visa tornar os ativos mais resilientes a variações de mercado, pois as contribuições anuais aumentam ou diminuem conforme a evolução da receita gerada pelo aeroporto", disse o ministro-relator, Augusto Nardes, que aderiu à proposta da unidade técnica.

O acordo também prevê o fim gradual de restrições operacionais impostas ao aeroporto Santos Dumont, em três anos. Hoje, há uma limitação de 6,5 milhões de passageiros ao ano no aeroporto, locali-



Augusto Nardes, ministro-relator do caso no Tribunal de Contas da União: nova sistemática busca tornar os ativos mais resilientes a variações de mercado

zado na região central e mais dedicado à ponte aérea Rio-São Paulo.

Segundo o TCU, esse cronograma prevê limites anuais de movimentação de passageiros no Santos Dumont: em 2025, limite operacional de 8 milhões de passageiros; em 2026, de 9 milhões; em 2027, de 10 milhões e, a partir de 2028, operação sem limites, regulada apenas pela capacidade técnica e operacional.

"Caso esse cronograma não seja cumprido ou novas restrições mais gravosas sejam impostas pelo governo federal, prevê-se a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato do Galeão, considerando os impactos nas receitas tarifárias e não tarifárias, custos operacionais e impactos fis-

"Repactuação é caminho positivo para todos, que assegura aeroporto pujante" Riogaleão

cais", disse Nardes em seu voto.

Os ministros também aprovaram a saída da Infraero da concessão, tendo em vista que, hoje, a estatal tem 49% do Galeão. Os outros 51% estão com a Shangi. Segundo o TCU, a medida busca evitar aportes do Orçamento da União para sustentar a fatia da Infraero. O valor de saída, segundo o tribunal, foi acordado em R\$ 502 milhões. Esse valor considera uma série de componentes financeiros, como indenização de bens reversíveis, reequilíbrios econômico-financeiros, outorgas devidas, financiamentos e outras divergências.

A conciliação também prevê que não será mais preciso construir uma terceira pista no aeroporto. Segundo o voto de Nardes, "a presença desse gatilho contratual foi considerada ineficiente e geradora de incertezas, sendo internalizada como um risco potencial para a concessionária, o que poderia impactar negativamente na avaliação do ativo pelos interessados no processo competitivo".

Em nota, a concessionária Riogaleão avaliou a repactuação

como positiva: "O Riogaleão entende que o acordo de repactuação reflete o reconhecimento tanto da seriedade da concessionária na gestão do aeroporto internacional do Rio de Janeiro como também da necessidade de atualização do contrato firmado em 2014, em linha com os novos parâmetros adotados nos leilões mais recentes".

Ainda segundo a concessionária, o modelo de outorga variável, que passou a ser utilizado desde a quinta rodada de concessões de aeroportos, permite maior equilíbrio financeiro e aderência à realidade do setor: "No caso do aeroporto internacional do Rio, o valor da outorga variável foi estabelecido em 20% da receita bruta e será feito um pagamento mínimo inicial definido de quase R\$ 1 bilhão ao governo", disse a empresa na nota.

A próxima etapa, prosseguiu a concessionária, é a preparação da companhia para a realização do "teste de mercado". Trata-se de um modelo simplificado de leilão. Além disso, disse a compa-

nhia, serão iniciados investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão entre projetos próprios e de terceiros que vão se estender ao longo dos próximos três anos, contemplando, por exemplo, a inauguração de um complexo logístico, hotel e centro comercial.

"Essa repactuação aprovada hoje [ontem] é um caminho positivo para todos, que assegura a viabilidade de um aeroporto internacional pujante, capaz de conectar o Rio de Janeiro cada vez mais ao turismo, aos negócios, às cargas e aos grandes eventos globais. O Riogaleão segue no seu compromisso de operar com excelência e segurança, além de atuar ativamente no desenvolvimento comercial do aeroporto, com políticas voltadas à atração de companhias aéreas, passageiros e novos negócios", acrescentou a empresa na nota.

A discussão sobre a permanência da Changi foi arbitrada nos últimos meses pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso) do TCU.

Leilão de baterias pode ser esvaziado, alerta diretor do ONS

Rafael Bitencourt e Ruan Amorim
De Brasília

A depender do modelo de contratação de usinas no Leilão de Reserva de Capacidade (LRcap) no setor elétrico, o governo pode esvaziar a demanda por armazenamento de energia esperada na primeira contratação de sistema de baterias no Brasil. A avaliação é do diretor de planejamento do Operador Nacional do Sistema (ONS), Alexandre Zucarato, que trabalha na elaboração de cenários de riscos para o suprimento de energia elétrica no país.

"O poder concedente [o governo] vai precisar, ao organizar o calendário desses leilões, pegar a demanda requerida para o hori-

zonte e dividir essa demanda para os diversos produtos", disse Zucarato em entrevista a jornalistas, durante evento do portal especializado "MegaWhat".

Os "produtos" são os tipos diferentes de energia ofertada (térmica ou hidráulica), com prazos para início da entrega dos montantes negociados no certame. "A demanda tem que ser fatiada para todos esses produtos", explicou. "Se você contratou tudo que precisa no leilão de térmico-hidráulico, por definição, a demanda para o leilão de bateria é zero", completou.

O Ministério de Minas e Energia (MME) chegou a definir, no início do ano, as diretrizes do LRcap, com data da disputa para

o dia 27 deste mês. Porém, uma guerra de liminares deflagrada no fim de março, puxada por grupos ligados à geração térmica a gás natural e biodiesel, levou o governo a cancelar a licitação.

O LRcap é uma das principais respostas do governo à crescente demanda por potência, aspecto da operação do sistema capaz de fazer frente às fortes oscilações na oferta de energia por fontes renováveis (eólica e solar). O ONS tem sido desafiado a lidar com o fato de o consumo de energia ao longo do dia não coincidir com os montantes gerados pelos ventos e pelos painéis solares localizados especialmente no Nordeste.

O MME ainda não conseguiu fechar o modelo final de contra-

tação do LRcap, que tem provocado disputa entre os diferentes geradores. Esse cenário coloca em dúvida a possibilidade de realizar o leilão ainda este ano.

Para 2025, o ONS projeta um déficit estrutural de potência de 4,2 gigawatts (GW), conforme parâmetro de risco definido pelo governo, por meio do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Embora as renováveis respondam pela maior parte do desafio da operação, a dificuldade de reposição dos reservatórios das hidrelétricas também demanda maior oferta de potência.

"Não é o pior cenário, é um cenário com uma métrica de risco embutido que a gente utiliza. Quando compara com essa métri-

ca de risco, considerando onde é que está a potência firme do sistema e onde é que está a demanda esperada para o ano, a gente identifica uma diferença de 4,2 GW", disse Zucarato. Segundo ele, parte dessa demanda está sendo suprida com a antecipação de projetos do LRcap realizado em 2021.

Em paralelo à discussão sobre a contratação de potência, o mercado aguarda a definição das diretrizes do primeiro leilão de armazenamento de energia por baterias. A nova modalidade de serviço ao sistema tem mobilizado fornecedores nacionais e multinacionais com interesse em buscar investidores para participar do certame.

A expectativa é que as baterias

sejam introduzidas aos poucos devido ao custo elevado de aquisição dos equipamentos. Zucarato defende o caráter estratégico desses sistemas de armazenamento de energia — seja com as hidrelétricas, preservando água nos reservatórios, seja por meio dos grandes bancos de baterias.

"O 'santo graal' da transição energética é o armazenamento de energia", disse o diretor do ONS. "Permite extrair energia de uma hora do dia e devolver essa energia em outra hora do dia. Muitos dos operadores no mundo estão buscando uma forma de integrar tecnologias de armazenamento, de diversos tipos, para ajudar a transferir o excesso do meio-dia para as necessidades noturnas".

TCU barra indenização de R\$ 4 bi da União para concessão de porto em SC

Guilherme Pimenta
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou, nesta quarta-feira (4), um pedido de ressarcimento para atividades prestadas por 70 anos no porto de Imbituba (SC). Com o resultado, a União ficou livre de uma despesa que poderia totalizar quase R\$ 4 bilhões.

Cinco ministros aderiram a uma proposta do ministro Bruno Dantas, que votou para rejeitar um recurso movido pela Companhia Docas de Imbituba (CDI), que busca uma indenização bilionária da União por serviços prestados desde o governo Getúlio Vargas. O risco fiscal do caso foi revelado pelo Valor em maio e estava estimado em cerca de R\$ 3,6 bilhões.

No processo administrativo, os ministros estavam discutindo se havia fundamento para ressarcir a CDI. O porto foi construído em

1922, estatizado e posteriormente concedido à companhia, em 1942, até 2012. Ainda em 2025, há discussões sobre o contrato firmado há mais de cem anos.

Em uma análise inicial, a área técnica do TCU considerou que a "Conta de Resultados a Compensar" da concessão apresentou saldo negativo, o que impediria, portanto, a indenização da CDI, que alega que "este ônus deve ser atribuído à União". O ministro Aroldo Cedraz, que era relator do caso, votou inicialmente contra o ressarcimento, mas mudou de posição após o revisor, ministro Jhonatan de Jesus, entender que havia fundamento para indenização. Ambos foram seguidos nesta quarta pelo ministro Augusto Nardes.

Ainda em maio, quando o julgamento foi retomado, o ministro Bruno Dantas votou contra o ressarcimento e foi seguido, na ocasião, pelo decano do TCU, ministro

Walton Alencar Rodrigues. "Estamos falando de uma concessão que durou mais de 70 anos. O recurso que se apresenta sustenta que, em 70 anos, não foi possível amortizar investimentos realizados", disse Dantas em seu voto.

Nesta quarta-feira, eles foram seguidos pelos ministros Antonio Anastasia, Jorge Oliveira e Benjamin Zymler, que somente o acompanharam, sem manifestações formais sobre o mérito do caso.

O advogado Benjamin Gallotti, que representou a CDI, afirmou que os três votos favoráveis "verificaram o erro ocorrido no processo de tomada de contas por parte do Ministério dos Transportes". "A verdade é que a União integrou o porto de Imbituba ao seu patrimônio sem o pagamento contratual previsto. Isso se chama enriquecimento sem causa. Para a CDI, houve a expropriação sem pagamento", alegou.

Renan Truffi e Sofia Aguiar
De Brasília

O governo da Bahia e um consórcio formado por empresas chinesas assinaram, ontem, um aditivo no contrato para construção da ponte Salvador-Itaparica, obra de grandes proporções que deve ligar a capital baiana à ilha de Itaparica, na baía de Todos os Santos. O aditivo vai elevar o valor do contrato de R\$ 7 bilhões para mais de R\$ 10 bilhões, fator que era importante para destravar o início das obras. Com isso, a construção da ponte deve se iniciar em até 12 meses.

As informações foram antecipadas pelo Valor PRO. O aditivo no contrato foi assinado pelo governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), aliado de primeira hora do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, segundo interlocutores, crescem as chances

de a obra da ponte ser incluída no rol de empreendimentos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma das apostas de Lula para a área de infraestrutura.

O assunto estava sendo monitorado de perto pelo Palácio do Planalto. Há algumas semanas, o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), que governou a Bahia entre 2015 e 2022, participou, junto com Jerônimo Rodrigues, de reuniões de trabalho em Pequim, na China, para tentar conseguir um acordo justamente sobre a assinatura desse aditivo.

O motivo é que o consórcio formado para a construção da ponte é integrado por duas companhias chinesas: a China Railway 20th Bureau Group Corporation (CRCC20) e a China Communications Construction Company (CCCC). A expectativa do governo Bahia e da gestão pe-

tista é que as obras gerem aproximadamente 7 mil empregos diretos e indiretos no país.

O Valor apurou também que, por causa da importância desse aditivo, assessores do Planalto comunicaram o presidente Lula sobre a assinatura do contrato entre o governo baiano e as empresas chinesas. Lula está nesta semana em viagem pela França, onde vai participar da Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos.

Por ser um entroncamento rodoviário importante, a construção da ponte deve beneficiar 10 milhões de baianos em cerca de 250 municípios. Além disso, o novo sistema também vai impulsionar o turismo na Bahia, já que a distância entre Salvador e importantes zonas turísticas do Estado, como o Sul e Baixo Sul, será reduzida em mais de 100 quilômetros.

Brasil

Judiciário Juíza equipara expressões de Leo Lins contra minorias às expressões 'praticar' e 'incitar' preconceito previstas na Lei do Racismo

Condenação de humorista à prisão é precedente perigoso, dizem advogados

Luiza Calegari e Beatriz Olivon
De São Paulo e Brasília

A condenação à prisão do humorista Leo Lins pelos crimes de racismo e discriminação de pessoas com deficiência foi considerada um "precedente perigoso" por especialistas ouvidos pelo Valor. Lins foi sentenciado a oito anos e três meses de prisão em regime fechado e ao pagamento de R\$ 303 mil em danos morais coletivos por "grave ofensa à moralidade pública".

A 3ª Vara Criminal Federal de São Paulo julgou a conduta de Leonardo Lins em um vídeo postado em 2022, intitulado "Leo Lins - Perturbador". A juíza Barbara de Lima Iseppi entendeu que as piadas do humorista teriam causado constrangimento, humilhação, vergonha, medo e exposição indevida a "pessoas negras, idosas, gordas, portadores do vírus HIV, homossexuais, judeus, indígenas, anões, com deficiências física, intelectuais, nordestinos e moradores de rua" (processo nº 5003889-93.2024.4.03.6181).

Essas práticas, segundo a sentença, equivalem às expressões "praticar" e "incitar" preconceito constantes no artigo 20, parágrafos 2º e 2º-A, da Lei nº 7.716/89 (Lei do Racismo), assim como no artigo 88 da Lei nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O criminalista Alberto Toron levanta dúvidas até mesmo a respeito da existência dos crimes apontados na sentença. "O humor pressupõe diferenciações, particularizações e, ainda que seja de mau gosto, é expressão artística que deve contemplar tolerância; do contrário, acaba", diz.

Ainda segundo ele, frases piadas da performance do humorista e sua interação com o público não são suficientes para definir os crimes. "O dolo do artista é o de divertir, e não ofender", afirma. Ele avalia que as penas, tanto a de prisão quanto a pecuniária, foram "muito elevadas e desproporcionais".

"É de mau gosto e é degradante que alguém tenha que fazer isso



Penas de prisão e pecuniária foram "muito elevadas e desproporcionais" Alberto Toron

para ganhar dinheiro, outra coisa é se é crime", diz Gustavo Badaró, professor de processo penal na USP. De acordo com ele, a decisão abre um precedente perigoso. "Nem digo que não merece uma tutela jurídica, uma ação indenizatória, o direito penal é algo bastante sério que deve interferir nos bens jurídicos relevantes. Mas me parece excessivo."

Segundo Badaró, os tipos penais existem e não é um caso de provas porque o vídeo foi postado e está claro o que é dito. Os crimes estão previstos na Lei de Crimes Raciais e, por equivalência, na Lei nº 13.146 de 2015, como prática ou indução de discriminação de pessoa em razão de sua deficiência.

Mas para o advogado, há como pano de fundo o tema clássico dos limites da liberdade de expressão.

"Precisa entender se no contexto das práticas foi a finalidade da discriminação ou um humor de péssima qualidade", afirma.

A sentença diz que incitava exclusão de minorias, preconceito mas, segundo Badaró, há um limite ténue porque uma coisa é se isso é dito por pessoas que fomentam políticas públicas, diferente de um comediante. "É preciso ter preocupação com isso para que não vire mais um instrumento de perseguição. Que a piada é de má qualidade e péssimo gosto não tenho dúvida, a questão é se deve ou não ser considerada crime."

Ainda de acordo com Badaró, a lei não traz limite, não é clara, mas cabe o conceito do que é discriminar e como isso é praticado. "Não basta ser ofensivo, ele não foi condenado por crime contra a honra, está sendo condenado por discriminação."

Renato Hachul, criminalista sócio da Massud, Sarcedo e Andrade Sociedade de Advocacia, por sua vez, pondera que não existem direitos absolutos, e a liberdade de expressão é delimitada por leis complementares.

Ao dosar a consequência dos crimes, no entanto, é possível que a mesma conduta tenha sido valorada duas vezes, o que é vedado no direito brasileiro — o chamado "bis in idem". "A juíza entendeu que as consequências foram graves por atingir a coletividade e perpetuar preconceito, mas isso é inerente ao crime de preconceito", pondera.

Rodrigo Meyer Bornholdt, constitucionalista especializado em liberdade de expressão, acredita que o princípio da dignidade humana se sobrepõe à liberdade de expressão. Apesar disso, ele entende que a condenação à prisão é "gravíssima e desproporcional". "Como o bem restringido é de valor constitucional, como a liberdade de expressão, as sanções que se aplicam não podem ser tão duras como outras sanções", afirma. "A multa é razoável, a indenização também, mas a prisão deveria ser reservada para situações extremas em casos envolvendo liberdade de expressão."

Pará aprova projeto que garante fatia de taxas para meio ambiente

Rafael Rosas
Do Rio

A Assembleia Legislativa do Pará aprovou na terça-feira (3) a lei 352/2025 e a lei complementar 4/2025, propostas pelo governo do Estado. Os novos textos alteraram duas legislações que versam sobre taxas cobradas na exploração de recursos minerais e no uso de recursos hídricos.

Segundo a lei 352, 50% da arrecadação da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Recursos Hídricos (TFRH) e 10% da arrecadação da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) serão destinadas a políticas ambientais e de sustentabilidade. As ações nessas áreas serão gerenciadas pelo Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema). As matérias aguardam sanção do governador Helder Barbalho (MDB), que deve ocorrer nesta quinta-feira (5).

O percentual maior da taxa destinado aos recursos hídricos seria coerente com a necessidade de investimento nesse setor. Este ano, entre janeiro e abril, o

Estado do Pará arrecadou R\$ 462,9 milhões com a taxa mineral, enquanto a taxa hídrica respondeu por R\$ 21,6 milhões arrecadados nos quatro primeiros meses de 2025. O projeto altera as leis estaduais 10.311/2023, que versa sobre a TFRH, e 7.591/2011, que instituiu a TFRM.

O Estado do Pará cobra 0,3 (três décimos) da Unidade Padrão Fiscal do Estado (UFP-PA) por metro cúbico de recurso hídrico utilizado. Em 2025, a UFP-PA é de R\$ 4,8013. No caso de uso para fins de aproveitamento energético, esse valor é de 0,05 (cinco centésimos) da UFP-PA por 1 mil metros cúbicos de recurso hídricos utilizado. A cobrança da taxa sobre os recursos hídricos para geração de energia é alvo de questionamentos no Supremo Tribunal Federal (STF).

A TFRM cobrada pelo Estado é de 110 UFP-PA por tonelada de cobre; 2 UFP-PA por quilo de estanho/cassiterita; 2 UFP-PA por grama de ouro. Para demais minérios, a taxa é de 3 UFP-PA por tonelada.

A nova regulamentação consolida o princípio do poluidor-pagador. Quem afeta o meio ambiente contribui com recursos que serão destinados a mitigar os efeitos dessa ação, e as ta-

xas, originalmente criadas para financiar a fiscalização e controle das atividades econômicas sobre recursos naturais, passam a ter um papel mais ativo no financiamento de políticas públicas ambientais.

Também na terça-feira, os deputados paraenses aprovaram o projeto 355/2025, que cria a Carreira de Gestão Ambiental no âmbito da Semas e do Ideflor-BIO. A matéria também altera as leis estaduais nº 6.963/2007 e nº 8.633/2018.

A deputada Maria do Carmo (PT), vice-líder do governo e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, disse ao Valor que será lançada hoje um compilado com todas as 58 leis ambientais criadas no Estado desde 2016.

As três normas aprovadas na terça-feira não constarão do material, uma vez que devem ser sancionadas apenas hoje à tarde pelo governador. "Essas três leis foram feitas pra melhorar a gestão ambiental, que era muito ruim há pouco tempo", disse Maria do Carmo, para quem o governador modernizou o arcabouço legal de forma a preparar o Estado para receber adequadamente a COP30, em novembro.

Comércio em PAUTA



Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CONFERÊNCIA DA OIT DEBATE TRABALHO DECENTE NA ECONOMIA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) integra a comitiva brasileira que participa da 113ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre os dias 2 e 13 de junho de 2025, em Genebra, na Suíça. O evento reúne representantes de governos, empregadores e trabalhadores dos 187 Estados-membros da OIT para discutir temas relevantes para o futuro do trabalho.

Neste ano, a conferência conta, pela primeira vez, com um comitê dedicado exclusivamente ao debate sobre trabalho decente na economia das plataformas digitais, um tema em crescente relevância internacional. Além disso, é o segundo ano de discussões sobre riscos biológicos no ambiente de trabalho, com expectativa de aprovação de uma convenção e uma recomendação sobre o tema. Outros destaques são as comissões voltadas à informalidade e à análise de informações e relatórios

sobre a aplicação de convenções e recomendações da OIT. A CNC participa ativamente das comissões temáticas, especialmente nas discussões sobre economia de plataformas e aplicação de normas internacionais, atuando como conselheira técnica. A atuação da entidade é alinhada com as demais confederações patronais brasileiras — da Indústria, Agricultura, Transporte e Saúde — presentes em Genebra.



Cerimônia de abertura da 113ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça

SESC TEM NOVA GERAÇÃO DE UNIDADES MÓVEIS ODONTOLÓGICAS COM OFERTA DE SERVIÇOS GRATUITOS

O Sesc ampliou a frota do OdontoSesc, projeto que circula há mais de 25 anos pelo País com oferta de serviços odontológicos gratuitos à população. Com a entrega de mais 17 veículos, serão 78 unidades móveis em circulação até o fim de 2026.

As novas unidades proporcionam mais segurança e

conforto aos pacientes. São caminhões adaptados, com estrutura redesenhada, e vans compactas de alta mobilidade que contribuem para ampliação do acesso aos serviços de saúde bucal, principalmente em áreas rurais, comunidades ribeirinhas e empresas do setor do comércio.

A primeira unidade do novo modelo de caminhão foi entregue no Acre e vai atender especialmente áreas afastadas dos centros urbanos. A unidade tem dois consultórios, infraestrutura completa e tecnologia de ponta. Já a primeira van odontológica começou a operar no Espírito Santo, estado que passa a ter sua primeira unidade móvel.



Van do OdontoSesc: as novas unidades adaptadas proporcionam mais segurança e conforto aos pacientes

SENAC LANÇA ORANGO, PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO DIGITAL COM CURSOS LIVRES E CONTEÚDO INTERATIVO

O Senac acaba de lançar uma plataforma de educação digital voltada para jovens de 16 a 24 anos. Com cursos gratuitos e certificados, Orango oferece conteúdos curtos, interativos e alinhados ao mercado de trabalho.

Pensado para dialogar com a geração Z, o novo ambiente virtual tem visual vibrante, navegação intuitiva e uma

proposta ousada: transformar o aprendizado em experiência leve, prática e acessível. O nome e a identidade visual foram criados para despertar curiosidade e refletir a personalidade do público-alvo.

A plataforma nasceu com base em uma pesquisa com mais de mil jovens, que apontaram o desejo por cursos objetivos, com linguagem direta e foco

na empregabilidade. Entre os temas já disponíveis estão marketing, games, audiovisual, inteligência artificial e empreendedorismo.

Orango aposta ainda na gamificação e em formatos diversos, como vídeos, podcasts e slides, em cursos com cerca de 10 horas de duração.

Acesse orango.senac.br.



Brasil

Atividade econômica

Indicadores agregados

	abr/25	mar/25	fev/25	jan/25	dez/24	nov/24	out/24	set/24	ago/24	jul/24
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,80	0,52	1,01	-0,53	0,09	-0,05	0,76	0,39	0,03
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	0,1	1,2	0,1	0,2	-0,3	-0,7	-0,1	0,9	0,1	-1,5
Indústria de transformação	-0,5	0,9	-0,4	0,8	-0,7	-1,2	0,3	1,5	-0,3	-1,4
Indústrias extrativas	1,0	3,3	3,0	-2,4	0,5	0,7	0,1	-1,2	0,7	-2,5
Bens de capital	1,4	-0,5	0,1	2,7	-3,6	1,1	-2,5	4,8	-1,2	-3,9
Bens intermediários	0,7	0,5	0,9	-1,5	0,7	-0,6	0,6	0,9	0,6	-0,5
Bens de consumo	-1,6	3,4	-1,2	3,6	-2,8	-1,7	-1,0	0,4	0,1	-2,8
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	-2,4	1,7	5,7	-2,1	0,5	2,5	-2,6	0,0	0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	-1,6	1,9	1,1	-0,9	-0,1	1,1	-0,9	0,1	0,7
Comércio										
Recosta nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,5	0,3	0,5	0,4	1,1	1,2	0,2	0,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,8	0,7	0,3	-0,1	-0,2	0,4	0,6	-0,1	0,6
Serviços										
Recosta nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,0	1,5	2,4	-0,4	-0,4	0,5	1,2	0,0	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,3	0,9	-0,5	0,1	-1,3	1,2	1,1	-0,4	0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,6	7,0	6,8	6,5	6,2	6,1	6,2	6,4	6,6	6,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	0,4	-0,2	-2,2	-1,6	-1,8	0,0	-1,4	1,5	2,2
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	30.409	28.786	22.759	25.350	24.881	27.857	29.301	28.471	28.736	30.841
Importações	22.256	21.029	23.231	23.061	20.245	21.111	25.210	23.392	24.219	23.290
Saldo	8.153	7.757	-472	2.290	4.636	6.747	4.091	5.080	4.517	7.551

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Varição no período

Indicadores	1º Tr/25	4º Tr/24	2025 (1)	2024	2023	2022
PIB (R\$ bilhões) *	3020	3080	12011	11.745	10.943	10.080
PIB (US\$ bilhões) **	512	527	2.135	2.178	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	1,4	0,1	3,5	3,4	3,2	3,0
Agropecuária	12,2	-4,4	1,8	-3,2	16,3	-1,1
Indústria	-0,1	0,2	3,1	3,3	1,7	1,5
Serviços	0,3	0,2	3,3	3,7	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,1	0,7	8,8	7,3	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	17,8	17,1	17,3	17,0	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data * Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2025, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuição em R\$	Alíquotas em % (1)	Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 1.518,00	7,50	Até 2.428,80	0,0	0,00
De 1.518,01 até 2.793,88	9,00	De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.793,89 até 4.190,83	12,00	De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 4.190,84 até 8.157,41	14,00	De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Empregador doméstico	8,00	Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência maio/25. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data * Valor considera o desconto simplificado de R\$ 607,20 Obs. Desconto por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Janeiro-dezembro 2024		Var. %	dezembro 2024		Var. %
	2024	2023		2024	2023	
Receita Federal						
Imposto de renda total	835,8	746,7	11,94	80,5	73,8	9,05
Imposto de renda pessoa física	70,6	58,6	20,47	4,6	4,2	9,69
Imposto de renda pessoa jurídica	320,3	300,5	6,61	19,4	16,0	21,33
Imposto de renda retido na fonte	445,0	387,6	14,80	56,6	53,6	5,52
Imposto sobre produtos industrializados	80,5	61,7	30,39	7,3	6,1	20,38
Fumo	8,2	2,7	200,43	0,4	0,2	96,41
Bebidas	3,1	2,6	22,59	0,4	0,3	23,94
Automóveis	5,9	4,3	36,04	0,5	0,6	-16,39
Imposto sobre operações financeiras	67,4	61,2	10,17	6,6	5,6	17,05
Imposto de importação	77,9	54,3	43,42	7,7	4,5	72,54
Cide-combustíveis	2,9	1,3	125,90	0,2	0,3	-24,05
Contribuição para Finsocial (Cofins)	417,2	335,9	24,20	36,7	30,9	18,61
CSLL	170,7	156,9	8,82	10,7	9,0	18,83
PIS/Pasep	113,3	92,9	22,02	9,9	8,7	14,08
Outras receitas	887,0	807,2	9,90	101,7	92,4	10,12
Total	2.652,7	2.318,0	14,44	261,3	231,2	13,01
	mar/25	var. %*	fev/25	var. %*	mar/24	
INSS	54,7	0,98	54,1	0,97	50,9	6,25

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	Em %					Em R\$					
	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,2492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	0,33	24,44	1.412,00
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	0,37	24,49	1.412,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7503	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6498	0,6498	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
abr/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,2021	1,09	0,6937	0,6131	0,4169	-	24,65	1.518,00
2025	0,92	3,99	3,99	6,04	6,41	4,10	3,71	2,43	1,35	0,65	7,51
Em 12 meses*	1,39	7,64	7,64	11,36	12,14	7,85	6,95	4,43	4,04	1,11	7,51
2024	0,81	7,03	7,03	9,98	10,88	7,00	5,97	3,84	4,17	0,82	6,97

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Inflação

Varição no período (em %)

	Acumulado em				Número índice				
	mai/25	abr/25	2025	2024	12 meses	mai/25	abr/25	dez/24	mai/24
IBGE									
IPCA	-	0,43	2,48	4,83	5,53	-	7276,54	7100,50	6926,96
Núcleo do IPCA-DI	-	0,48	1,91	3,90	4,49	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,20	0,38	7,72	9,24	-	1.399,58	1.394,27	1.293,59
IPA-Agro	-	0,98	2,14	14,36	17,34	-	2.085,29	2.041,66	1.783,95
IPA-Ind.	-	-0,08	-0,25	5,28	6,32	-	1.149,43	1.152,37	1.093,97
IPCA-DI	-	0,52	2,18	3,99	4,49	-	779,61	762,98	750,05
INCC-DI	-	0,52	2,15	6,54	7,54	-	1.184,46	1.159,54	1.110,89
IGP-M	-0,49	0,24	0,74	6,54	7,02	-	1.206,38	1.212,30	1.197,56
IPA-M	-0,82	0,13	-0,01	7,24	7,68	-	1.430,61	1.442,41	1.328,63
IPC-M	0,37	0,46	2,72	4,02	4,57	-	765,51	762,65	7

Judiciário Ministro determina bloqueio de passaporte, salário, verba de gabinete e suspensão das redes sociais da deputada e familiares

Moraes decreta prisão de Zambelli e inclusão na lista da Interpol

Tiago Angelo, Isadora Peron e Cristiane Agostine
De Brasília e São Paulo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira (4) a prisão preventiva da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e a inclusão pela Polícia Federal (PF) de seu nome na lista de difusão vermelha da Interpol, que emite alertas sobre pessoas com mandado de prisão ativo. À noite, o ministro determinou ainda a abertura de um novo inquérito contra a parlamentar para apurar obstrução de investigação e coação. A Polícia Federal (PF) deve tentar ouvi-la em até dez dias.

Zambelli foi condenada a dez anos de prisão pela Primeira Turma da Corte pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e está fora do Brasil. Em entrevistas, ela anunciou intenção de se refugiar na Europa, valendo-se do fato de ter cidadania italiana.

Ao determinar a prisão da parlamentar, Moraes atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que viu o movimento da deputada como fuga de eventual cumprimento da pena. O ministro também pediu a suspensão das redes sociais não só da deputada, mas também do filho e da mãe da parlamentar. Em caso de

utilização das plataformas, o ministro fixou multa diária de R\$ 50 mil. A Meta informou a Moraes que já cumpriu a ordem para bloquear os perfis da deputada no Facebook e no Instagram.

O ministro determinou ainda o bloqueio do passaporte, dos vencimentos da deputada e de outras verbas destinadas ao gabinete da parlamentar, além de ativos, bens e contas bancárias. Ontem, o STF notificou a Câmara sobre o pedido de bloqueio de remuneração. Já notificação sobre a prisão só será encaminhada após a detenção.

Com a Casa esvaziada, não houve manifestações em defesa de Zambelli, nem mesmo por seus correligionários. Uma fonte influente no PL disse que dificilmente o partido fará uma grande mobilização para defender a deputada. “Está abandonada”, disse sobre a parlamentar, acusada por uma ala de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro de ser corresponsável

Deputada terá que responder a outro inquérito no Supremo Tribunal Federal

pela derrota eleitoral de 2022.

A PF já pediu a inclusão do nome da deputada na difusão vermelha da Interpol. Segundo o Valor apurou, a expectativa na PF é que a medida seja adotada pela organização, desde o ano passado comanda por um delegado da corporação, Valdecy Urquiza.

A abertura do novo inquérito contra a parlamentar, para apurar obstrução de investigação e coação da Justiça, foi determinada à noite. Moraes também determinou que o Banco Central informe os valores e remetentes de Pix que foram enviados para a deputada no último mês.

Segundo o ministro, Zambelli usa desinformação “para descredibilizar das instituições democráticas brasileiras e de interferir no andamento de processos judiciais em trâmite” no STF.

Moraes pediu ainda para que o presidente da Primeira Turma, Cristiano Zanin, marque uma sessão virtual extraordinária na sexta-feira (6) para julgar os embargos de declaração apresentados pela defesa da deputada.

A medida pode acelerar o processo. Com o encerramento da análise dos recursos, a Corte pode declarar o trânsito em julgado do caso e a determinação do cumprimento imediato da pena.

A análise dos embargos estava



Moraes: ministro determinou bloqueio de redes sociais da deputada, da mãe dela e do filho; plataformas cumpriram a ordem

previsto para começar na sexta, mas o julgamento seguiria o rito normal do plenário virtual e iria até 13 de junho. Agora, Moraes pediu para que o caso seja julgado em um único dia, começando às 11h e terminando às 23h59.

Pelo rito normal, a deputada só poderia ter a prisão decretada após o caso transitar em julgado, isto é, após se esgotarem todas as possibilidades de recurso.

Em resposta, Zambelli classificou como “ilegal, inconstitucional e autoritária” a decisão do ministro do STF. “Nossa Constituição é clara: um deputado federal só pode ser preso em flagrante e por crime inafiançável. Nada disso ocorreu. Ainda assim, um único ministro decidiu, de forma monocrática, rasgar o devido processo legal, ignorar a imunidade parlamentar e violentar a democracia”, afirmou a deputada, em nota.

A parlamentar disse ainda que o “mais grave foi o ataque à minha

família”, já que o ministro determinou o bloqueio da conta de Instagram do filho de 17 anos da deputada. Segundo a parlamentar, ele está iniciando sua trajetória na vida pública. “Não atacou apenas a deputada ou a cidadã Carla Zambelli. Ele atacou uma mãe.”

Zambelli também criticou a ordem de bloquear os perfis de sua mãe, Rita Zambelli, que é pré-candidata a deputada federal. “Ao fazer isso, atinge não apenas a cidadã, mas também a filha.”

Na viagem ao exterior, Zambelli está acompanhada do marido, o coronel Antonio Aginaldo de Oliveira. Ele pediu licença do cargo de secretário municipal de segurança de Caucaia (CE) duas semanas antes de a parlamentar anunciar que estava fora do país e ter um pedido de prisão decretado por Moraes.

O primeiro pedido de licença feito por Aginaldo previa o afastamento do cargo entre 21 e 30 de maio,

em portaria publicada no dia 21 de maio no Diário Oficial do município. A justificativa foi “doença em pessoa da família”. Na quarta-feira, a portaria foi republicada, ampliando a licença para o período entre 21 de maio e 29 de junho, com a mesma alegação. A Prefeitura de Caucaia e a secretaria municipal foram questionadas pela reportagem sobre o afastamento de Aginaldo, mas não responderam. No governo Bolsonaro, o coronel foi diretor da Força Nacional de Segurança Pública.

Zambelli ainda está sendo julgada pelo STF em outro processo, que trata de ameaça com uso de arma de fogo. Na véspera do segundo turno da eleição presidencial de 2022, ela perseguiu um militante pelas ruas de São Paulo. Esse processo está suspenso por um pedido de vistas do ministro Kássio Nunes Marques. Já há cinco votos pela condenação da parlamentar e três pela absolvição. *(Colaborou Murillo Camarotto)*

Evento deve indicar grau de solidariedade do PL

Andrea Jubé
De Brasília

A polêmica em torno da fuga da deputada Carla Zambelli (PL-SP) para evitar a prisão após a condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) respinga no evento promovido pelo partido para dar palanque à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro neste fim de semana. Presidente do PL Mulher e um dos trunfos da legenda para 2026, Michelle reunirá as mandatárias da sigla, num momento em que Zambelli, que foi uma das deputadas mais votadas no país e

uma das faces do bolsonarismo, é considerada foragida da Justiça.

Nesta sexta-feira (6), Michelle vai abrir e comandar o evento “Encontro nacional de mandatárias do PL Mulher”, ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem participado de eventos da legenda para tentar manter o capital político. Eles vão discursar, novamente, no encerramento do evento. Segundo um dirigente do PL, devem participar mais de 1 mil mandatárias do partido, entre deputadas estaduais e federais, prefeitas, vereadoras e uma senadora.

Embora desponte em pesquisas de intenção de votos como possível candidata a presidente da República, os planos efetivos do PL para Michelle incluem eventual candidatura ao Senado pelo Distrito Federal (DF), ou candidatura a vice em possível chapa presidencial encabeçada pelo governador de São Paulo, Tarcsio de Freitas (Republicanos).

Em 2022, Zambelli ocupou o segundo lugar entre os deputados federais eleitos por São Paulo, com mais de 946 mil votos. A fuga dela desfalca a bancada feminina na Câmara, que passa a contar com 13 integrantes de um total de 90 de-

putados federais, já que o suplente dela é um homem, Coronel Tadeu. Até o momento, nem Michelle nem Bolsonaro saíram em defesa da aliada, que já foi uma das principais escudeiras do ex-presidente.

O silêncio do casal evidencia o grau de isolamento em que vivia Zambelli junto às lideranças do bolsonarismo. Nos bastidores, aliados de Bolsonaro eram unânimes em apontar Zambelli como um dos motivos da derrota do ex-presidente na eleição de 2022 pela conduta dela na véspera da votação, quando ela sacou uma arma e perseguiu um homem pelas ruas,

em bairro nobre de São Paulo.

A direção nacional do PL também não se manifestou a favor da deputada. Coube ao líder do PL na Câmara, deputado Sôstenes Cavalcante (RJ), sair em defesa da aliada. Em seus perfis nas redes sociais, ele publicou que a parlamentar “foi forçada a deixar o país” em razão de um crime de opinião. “Quando a voz da maioria é calada por decisões de poucos, não vivemos mais em uma democracia”, acrescentou.

Zambelli foi condenada a dez anos de prisão por unanimidade pela 1ª Turma do STF porque

contratou um hacker para invadir os sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e também por falsidade ideológica. Ela ainda responde por porte ilegal de armas e constrangimento ilegal.

Procurada por meio da assessoria, Michelle não retornou. Zambelli, que declarou pelas redes sociais encontrar-se nos Estados Unidos, divulgou nota à imprensa afirmando que a decisão que decretou sua prisão seria “inconstitucional e autoritária”. Alegou que uma decisão dessa natureza não poderia ser “monocrática”, e reclamou de perseguição à sua família.

TIME

WORLD'S GREATEST PLACES

2025

ROXY

DINNER SHOW

RIO DE JANEIRO

DE QUARTA-FEIRA A DOMINGO

JANTAR A PARTIR DAS 19H
ESPETÁCULO ÀS 21H

UMA LINDA VIAGEM MUSICAL IMERSIVA PELO BRASIL

COMPRE SEU INGRESSO PELO QR CODE OU NA BILHETERIA DO LOCAL

www.roxydinnershow.com.br

Judiciário Processo foi reaberto com voto de André Mendonça, que sinalizou abrir divergência

Julgamento sobre responsabilização de redes por conteúdo é retomado no STF

Tiago Angelo e Isadora Peron
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na quarta-feira (4) o julgamento sobre a responsabilização das plataformas digitais, com o voto do ministro André Mendonça. Ele não concluiu seu posicionamento e vai continuar a se manifestar nesta quinta-feira (5). Antes de dar início à sessão, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, afirmou que o fato de o plenário analisar o assunto não significa uma “invasão à competência dos outros Poderes”. Segundo ele, a decisão dos ministros vai prevalecer até que o Congresso legisle sobre o tema.

Em sua fala, Barroso defendeu que o STF está se debruçando sobre casos concretos e que o julgamento nada “tem a ver com censura”. “O Judiciário não está legislando e muito menos regulando em caráter geral, abstrato e definitivo as plataformas digitais”, afirmou.

O tema pode colocar em confronto o Brasil com os Estados Unidos. No dia 28 de maio, o secretário de Estado americano, Marco Rubio, divulgou comunicado anunciando que era “inaceitável que autoridades estrangeiras exijam que plataformas de tecnologia dos EUA adotem políticas globais de moderação de conteúdo ou se envolvam em ações de censura que vão além de sua autoridade e alcancem os EUA”.

Segundo Barroso, “os critérios que o Tribunal definir só prevalecerão até que o Congresso Nacional legisle, se e quando entender que deve legislar sobre o assunto. E quando o Congresso legislar sobre o assunto, é a vontade do Congres-



Barroso: “o Judiciário não está legislando e muito menos regulando em caráter geral, abstrato e definitivo as plataformas”

so que vai ser aplicada pelo STF, desde que evidentemente compatível com a Constituição”, afirmou.

Apesar de o Congresso ter ensaiado aprovar o chamado “PL das Fake News”, o projeto de lei não foi para frente. Diante da inércia dos parlamentares, a Corte retomou o debate do caso no fim do ano passado. O julgamento, no entanto, foi interrompido por um pedido de vista de Mendonça e só voltou à pauta do plenário nessa quarta.

Barroso afirmou que, no Brasil, um tribunal não tem a possibilidade de dizer que considera um tema muito complexo e deixar de julgá-

lo. Assim, cabe ao Congresso criar as leis e aos STF analisar litígios — e é isso que a Corte está fazendo. E acrescentou que a polarização sempre existiu em todo o mundo e sempre existirá onde houver liberdade de pensamento, mas que deve se basear em oposições de ideias e não entre pessoas de boa e má-fé. “Sempre haverá polarização de ideias em democracias.”

Relator de uma das ações em julgamento, o ministro Dias Toffoli também defendeu que ampliar as hipóteses de responsabilização das redes sociais não é o mesmo que censurar ou tolher a

liberdade de expressão.

“Não se trata de um julgamento que trata de censura ou de tolher a liberdade de expressão. O que estamos a decidir é se é compatível com a Constituição a responsabilização por dano só surgir se houver o descumprimento de decisão judicial”, disse.

Para Toffoli, o artigo 19 do Marco Civil da Internet criou “uma cláusula de imunidade de responsabilização pelo período entre a postagem e a deliberação judicial”. Ao votar no ano passado, o ministro entendeu pela inconstitucionalidade do disposi-

tivo e propôs a adoção da sistemática do artigo 21, que prevê a punição quando a plataforma mantém um conteúdo após receber notificação extrajudicial.

Além de Toffoli e Barroso, o ministro Luiz Fux, que é relator de outra ação que está em julgamento, também já votou. Até agora, os três defenderam a ampliação da responsabilização das plataformas.

Ao se manifestar nessa quarta-feira, Mendonça sinalizou que vai divergir desse posicionamento e defendeu que mentir é errado, mas não é crime. Para o ministro, “não é pelo simples fato de ser mentiroso que um discurso deve ser automaticamente censurado”. “Por si só, mentir é errado, mas não é crime. Configura desvio ético ou moral, mas que, em regra, é desimportante para o direito.” Ele também falou longamente sobre o que considera uma “dificuldade” para diferenciar notícias verdadeiras e falsas. “Se todo fato é elaborado, e se todo fato, ao ser elaborado, é narrado, obviamente podemos contá-lo de diferentes maneiras, sob diferentes perspectivas e, todas elas podem ser tidas como verdadeiras — ou, pelo menos, não objetivamente falsas. É mais do que razoável identificar a dificuldade que possuímos em discernir notícias falsas das verdadeiras.”

Mendonça também considerou que o Congresso, e não o Judiciário, deve tratar da responsabilização das plataformas. “Ao assumir maior protagonismo em questões que deveriam ser objeto de deliberação por parte do Congresso, o Poder Judiciário acaba contribuindo, ainda que não intencionalmente, para a agudização da sensação de desconfiança

verificada em parcela significativa da sociedade.”

O Supremo está analisando duas ações em conjunto. Na que está sob a relatoria de Toffoli, é debatida a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet. O caso concreto é de um perfil falso criado no Facebook. Já o processo relatado por Fux discute a responsabilidade de provedores por publicações de terceiros. O caso trata de decisão que obrigou o Google a apagar uma comunidade do Orkut.

A Meta, dona do Facebook, questionou a ampliação da responsabilização. Em nota enviada ao Valor, defendeu “uma decisão balanceada” sobre o regime de punição civil das plataformas. A empresa diz que “nenhuma grande democracia no mundo jamais tentou implementar um regime de responsabilização para plataformas digitais semelhante ao que foi sugerido até aqui no julgamento do STF”.

Já o Google disse que “abolir regras que separam a responsabilidade civil das plataformas e dos usuários não contribuirá para o fim da circulação de conteúdos indesejados” na internet. “O Marco Civil da Internet pode e deve ser aprimorado, desde que se estabeleçam garantias procedimentais e critérios que evitem insegurança jurídica e a remoção indiscriminada de conteúdo.”

valor.com.br

A coluna de Maria Cristina Fernandes volta a ser publicada no dia 9 de junho de 2025

www.valor.com.br

300 MIL
pessoas
já assistiram
aos dois
primeiros
episódios.

CEO'S
TALK SHOW
com NIZAN GUANAES
histórias inspiradoras de líderes empresariais

Assista você também em

YouTube / meioemensagem



EPISÓDIO 03

PAULA LINDENBERG

CEO DIAGEO

EPISÓDIO 01



JOÃO ADIBE

CEO CIMED

EPISÓDIO 02



MARCELO MELCHIOR

CEO Nestlé

10/06



DIEGO BARRETO

CEO ifood

17/06



PAULA HARRACA

CEO Ânima

24/06



MARCELO ZIMET

CEO L'ORÉAL

01/07



ISABELLA WANDERLEY

CEO novo nordisk

PARA O GOVERNO DO PARÁ NÃO BASTA SEDIAR A COP30. TEM QUE DAR O EXEMPLO.

||||||

Lei de Responsabilidade Ambiental. Uma iniciativa pioneira no Brasil, que garante investimentos contínuos para ações de preservação e conservação dos recursos naturais. O Governo do Pará protege o meio ambiente, para que o meio ambiente proteja o futuro do planeta.

5 DE JUNHO - DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE



* COMPARAÇÃO: 2021 (5,238 km) / 2024 (2,362 km) = -55% FONTE: PRODES/INPE



Pará Sem Fogo
Brigadistas, manejo e combate às queimadas.



Arborização Urbana
Novas árvores em áreas públicas de Belém.



Redução de Desmatamento
Mais de 50% entre 2021 e 2024*.

Política

Executivo Sondagem Genial/Quaest indica que escândalo do INSS anulou efeitos da ofensiva de comunicação do governo entre março e abril

Desaprovação de Lula atinge marca de 57% em pesquisa

Joelmir Tavares
De São Paulo

A desaprovação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou em maio a 57%, o maior índice desde o início do terceiro mandato, segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira (4). Na rodada anterior, em março, o percentual era de 56%. Já a aprovação registrada agora é de 40%, ante 41% no outro levantamento, que já tinha sido o pior na série histórica.

As variações se deram dentro da margem de erro, que é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, mas indicam que o governo foi incapaz de reverter a crise de popularidade no intervalo de dois meses entre uma pesquisa e outra. Desde janeiro, a desaprovação cresceu 8 pontos percentuais, e a aprovação caiu 7.

A nova edição do levantamento ouviu 2.004 entrevistados, entre quinta-feira (29) e domingo (1º), já sob o impacto do escândalo das fraudes em aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os resultados mostram que o governo não conseguiu se descolar do caso e é apontado por parte da população como o maior responsável pelos desvios de benefícios.

Uma parcela de 82% confirmou ter ficado sabendo do escândalo no INSS, sendo que 31% pensam que o principal responsável pelos desvios é o governo Lula e 14% afirmam que foi o próprio INSS. Para 8%, o maior culpado foi o governo Bolsonaro, mesmo percentual dos que credi-

tam que foram as entidades que fraudaram a assinatura dos aposentados. A parcela dos que não sabem ou não responderam é de 26%.

A avaliação negativa do governo Lula também oscilou para cima e atingiu o pico na série histórica da pesquisa, chegando a 43%, ante 41% em março. A positiva foi de 27% para 26%. A regular era de 29% e agora é de 28%. Para 61%, o Brasil está na direção errada, acima do patamar de 56% em março e do de 50% em janeiro. São 32% os que acham que o país está na direção certa, ante 36% e 39% nas duas rodadas anteriores, respectivamente.

Pela primeira vez, a desaprovação do governo Lula superou a aprovação entre os católicos, por 53% a 49%. Em março, os resultados estavam empatados, em 49%. O segmento, até então, demonstrava maior apoio do que o de evangélicos, que sempre foi mais avesso ao presidente. Na nova rodada, a desaprovação no segundo grupo ficou em 66% (ante 67% na pesquisa anterior) e a aprovação foi de 30% (eram 29%).

A pesquisa traz ainda resultados ruins para o governo na base tradicional de apoio a Lula. O governo dele é desaprovado por 54% das mulheres, por 47% dos que têm até o ensino fundamental e por 49%

Auxiliares do governo avaliam que caso de corrupção explica resultado

dos que ganham até dois salários mínimos. Nos três estratos, a tendência foi de alta, com variações dentro da margem de erro. No recorte por regiões, Lula só tem aprovação maior que reprovação no Nordeste, com 54% favoráveis a seu governo e 44% contrários. No Sudeste, a região mais populosa, a reprovação bate 64%, um recorde. No Sul, 62%. No Centro-Oeste, 55%.

Embora os números confirmem a crise de popularidade de Lula, a pesquisa mostra uma melhora na percepção econômica. A opinião de que a economia do Brasil piorou totaliza 48%, 8 pontos percentuais abaixo do registrado em março, que era de 56%. Para 18%, a economia melhorou (eram 16%). E 30% consideram que ela ficou do mesmo jeito (eram 26%).

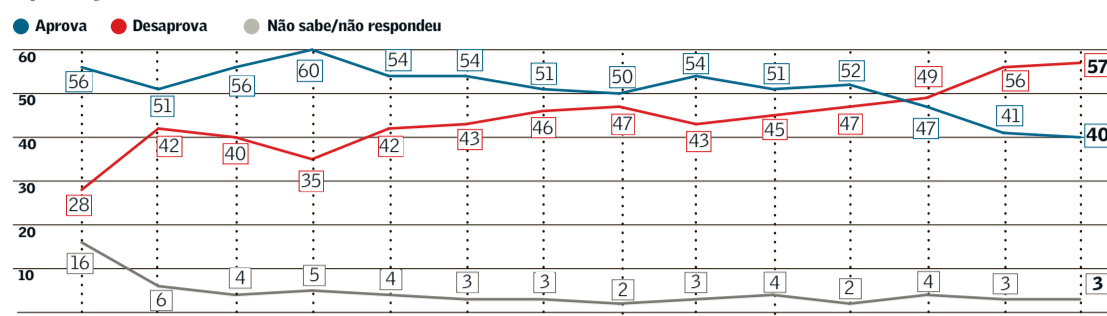
Também há algum alívio nos percentuais de aprovação entre pessoas que conhecem novos projetos oficiais do governo. No caso da proposta de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, 56% dos entrevistados dizem que ouviram falar da iniciativa e 45% aprovam a medida. Em relação à proposta do novo Vale-Gás, 59% tomaram conhecimento e 49% aprovam a ação. De acordo com a pesquisa, 50% das pessoas têm visto notícias mais negativas sobre o governo do que positivas. Uma parcela de 51% responde que não ouviu nenhuma notícia positiva sobre a gestão.

Para 56%, o atual governo Lula está pior que os dois primeiros mandatos dele na Presidência. Na comparação com o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro

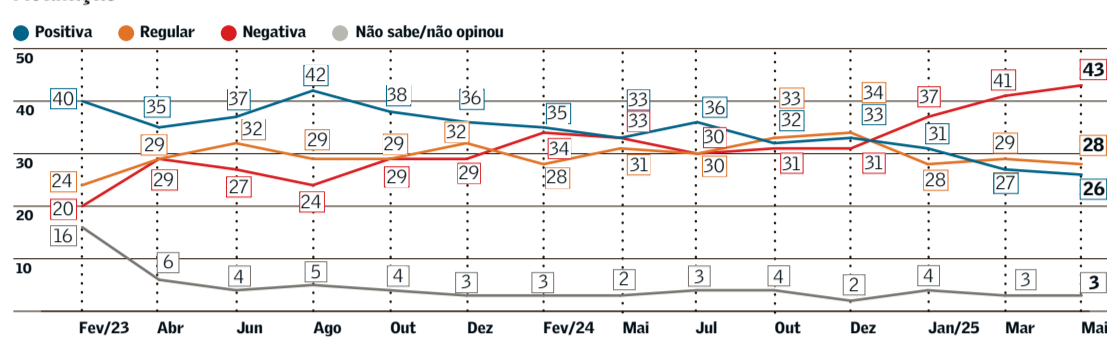
Opinião sobre o governo Lula

Pesquisa Genial/Quaest mostra tendência de queda na aprovação e na avaliação positiva do governo Lula

Aprovação



Avaliação



Maior preocupação em relação ao Brasil

Temas	Abr/23	Ago/23	Dez/23	Mai/24	Jul/24	Out/24	Dez/24	Jan/25	Mar/25	Mai/25
Violência	12	10	10	17	19	17	20	26	29	30
Questões sociais	22	21	13	14	18	16	18	23	23	22
Economia	31	31	25	23	21	24	21	21	19	19
Saúde	12	12	14	19	15	12	15	14	12	10
Corrupção	12	8	12	9	12	13	9	8	10	13
Educação	5	4	5	8	8	7	8	8	7	6

Fonte: Genial/Quaest. Pesquisa feita com 2.004 pessoas entre 29 de maio e 1º de junho de 2025. Margem de erro de 2 pontos percentuais e nível de confiança de 95%.

(PL), 44% acham que a gestão Lula é pior que a do antecessor, enquanto 40% acham melhor. E 45% dos entrevistados consideram que o governo Lula 3 está pior do que esperavam.

A abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o caso do INSS é defendida por 50%, enquanto 43% concordam com a ideia de que a apuração da Polícia Federal é suficiente, e que a oposição só quer desgastar o governo.

Para 52%, a prioridade do governo Lula deveria ser devolver o dinheiro desviado apenas com os recursos que forem bloqueados das

entidades investigadas, enquanto 41% acham que o dinheiro deve ser devolvido mesmo que seja necessário usar verba pública.

Sobre as mudanças no IOF, o percentual dos que ficaram sabendo dos reajustes é menor do que o daqueles que desconhecem a informação (39% e 58%, respectivamente). Para 41%, o governo acertou ao voltar atrás na decisão de aumentar o imposto para aplicações de investimento em fundos, enquanto 36% acham que errou.

A violência se manteve no topo das principais preocupações do brasileiro em relação ao país atual, com 30% das menções. A lista prossegue com questões sociais (22%), em segundo lugar, e economia (19%), em terceiro.

A quarta posição teve uma mudança na comparação com a pesquisa de março. Antes, aparecia saúde, com 12%. Agora, é a corrupção, citada por 13% (antes, era cita-

da por 10%). Na nova rodada, saúde tem 10% das menções, ficando em quinto lugar — as variações entre os levantamentos ficaram dentro da margem de erro. Na sexta colocação, está educação, com 6%.

Integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva responsabilizam o "fator INSS" como o principal motivo para a desaprovação recorde. Auxiliares de Lula, no entanto, ponderam que zera o peso do escândalo na percepção da população sobre o governo é muito difícil, mas avaliam que o impacto negativo pode ser reduzido com as ações e investigações lideradas pelo Executivo. "Vai sempre ficar essa marca. O peso dela é que pode ser diminuído com as ações do governo e investigações. Mas zera é bem difícil", comentou uma fonte. **colaboraram Sofia Aguiar e Renan Truffi, de Brasília**

Resultado negativo já era esperado no Palácio do Planalto

Análise

Andrea Jubé
De Brasília

A desaprovação recorde do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, divulgada pela pesquisa Genial/Quaest, não pegou o Palácio do Planalto de surpresa, porque levantamentos internos encomendados pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) iam na mesma direção. O resultado é atribuído, principalmente, à "crise do INSS" [Instituto Nacional do Seguro Social], intensa-

mente explorada pela oposição nas redes sociais.

Aliados de Lula não escondem a preocupação com a conjuntura adversa, e muitos se afligem com o que consideram excesso de otimismo do presidente. Uma leitura do lado governista, entretanto, é de que o patamar de 40% de aprovação não é o ideal, mas ainda mantém Lula competitivo. Uma aprovação abaixo desse índice, entretanto, fragiliza o candidato. Some-se a isso que a oposição está desorganizada, e se marchar fragmentada para a eleição, tornará menos difícil a vida do PT.

O presidente ainda espera se recuperar com a materialização, nos próximos meses, de bondades já anunciadas, como a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, votação que o Congresso deve concluir no segundo semestre, e a isenção ou desconto na conta de luz de cerca de 100 milhões de brasileiros. Em paralelo, tem anúncios futuros guardados na manga, como um vale-gás turbinado, e novos programas de crédito, um para pequenas reformas nas casas e outro voltado a motoentregadores. A inflação que se mantém resiliente, e a taxa

Selic perto da casa dos 15%, contudo, ameaçam o impacto dessas bondades.

A revelação pela Controladoria Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF) da existência de descontos ilegais nos pagamentos a aposentados e pensionistas do INSS, um eleitorado cativo de Lula, atropelou o governo num momento em que o presidente começava a se recuperar da "crise do Pix" — a disseminação nas redes sociais de informação falsa de que haveria cobrança de impostos sobre a transferência de recursos.

As provas reunidas até agora indi-

cam que o esquema de desvios começou no governo anterior, e autoridades do governo Lula tentaram explorar essa evidência para compartilhar a responsabilidade da crise com a oposição. A Quaest demonstrou, no entanto, que a estratégia falhou porque 31% dos entrevistados afirmaram que o governo Lula é o principal responsável pelos desvios.

O lado positivo da pesquisa é que alguns números sinalizam para a capacidade de recuperação de Lula. Ele reagiu entre eleitores do Nordeste, onde voltou a ter maioria de aprovação. E a expectativa de que a safra recorde

do agronegócio iria impactar o preço dos alimentos parece ter se confirmado, porque refletiu o mau humor com o custo de vida: a Quaest mostrou que 48% sentem a piora da economia, índice oito pontos percentuais abaixo do registrado em março.

Ainda prevalece no Planalto a percepção de um petista de que antes de pensar em ganhar em 2026, é preciso "ganhar 2025". Lula tem munição para isso, mas essa artilharia vai ter de dar conta da inflação, dos juros altos, das "fake news", e de uma oposição mais competente nas redes sociais.

Valor 25 ANOS | 100 ANOS DE GLOBO

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

Falta de identidade afeta popularidade de Lula

Camila Zarur
Do Rio

Com a desaprovação no maior patamar desde o início do terceiro mandato, segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira (4), o principal problema do governo de Luiz Inácio Lula da Silva é a falta de "propósito". É o que avaliam especialistas ouvidos pelo Valor.

Sem mostrar a que veio ou dar uma cara à gestão atual, a popularidade de Lula 3 derrapa com notícias negativas e desconhecimento do eleitorado sobre as ações do governo, conforme mostram dados da pesquisa. Segundo a sondagem, cerca de 60% da população não ouviu falar das iniciativas lançadas pelo Planalto, enquanto 50% disseram ter visto mais informações negativas do que positivas da administração federal.

Esse recorte do que chega de fato aos ouvidos do eleitor se mostra ainda pior para o presidente quando o levantamento indica que 10% dos entrevistados falam da crise do INSS ao responder espontanea-

mente sobre qual é a notícia mais negativa que ouviu da gestão de Lula. Sobre as fraudes no desconto nas aposentadorias e pensões, a pesquisa aponta que 82% das pessoas ouviram falar do caso.

Pelo agregador de pesquisas do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), desde o início de 2025 a aprovação de Lula é menor do que a desaprovação e a diferença entre os dois indicadores aumenta. De acordo com o cientista político Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do Ipespe, esse fenômeno começou a partir da "crise do pix", com a disseminação de fake news de que o modelo de pagamento passaria a ser taxado, e foi aumentando com o caso

"O que propõe o Lula 3? Essa resposta está faltando Antonio Lavareda

do INSS e, agora, com as mudanças no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Para Lavareda, a falta de propósito deixa margem para que notícias ruins afetem ainda mais a imagem do presidente. "Parece apenas tecnicidade de comunicação, mas qual a importância disso? Quando o governante tem um propósito claro, o seu governo, em boa medida, é avaliado pela realização ou não dele. Quando não se tem isso, ele passa a ser avaliado por qualquer coisa que ocupe ou inculque o noticiário", afirma o cientista político.

Na disputa presidencial de 2022, que levou Lula ao Planalto, o petista fez uma campanha mais baseada em oposição ao então presidente Jair Bolsonaro (PL) do que em propostas concretas. Como o presidente mesmo falava na campanha, a política pública do futuro governo seria definida quando ele voltasse ao Planalto.

"Bolsonaro foi derrotado e está inelégível, é um assunto resolvido aos olhos da população. Mas agora

o que propõe o Lula 3? Essa resposta está faltando", diz Lavareda.

Na avaliação do cientista político Cláudio Couto, professor da FGV-Easp, a falta de identidade é medida pela própria pesquisa Genial/Quaest: "Quando se pergunta qual seria a notícia mais positiva [do governo Lula], os números são baixíssimos. Mais da metade diz que não ouviu nenhuma notícia positiva. E dos que falam que ele ajuda os pobres ou citam o Bolsa Famílias, os percentuais são muito pequenos. Então, fica claro que é um governo que não só tem colírio noticiário ruim, como também não tem um rosto, uma cara."

O especialista aponta ainda como fator da baixa popularidade uma percepção ruim da economia. "Mesmo com bons indicadores oficiais — a economia crescendo, a inflação sob controle —, o preço das coisas se estabilizaram num nível muito alto, e isso reflete num custo de vida elevado", afirma Couto, que acredita que, para reverter a desaprovação, será necessário ações concretas do governo e uma melhora na comunicação.

VINHOS DE PORTUGAL

ESTÁ CHEGANDO A HORA!

Já garantiu seus ingressos para viver momentos incríveis no mundo dos vinhos?

A produção de vinhos de Portugal é uma das mais respeitadas e premiadas no mundo. Então, aproveite essa oportunidade de conhecer e degustar centenas de rótulos de diversas regiões portuguesas. O Vinhos de Portugal reúne dezenas de produtores, grandes especialistas, gastronomia, entretenimento, muita informação e uma Área de Convivência super charmosa aberta ao público. Não fique de fora!

Assinante do VALOR tem **20% off** em até **2 ingressos** para o **Salão de Degustação**. Saiba mais em valor.com.br/vinhos



SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

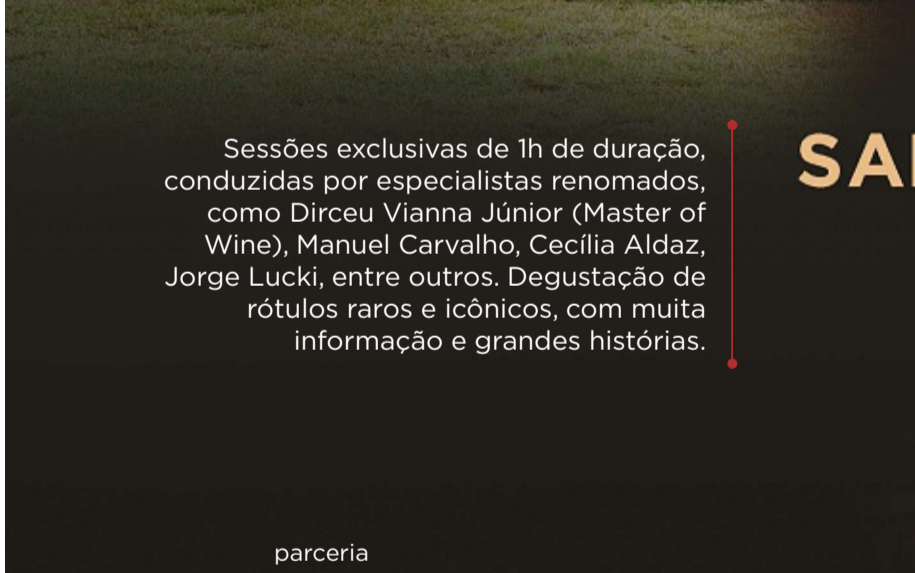
Uma verdadeira viagem pela qualidade e diversidade da produção vinícola portuguesa. São sessões de duas horas para você conhecer e experimentar centenas de rótulos das várias regiões produtoras de Portugal. Imperdível!



ÁREA DE CONVIVÊNCIA

Vinho é celebração e encontro. Por isso, a Área de Convivência, com acesso gratuito, se torna um espaço tão especial: um ambiente charmoso e muito agradável, reunindo bate-papos com degustação de vinhos, saborosas opções gastronômicas, experiências interativas e uma loja de vinhos.

Além do tradicional espaço gratuito do Tomar um Copo, o evento contará também com um espaço exclusivo dedicado a bate-papos sobre enoturismo, em parceria com o Turismo de Portugal. A proposta é apresentar diferentes possibilidades de experiências enoturísticas em todo o país, destacando roteiros incríveis com vários dos produtores presentes no evento.



SALA DE PROVAS

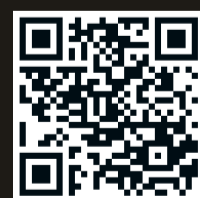
Sessões exclusivas de 1h de duração, conduzidas por especialistas renomados, como Dirceu Vianna Júnior (Master of Wine), Manuel Carvalho, Cecília Aldaz, Jorge Lucki, entre outros. Degustação de rótulos raros e icônicos, com muita informação e grandes histórias.

BEBE COM MODERAÇÃO

parceria
vinhos de portugal **P**

realização
O GLOBO 100 **P** **Valor** ECONÔMICO 25 ANOS

COMPRE AQUI



Para mais informações:
vinhosdeportugal.oglobo.com.br
/vinhosdeportugal
@vinhosdeportugalbr_

participação



apoio

local oficial



hotel oficial



água oficial



loja oficial



cia. aérea oficial



assessoria de imprensa



rádio oficial



curadoria



Conversa Após conversa por telefone, presidente dos EUA disse que a Rússia não está pronta para uma 'paz imediata' na Ucrânia

Putin diz a Trump que irá retaliar ataque de drones da Ucrânia

Agências internacionais

O líder russo Vladimir Putin não está pronto para uma "paz imediata" na Ucrânia, revelou o presidente dos EUA, Donald Trump, após uma conversa de uma hora ontem, durante a qual o presidente russo alertou que irá retaliar o ataque de drones de Kiev à frota de bombardeiros de seu país.

Trump disse que a ligação com Putin foi "boa", abrangendo tanto os conflitos com a Ucrânia quanto as negociações em andamento com o Irã sobre seu programa nuclear, mas acrescentou que não era uma conversa que le-

varia a um avanço nas negociações de paz com Kiev.

"O presidente Putin disse, e com muita veemência, que terá que responder ao recente ataque aos aeródromos", escreveu Trump em sua rede Truth Social após a ligação, que, segundo ele, durou uma hora e 15 minutos.

"Discutimos o ataque aos aviões russos atacados, pela Ucrânia, e também vários outros ataques que vêm ocorrendo por ambos os lados", acrescentou Trump. "Foi uma boa conversa, mas não uma conversa que levará à paz imediata."

Trump não fez nenhuma referência a sanções adicionais ou aos

seus repetidos apelos por um cessar-fogo, que Putin tem ignorado, nem a uma potencial reunião entre líderes, que o ucraniano Volodymyr Zelensky disse apoiar.

A conversa, a segunda entre os líderes em menos de um mês, ocorreu depois que Putin rejeitou os apelos da Ucrânia por um cessar-fogo imediato e uma cúpula de alto nível para encerrar sua invasão em grande escala do país, que já dura três anos.

A guerra na Ucrânia está se intensificando após quase quatro meses de persuasão e ameaças a Moscou e Kiev por parte de Trump, que afirma querer a paz

após mais de três anos do conflito mais mortal na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

A descrição do Kremlin sobre a ligação de ontem não fez referência a uma possível retaliação, destacando, em vez disso, que Moscou espera que os dois lados possam continuar conversando. O assessor do Kremlin, Yuri Ushakov, também disse que Trump disse a Putin que não tinha sido avisado previamente sobre a operação.

Mais cedo, Putin rejeitou uma oferta de Zelensky para negociações diretas de alto nível durante um discurso, no qual não mencionou os ataques às bases aéreas.

Irã rejeita proposta dos EUA



O líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei (foto), criticou ontem a exigência dos EUA de que Teer limite seu programa de enriquecimento de urânio em troca do fim das sanções ao seu país. Khamenei qualificou os americanos de "arrogantes". A

proposta dos EUA, levada às negociações realizadas em Omã, permitiria ao Irã um enriquecimento de urânio em baixa escala, para uso medicinal e científico. Khamenei disse que a proposta americana é "100% contra o nosso espírito".

Trump também sempre 'arrega' na política externa

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Graças ao presidente Donald Trump e ao meu colega do "Financial Times" Robert Armstrong, hoje muitos investidores do mundo todo falam do "comércio Taco".

Foi Robert quem cunhou a frase "Trump sempre arrega" — ou "Taco" (sigla em inglês de "Trump always chickens out", que usa uma expressão popular que indica recuo por medo). O padrão é que o presidente dos EUA promete impor tarifas de importação maciças contra um alvo escolhido. Mas de-

pois ele reduz as tarifas, ou as adia, frequentemente como resposta à reação negativa dos mercados.

Como Jeremy Shapiro, do Conselho Europeu de Relações Exteriores, aponta em um ensaio recente, Trump gosta de fazer ameaças aterradoras de uso da força. Mas muito raramente as cumpre.

No seu primeiro mandato, Trump ameaçou a Coreia do Norte com "fogo e fúria" e também considerou a possibilidade de varrer o Afeganistão "da face da Terra" em 10 dias.

E o que aconteceu? Ele entrou em negociações com a Coreia do Norte sobre seu programa nuclear. Quando as negociações acabaram por fracassar, elas foram seguidas não por

"fogo e fúria", mas por amnésia. A Coreia do Norte acelerou seu programa de armas nucleares nos cinco últimos anos. Trump parece ter esquecido do problema.

No caso do Afeganistão, Trump basicamente aceitou retirar as tropas americanas do país sem garantir nenhuma concessão real do Talibã — criando as condições para a queda de Cabul durante o governo de seu sucessor, Joe Biden.

O uso da força mais marcante no primeiro mandato de Trump foi o assassinato de Qassem Soleimani, o chefe da força Quds do Irã, em janeiro de 2020. Mas Trump só autorizou o ataque com drones depois que lhe garantiram que o risco de uma reta-

liação iraniana era baixo.

Shapiro examinou os dois períodos de Trump na Casa Branca e localizou 22 ocasiões, até agora, em que ele ameaçou usar a força. Mas apenas duas em que cumpriu a ameaça. Nesse período, algum tipo de uso da força aconteceu 25 vezes — foram principalmente ataques limitados contra grupos terroristas, como o Estado Islâmico ou a Al-Qaeda. Mas só em duas ocasiões eles foram precedidos por uma ameaça presidencial.

"Trump usa ameaças e força de maneira muito parecida à do valentão que intimida crianças no parque: embora seja grande e pareça poderoso para os outros, ele na verdade tem medo de usar a força em

qualquer situação que se assemelhe mesmo que vagamente a uma luta justa... A violência real só ocorre contra inimigos muito mais fracos, que não têm nenhuma esperança de poder revidar", disse Shapiro.

Aplicar o princípio "Taco" às crises da política externa de hoje é instrutivo. Trump tem ameaçado autorizar ataques ao Irã se as negociações atuais para limitar seu programa nuclear fracassarem. Mas o histórico sugere que o mais provável é que ele continue muito relutante em atacar o Irã.

No que diz respeito à Ucrânia, a probabilidade é de que Trump seja ainda mais reticente do que o governo Biden em relação a qualquer

coisa que crie o risco de uma escalada com a Rússia.

O que diferencia Trump não é sua relutância em entrar em guerra — mas o contraste impressionante entre sua retórica de sujeito durão e sua cautela no mundo real. O atual presidente parece ter invertido a famosa frase de Theodore Roosevelt sobre falar manso, mas sempre carregar um porrete. Trump prefere berrar alto enquanto empunha um graveto.

Mas há um problema óbvio em dar importância demais ao princípio "Taco". Agora que sabe dele, Trump pode se sentir na obrigação de provar que é um sujeito durão de verdade.

Fique por dentro de tudo sobre a ALLOS

O **Valor Empresas 360** traz a visão completa das empresas brasileiras, agrupando conteúdos do Valor Econômico, do Pipeline, do Valor Investe e do Valor **PRO**. O que é essencial para quem está pensando em investir está aqui. Acompanhe os principais indicadores e informações empresariais da **ALLOS** e de diversas empresas brasileiras, e também tenha à disposição as ferramentas de análise e um banco de dados exclusivo. A **ALLOS** é a mais inovadora plataforma de serviços, entretenimento, lifestyle e compras do Brasil, com mais de 50 shoppings espalhados por todo o país.

CONHEÇA AS INFORMAÇÕES AGRUPADAS POR EMPRESA

Informações corporativas

Dados cadastrais, histórico, balanços e principais indicadores contábeis e financeiros.

Notícias sobre a empresa

Tudo o que o Valor, Pipeline e Valor Investe publicarem sobre a empresa, num único feed de notícias.

Gráficos Interativos

Cotações atualizadas on-line, variações e gráficos das ações e valor de mercado de todas as empresas da B3.

Conteúdo personalizado

História da Empresa, ESG, Teleconferências, Palavra do CEO, Atração de Talentos e press releases para uma comunicação com todos os seus stakeholders: investidores, fornecedores, analistas financeiros e consumidores.



Acesse o QR Code e saiba tudo sobre a ALLOS.

VALOR EMPRESAS 360
Para quem investe sabendo

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

100 ANOS DE GLOBO

Valor **EMPRESAS 360**

JORNAL DA CBN

**Todos os ângulos da notícia para você
começar o dia bem-informado.**



Diariamente, a partir das 06h
com **Cássia Godoy** e **Milton Jung**

Aqui, cada fato é analisado por **um time de comentaristas renomados**,
trazendo diferentes pontos de vista e abordagens:



Cortella
Sociedade e Comportamento



Miriam Leitão
Economia



Malu Gaspar
Política



Lauro Jardim
Política



Sardenberg
Economia



PVC
Esporte



Eduardo Rauen
Bem-estar & movimento



Pedro Doria
Tecnologia



Thassius
Tecnologia



Marcelo D'Agosto
Economia



Luis Fernando Correia
Saúde física e mental

CBN | 100
ANOS DE GLOBO

**ESTÁ EM TODOS
OS LUGARES:**
na rádio, no app, no site,
na Alexa, no YouTube
e nas principais
plataformas de áudio.



Ouçá agora!

Valor PRO

Velocidade e precisão para quem decide.



No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.



Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Acesse www.valorpro.com.br e conheça.

Internacional

Cenário Escritório de Orçamento do Congresso disse ainda que as tarifas do presidente vão reduzir o crescimento econômico e gerar inflação

Projeto de lei de Trump elevará dívida dos EUA em US\$ 2,4 tri, diz CBO

Myles McCormick e Lauren Fedor
Financial Times, de Washington

O projeto de lei tributária de Donald Trump adicionará US\$ 2,4 trilhões à dívida dos EUA até 2034, alertou ontem o órgão fiscal do Congresso, no mais recente golpe ao presidente, que tem pressionado o Senado a apoiar a legislação.

O Escritório de Orçamento do Congresso (CBO) afirmou ontem que o "grande e belo projeto de lei" de Trump vai aumentar os déficits orçamentários na próxima década, apesar da insistência do governo em reduzi-los.

Os números alimentarão uma disputa no Congresso, onde Trump tem buscado persuadir os defensores da política fiscal a apoiar o projeto de lei, depois que alguns expressaram preocupações sobre seu potencial impacto na já crescente dívida do país.

O mercado de títulos do Tesouro cresceu de US\$ 5 trilhões em 2008 para US\$ 29 trilhões atualmente, com os EUA cortando impostos e aumentando os gastos. O CEO do JPMorgan Chase, Jamie Dimon, alertou na semana passada que o mercado de Treasuries entraria em colapso se o país não adotou um caminho mais sustentável.

A nova legislação estende os cortes de impostos introduzidos pelo presidente em 2017, ao mesmo tempo em que cortaria programas sociais, incluindo o Medicaid, que oferece assistência médica a americanos de baixa renda e deficientes. Também eleva o teto da dívida, ou limite para empréstimos do governo, em US\$ 5 trilhões.

O CBO disse ontem que o projeto de lei reduzirá a receita tributária em US\$ 3,75 trilhões na próxima década, mesmo com um corte de gastos de US\$ 1,3 trilhão. O número de pessoas sem plano de saúde aumentaria em 10,9 milhões.

O projeto foi aprovado por uma margem apertada na Câmara dos Deputados, controlada pelos republicanos, no mês passado, mas agora enfrenta uma dura batalha no Senado. Trump quer promulgar a lei até 4 de julho.

O Partido Republicano do presidente controla o Senado por uma margem de 53 a 47, o que significa que só pode perder o apoio de três senadores para aprovar o projeto por maioria simples, visto que se espera que todos os senadores democratas votem contra.

O governo Trump insiste que a legislação desencadeará um au-

mento no crescimento econômico e afirma que as receitas das tarifas de Trump não foram incluídas nas estimativas de seu impacto fiscal.

O relatório do CBO não levou em conta os efeitos macroeconômicos da legislação, mas o órgão informou separadamente que estima que as tarifas — como estavam em meados de maio — poderiam reduzir a dívida do país em US\$ 2,8 trilhões em 10 anos.

Mas alertou que as tarifas vão elevar a inflação em uma média de 0,4% neste ano e no próximo, e reduzir o crescimento real do PIB em 0,6% até 2035, como resultado da reação dos parceiros comerciais. O relatório afirma que essas estimativas estavam sujeitas a "significativa incerteza", visto que a política tarifária poderia mudar.

Antes da divulgação do relatório, a secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse que o CBO "está historicamente errado" e o acusou de parcialidade contra os republicanos.

"Infelizmente, esta é uma instituição em nosso país que se tornou partidária e política, e estamos muito confiantes em nossas próprias análises econômicas deste projeto de lei. Há uma economia de US\$ 1,6 trilhão", disse Leavitt.



Líder da maioria republicana no Senado, John Thune, se reuniu ontem com Trump para discutir o projeto de lei fiscal

Trump proíbe entrada de cidadãos de 12 países nos EUA

Agências internacionais

O presidente Donald Trump anunciou na noite dessa quarta-feira (4) a proibição da entrada de cidadãos de 12 países nos Estados Unidos, retomando uma polémica política adotada em seu primeiro mandato.

Os países incluídos são Afeganistão, Mianmar, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Eritreia, Haiti, Irã, Líbia, Somália, Sudão e Iêmen. Além da proibição, que entra em vigor na próxima segunda-feira, haverá restrições adicionais para visitantes do Burundi, Cuba, Laos, Serra Leoa, Togo, Turcomenistão e Venezuela.

"Devo agir para proteger a segurança nacional e o interesse nacional dos Estados Unidos e de seu povo", declarou Trump ao assinar o decreto.

A lista é fruto de uma ordem executiva emitida por Trump em 20 de janeiro, dia da posse, exigindo que os departamentos de Estado e de Segurança Interna, juntamente com o Diretor de Inteligência Nacional, elaborassem um relatório sobre "atitudes hostis" em relação aos EUA e se a entrada de pessoas de determinados países representava um risco à segurança nacional. Em seu primeiro mandato, Trump emitiu uma ordem executiva em janeiro de 2017 proibindo a entrada nos EUA de cidadãos

de sete países predominantemente muçulmanos: Iraque, Síria, Irã, Sudão, Líbia, Somália e Iêmen.

Segundo Trump, a nova proibição permitiria ao governo americano "proteger seus cidadãos contra ataques terroristas". Em um vídeo publicado nas redes sociais, ele disse que mais países poderiam ser adicionados à lista conforme ameaças surgissem ao redor do mundo e que nações poderiam ser excluídas da lista caso fizessem melhorias significativas em seus processos de triagem. Para justificar a medida, ele também citou um recente ataque feito à comunidade judaica do Colorado por um imigrante egípcio. No entanto, o Egito não foi alvo do decreto assinado ontem.

Brasil, Canadá e México buscam acordo sobre aço

Maya Averbuch, Simone Iglesias e Mariana Durao
Bloomberg

O premiê do Canadá, Mark Carney, a presidente do México, Claudia Sheinbaum, e o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, têm tentado chegar a um acordo com a Casa Branca, com o argumento de que devem ser tratados de maneira diferente da dos outros países do mundo que foram alvo do aumento para 50% da tarifa de importação sobre o aço imposto pelo presidente Donald Trump. Os três países respondem por cerca de metade das importações de aço dos EUA.

No Canadá, o maior fornecedor estrangeiro de aço para os EUA, Carney insistiu em que as negociações estavam progredindo, ao mesmo tempo em que caracterizou o aumento da tarifa como "ruim para os trabalhadores americanos, ruim para a indústria americana". Sheinbaum, por outro lado, afirmou que pode tomar medidas a respeito já na semana que vem se as negociações fracassarem. Os dois governos têm classificado esses aumentos de ilegais.

O governo Lula planeja seguir com as tentativas de negociar uma redução das tarifas sobre o aço e o restabelecimento de cotas comerciais semelhantes às que Trump acertou durante seu primeiro mandato, de acordo com duas fontes familiarizadas com a situação que pediram para não ter seus nomes revelados porque estavam falando de assuntos internos. Essas fontes disseram que as negociações entre o Brasil e os EUA continuam e o governo Lula não vê nenhuma necessidade de pressa.

A decisão de Trump, no início desta semana, de aumentar de 25% para 50% as tarifas de importação sobre o aço e o alumínio abalou o relacionamento dos EUA com alguns de seus maiores parceiros comerciais. Grupos do setor siderúrgico na América Latina avisaram que isso pode afetar milhares de empregos, ao mesmo tempo em que os governos insistem que um acordo é possível.

O México tem procurado um acordo com os EUA com o argu-

mento de que a imposição da tarifa de 50% para todos os países do mundo é injusta, dado que há um acordo regional de livre comércio e porque o México tem um déficit no comércio de aço com os EUA.

"Não acreditamos que isso é justo ou sustentável", afirmou Sheinbaum em entrevista ontem. "Esperamos chegar a um acordo, mas se não conseguirmos, anunciaremos medidas necessárias para fortalecer e proteger nossos empregos."

O ministro da Economia do México, Marcelo Ebrard, viajou para Washington amanhã, para negociações com os americanos. Na terça-feira, ele disse que o México tem um "plano B", caso o aumento da tarifa continue em vigor. "Vamos apresentar nossos argumentos para que o México seja excluído dessa medida", afirmou Ebrard.

Segundo a Canacero, que representa a indústria siderúrgica mexicana, as empresas já sofrem o impacto das tarifas anteriores sobre o aço. Em comunicado, a associação informou que as exportações de aço do México caíram cerca de 50% em abril e maio.

"O aço mexicano não representa uma ameaça ao mercado americano", argumentou a Canacero.

A Aço Brasil, que representa as empresas siderúrgicas brasileiras, divulgou ontem um comunicado no qual se declara "muito preocupada" com um aumento de tarifas que agravará o já delicado cenário mundial do setor.

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse ontem a jornalistas que autoridades comerciais brasileiras e americanas formaram um grupo de trabalho para discutir as tarifas e o governo Lula buscará "aprofundar o diálogo e enfatizar que o Brasil não é um problema para os EUA".

De acordo com a Aço Brasil, os dados mostram que o aço fabricado nos EUA não atende à demanda atual, o que significa que as tarifas terão efeitos prejudiciais não só para os exportadores brasileiros como também para a indústria americana. A entidade pediu ao governo brasileiro que pressione pela retomada do sistema de cotas, para permitir exportações para os EUA sem tarifas adicionais.

Limite chinês a terras raras afeta mais indústrias

Victoria Waldersee e Christoph Steitz
Reuters, de Berlim e Frankfurt

Algumas fábricas de autopeças europeias suspenderam a produção e a Mercedes-Benz está analisando maneiras de se proteger contra a escassez de terras raras, em meio à crescente preocupação mundial com os impactos das restrições chinesas às exportações de minerais críticos.

A decisão tomada pela China em abril, de suspender as exportações de uma ampla gama de terras raras e ímãs relacionados, desorganizou as cadeias de abastecimento essenciais para as montadoras, fabricantes da indústria aeroespacial, empresas de semicondutores e companhias que trabalham sob contrato para a área de defesa em todo o mundo.

O domínio exercido pela China sobre o setor de minerais críticos, essenciais para a transição energética verde, é cada vez mais visto como uma vantagem estratégica de Pequim em sua guerra comercial com o presidente Donald Trump dos EUA. A China produz cerca de 90% das terras raras do mundo, e representantes da indústria automobilística alertam para os riscos crescentes à produção devido à dependência desses insumos.

"Isso só amplia a pressão sobre um sistema que é altamente organizado, em que as peças são encomendadas com muitas semanas de antecedência", disse ontem Sherry House, diretora financeira da Ford, em uma conferência de investidores.

Ela afirmou que os controles às exportações da China impõem camadas administrativas que às vezes funcionam bem, às vezes não.

O comissário de Comércio da União Europeia, Maros Sefcovic, disse nesta quarta-feira que ele e seu homólogo chinês concordaram em esclarecer a situação das terras raras o mais rápido possível. "Temos de reduzir nossas dependências de todos os países, especialmente a China, da qual somos mais do que 100% dependentes", disse Stéphane Sejourne, comissário de Estratégia Industrial da União Europeia.

"As restrições às exportações aumentaram nossa determinação de diversificar", disse ele, ao anunciar

China é campeã de terras raras

País possui metade das reservas globais estimadas

Reservas de elementos de terras raras em toneladas

10 mi 20 mi 30 mi 40 mi



Fonte: US Geological Survey. Obs.: Dados até janeiro de 2025

que Bruxelas identificou 13 novos projetos fora do bloco voltados para aumentar o fornecimento de metais e minerais essenciais.

A Clepa, associação europeia de fornecedores da indústria automobilística, disse que várias linhas de produção foram paralisadas após ficarem sem insumos. É o alerta mais recente para a crescente ameaça à produção em decorrência dos controles à exportação.

Segundo a entidade, das centenas de pedidos de licenças de exportação feitos pelos fornecedores automotivos desde o começo de abril, apenas um quarto foi aprovado até agora, segundo a Clepa, com algumas solicitações rejeitadas por motivos que a associação descreveu como "altamente burocráticos".

Embora o anúncio de abril da China coincida com um pacote mais amplo de retaliação contra as tarifas de Washington, as medidas se aplicam globalmente e estão causando preocupação entre empresas do mundo todo.

Ontem, mais cedo, o diretor de produção da Mercedes-Benz, Joerg Burzer, disse estar conversando com os principais fornecedores para criar "proteções", como estoques estratégicos, a fim de se proteger contra possíveis ameaças ao

fornecimento. A Mercedes não está sendo afetada pela escassez no momento, disse ele.

A BMW disse que parte de sua rede de fornecedores sofreu interrupções, mas que suas próprias fábricas seguem operando normalmente.

As montadoras alemãs e americanas têm reclamado que as restrições impostas pela China ameaçam a produção, depois de uma queixa semelhante feita por uma fabricante indiana de veículos elétricos na semana passada.

Mathias Miedreich, do conselho de propulsão eletrificada da fornecedora automotiva alemã ZF Friedrichshafen, disse que a companhia conseguiu, em parte, obter licenças necessárias da China.

Em uma entrevista coletiva na terça-feira, ele disse temer que a situação possa, no final, se assemelhar à escassez de chips de computadores registrada durante a pandemia de covid-19, que eliminou milhões de veículos dos planos de produção das montadoras.

Muitas empresas estão pressionando seus governos para encontrar uma solução rápida, mas algumas delas só têm estoques suficientes para algumas semanas ou meses, disse Wolfgang Weber, CEO da ZVEI, associação da indústria elétrica e digital da Alemanha, em um comunicado por e-mail.

A sueca Autoliv, maior fabricante mundial de airbags e cintos de segurança, disse que suas operações não foram afetadas, mas o CEO Mikael Bratt disse que criou uma força-tarefa para gerenciar a situação. Há poucas alternativas à China.

"Temos de reduzir nossa dependência principalmente da China"
Stéphane Sejourne

Montadoras como General Motors (GM) e BMW, e grandes fornecedores de autopeças como a ZF e a BorgWarner, estão pesquisando ou desenvolvendo motores com baixo ou nenhum teor de terras raras, na tentativa de reduzir sua dependência da China, mas poucas conseguiram aumentar a produção para reduzir os custos.

A BMW adotou um motor elétrico sem ímãs para a sua nova geração de veículos elétricos, mas ainda depende de terras raras para motores menores que acionam componentes como limpadores de para-brisa e vidros elétricos.

"Não há uma solução para os próximos três anos, a não ser chegar a um acordo com a China", diz Andreas Kroll, diretor-gerente da Noble Elements, importadora de terras raras voltada para empresas de médio porte e startups sem estoques próprios.

"A China controla praticamente 99,8% da produção mundial de terras raras pesadas. Outros países só conseguem produzi-las em quantidades mínimas, praticamente em escala laboratorial."

A lentidão da China em flexibilizar seus controles às exportações de minerais críticos tornou-se o foco das críticas de Trump a Pequim, que ele diz ter violado a trégua firmada em maio para reverter tarifas e restrições comerciais.

Trump vem tentando redefinir relações comerciais dos EUA com seus maiores rivais econômicos, impondo tarifas pesadas sobre produtos importados, na esperança de reduzir seu déficit comercial e repatriar produção industrial.

Ele impôs tarifas de até 145% à China, apenas para reduzi-las após uma reação negativa do mercado financeiro. A China reagiu com suas próprias tarifas e usa sua posição dominante em cadeias de abastecimento estratégicas para pressionar Trump a recuar.

Espera-se que Trump e o presidente chinês Xi Jinping conversem esta semana para tentar resolver as divergências, e as restrições às exportações deverão estar no topo da agenda.

Em uma postagem nas redes sociais, ontem, Trump disse que Xi é "MUITO DURO, E EXTREMAMENTE DIFÍCIL DE NEGOCIAR", ressaltando a fragilidade do entendimento entre os dois países.

Tarifas atingem siderúrgicas do Brasil em momento delicado

O presidente Donald Trump cismou que as tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio não eram suficientes para defender a indústria americana e resolveu de repente dobrá-las para 50%. Os EUA compraram de seus três maiores fornecedores, Canadá, Brasil e México, pela ordem, pelo menos 15,5 milhões de toneladas, de um total de 26,2 milhões de toneladas importadas, o equivalente a quase um terço de sua produção doméstica. Com o aço como insumo básico na produção industrial, é provável que as usinas siderúrgicas americanas não tenham capacidade para aumentar sua oferta neste volume em um par de meses, e talvez nem em período bem mais longo. Sem ser autossuficiente, os EUA verão os preços subirem com a formação de um oligopólio protegido na marra da concorrência externa.

Há anos a indústria americana é pouco competitiva, e só por intervenção do presidente Joe Biden uma de suas mais tradicionais empresas, a US Steel, não foi comprada pela Nippon Steel. Outra intervenção, dessa vez de Trump, em maio, permitiu uma parceria que manteve sob controle nacional a siderúrgica, com grande dose de injeção de capital dos japoneses. Foi diante dos trabalhadores da US Steel que o presidente americano anunciou, em 30 de maio, que aumentaria para 50% as tarifas de aço e alumínio. Em seu primeiro governo, como agora, Trump se baseou em legislação que lhe deu poderes para isso — garantir o fornecimento de aço em mãos americanas era uma questão de “segurança nacional”.

Em 50%, as tarifas paralisarão os principais fornecedores, como o Brasil, e só não inviabilizarão completamente as vendas porque todos os exportadores que disputam o mercado americano estarão sob o peso da mesma taxa. Uma exceção é o Reino Unido, que pagará “apenas” 25% porque fez um acordo com os EUA, o único feito até agora, apesar do suposto frenesi de negociações do governo Trump.

A barreira protecionista é um golpe muito profundo em especial no Canadá. Além de maior fornecedor, ele vende 90% de sua produção de 6,55 milhões de toneladas para empresas americanas. Também tem um tratado de livre comércio com os EUA que completaria 30 anos em 2024 (Nafta), e que foi renegociado, por exigência dos EUA, no primeiro mandato de Trump. O acordo permitiu ao Canadá expandir sua produção muito acima de seu consumo para atender ao maior mercado do mundo em condições muito competitivas. De uma hora para outra, esse mercado sumiu.

O Brasil já tinha sido alvejado por Trump em seu mandato

anterior, mas as tarifas não eram tão altas, e depois se estabeleceu um sistema de cotas de exportação para o aço e o alumínio brasileiros. O governo Lula negociou a mesma solução agora, mas não teve sucesso, mesmo sendo um dos poucos países com os quais os EUA têm superávit comercial.

Mesmo com 25% de taxa, em abril, um mês após o início de sua vigência, as exportações de produtos semiacabados de ferro e aço brasileiros caíram 30,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Estatísticas da AçoBrasil, entidade que representa a indústria do aço, mostram que no primeiro trimestre em relação ao primeiro de 2024 as exportações de semiacabados caíram 14,2%, as de aços longos, 10,4% e as de aços especiais, 19,1%. A queda é basicamente obra da barreira dos EUA, para onde foram destinadas 73,7% das vendas externas de aço. Os países da América Latina, com 19,3% do total, são o segundo maior destino, e nela o Mercosul tem fatia de 7,9%.

O Brasil é muito competitivo em aço no mercado americano, embora perca na disputa global para as vendas a baixo custo do maior produtor mundial, a China. Mas o fechamento das fronteiras americanas põe as usinas brasileiras em delicada posição. Geograficamente, há enorme concentração de suas vendas nos EUA, e não é rápida nem simples a diversificação de mercados, em especial com as usinas chinesas despejando seu crescente excesso de produção nos mercados mundiais e derrubando preços.

O acesso ao cliente principal está se fechando em um momento em que as importações estão aumentando: subiram 21% em volume e 7,1% em valor no primeiro trimestre. Mais da metade das compras externas de aço são provenientes da China, em um movimento que, com o cerco comercial americano a Pequim, tende a acelerar as vendas chinesas não só para o Brasil, mas para todos os países. Além disso, a utilização da capacidade de produção interna das empresas brasileiras em abril era de 61,9%, abaixo da média de 66% dos últimos 5 anos e muito abaixo dos 83% da média de 2011-2009. As perspectivas para a produção local são de um enfraquecimento do mercado doméstico, com a desaceleração da economia.

A barreira ao aço poderá ser atenuada, dependendo de qual fator prevalecer: a pressão dos preços internos nos EUA e das empresas consumidoras, que deverá ser intensa, ou eventuais condições especiais a serem oferecidas por um dos maiores fornecedores, não muito provável, mas possível. No início, Trump dá a impressão de que poderá ditar quem terá acesso privilegiado ao mercado americano e a que preço. Esse poder se revelará passageiro e ilusório.

Há grande incoerência no discurso da redenção social por meio da renda do petróleo. Por Alessandra Cardoso

Sobre a ilusão na Margem Equatorial

O governo federal sustenta seu apelo pela exploração de petróleo na Margem Equatorial com base em duas narrativas principais: a da segurança energética nacional e a da promessa de desenvolvimento para uma região historicamente excluída de oportunidades. Ambas são tão poderosas que capturam o imaginário nacional e obscurecem a real compreensão do que está em jogo.

No que diz respeito à segurança energética, os dados oficiais do Plano Decenal de Energia (PDE 2034) colocam essa justificativa em xeque. Mesmo sem considerar a exploração na região da Foz do Amazonas, a produção brasileira deve atingir o pico de 5,2 milhões de barris por dia em 2030. Desse total, cerca de 60% serão destinados à exportação. E, ainda com a queda estimada para 4,2 milhões de barris em 2034, o país deverá exportar 53% do que produzir. Além disso, a tendência de substituição das fontes fósseis, impulsionada pela trajetória da transição energética no país, reduzirá a demanda interna por petróleo no horizonte pós-decenal.

Assim, a expansão da fronteira de exploração na Margem Equatorial cumpre a função de reforçar a posição do Brasil na geopolítica global como exportador de petróleo cru. Vale lembrar que, em 2024, o petróleo liderou as exportações de commodities brasileiras, superando a soja.

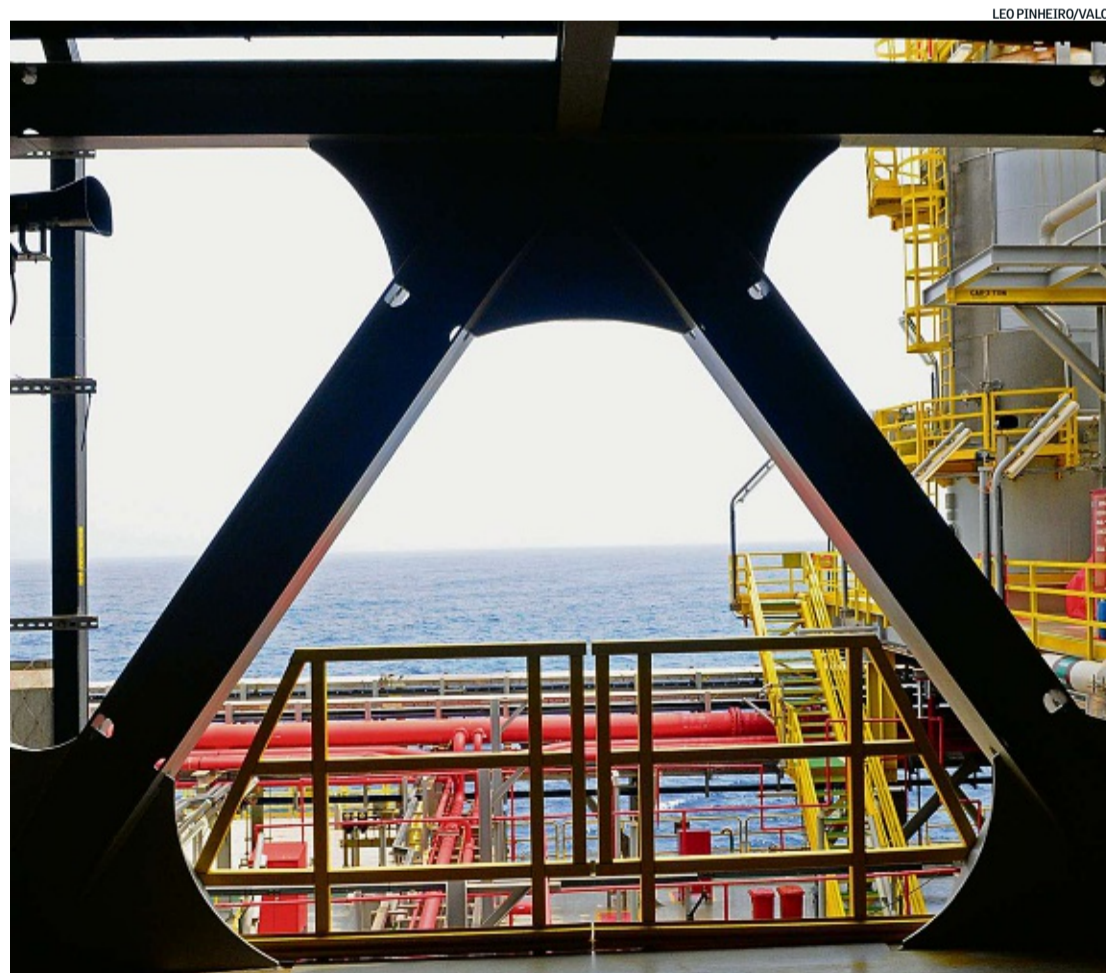
Logo, o discurso da segurança energética doméstica mascara um problema que não pode ser ignorado. Se por um lado, o país mantém sua dependência econômica associada à lógica primária exportadora, por outro, se vê

fragilizado como liderança no debate climático global, em pleno os arranjos para sediar a 30ª Conferência das Partes (COP30), quando serão discutidas justamente as ações conjuntas para combater o aquecimento global.

É preciso sempre lembrar que mais de 80% das emissões globais de gases de efeito estufa decorrem da queima de combustíveis fósseis, especialmente do petróleo. Esse problema não é somente doméstico, é eminentemente global. A transição para além dos combustíveis fósseis exige que os países sejam capazes de estabelecer critérios e instrumentos que viabilizem essa transição de forma “justa, ordenada e igualitária”. Mas estamos longe desse cenário.

As decisões nacionais de ampliar a produção e exportação serão cobradas na conta global de emissões de carbono. Mas o atual governo se esquiva desse debate tentando justificar, de forma frágil, a expansão da fronteira de exploração em nome da segurança energética nacional. Perdemos, assim, a oportunidade de, como país anfitrião da COP30, liderar pelo exemplo no cenário multilateral, promovendo um debate de alto nível que represente um marco de maturidade para o chamado “direito ao desenvolvimento”, que precisa evoluir rapidamente para o debate acerca de que desenvolvimento precisamos diante da emergência climática global.

É verdade que, enquanto o petróleo for amplamente consumido, haverá países disputando seu fornecimento. Também é fato que os bilhões de reais ou dólares em investimentos geram empregos, movimentam cadeias produtivas e resultam em arrecadação de impostos. Mas esse resultado está



cada vez mais longe de ser vocalizado pelo setor de óleo & gás. O país tem condições de se tornar potencial mundial em combustíveis do futuro, assim como em bioeconomia. O que falta é prioridade política para que recursos e capacidades institucionais sejam canalizadas com mais força às novas trajetórias de desenvolvimento. Subsídios que hoje reforçam de forma artificial a rentabilidade do petróleo poderiam, por exemplo, serem reformados liberando recursos para a superação da dependência fóssil e aceleração dessas trajetórias.

A defesa pró expansão da fronteira do petróleo argumenta ainda que a chamada “renda do petróleo” (royalties, participações especiais, bônus de assinatura) é fundamental à superação das desigualdades sociais. No entanto, essa relação não é direta, muito menos garantida.

O que se observa hoje é uma grande incoerência entre a realidade e o discurso da redenção social por meio da renda do petróleo. Um estudo recente do Inesc traçou um panorama completo da arrecadação, distribuição e uso dessa renda no Brasil. A pes-



quis evidência desde a excessiva concentração dos recursos em poucos Estados e municípios até a judicialização, no plano subnacional, de normas que garantiriam uma repartição mais justa no país e a obrigatoriedade de aplicação dos recursos em políticas de educação e saúde.

Essas questões revelam que a narrativa pró-exploração da Margem Equatorial está envolta em véus retóricos que pouco contribuem para um debate sério sobre petróleo, clima e desenvolvimento. A tríade formada por segurança energética, desen-

volvimento e exploração do petróleo ecoa fortemente no imaginário desenvolvimentista, mas carece de avaliações fundamentadas em critérios técnicos e evidências que a sustentem. Quanto à narrativa do desenvolvimento regional, grande parte do discurso idealizado de redenção da Amazônia se ancora na expectativa de aumento significativo das receitas do Estado do Amapá com o recebimento de royalties. No entanto, esses recursos estariam concentrados nesse Estado e só começariam a chegar dentro de aproximadamente dez anos — em um cenário repleto de incertezas quanto ao crescimento da economia global e à tendência de queda da demanda e do preço do petróleo. Isso torna instável e provavelmente superestimada a expectativa em torno dessa futura arrecadação.

Tal cenário, distante do idílico desenvolvimento amazônico, se agrava diante da perspectiva de flexibilização das regras de licenciamento ambiental que, na versão aprovada no Senado, chance-la a avaliação política de projetos e está claramente endereçada a viabilizar a sanha exploratória na Margem Equatorial à revelia do mecanismo de precaução.

É assim, em nome de uma ideia vaga de soberania nacional e desenvolvimento, que o governo vem se esquivando da responsabilidade histórica de ponderar os reais custos e implicações — bem como os eventuais benefícios — da expansão da fronteira de exploração até a Foz do Amazonas, tanto para o país quanto para a região amazônica.

Alessandra Cardoso é assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.pr_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)	Editor de Agronegócios Patrick Cruz (patrick.cruz@valor.com.br)	Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)	Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)	Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)	Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)	João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)	Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)	(lu.aiko@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)	Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)	Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)	Editora Visual Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)	Maria Cristina Fernandes (mrcristina.fernandes@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)	Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)	Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)	Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)	Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)	Editora de Projetos Especiais Célia Rosenthal (celia.rosenthal@valor.com.br)	Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)	Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)	Marina Falção (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)	Editor de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)	VALOR INVESTE Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)	Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)	PIPELINE Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)
		VALOR INTERNACIONAL Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)
		NOVA GLOBO RURAL Editor-executivo: Cassiano Ribeiro (cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Becevil Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)

Valor Econômico Rua Gerivalda 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955. RJ 0 xx 21 3521 1414. DF 0 xx 61 3717 3333

Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br

Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900

Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nivel 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados	GO - Realize Comunicação Isleika Leite e Alessandra Marinho Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190	SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci, Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
SP interior e litoral	MT, MS, Região Norte e Nordeste - CANAL C Carlos Chetto Cel (71)99617-6800	RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Ribeirão Preto - SP - F&CAMPOS Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667	ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otávio Cel (31) 9994-6884	Revistas Setoriais Financeiro e Especiais - Atendimento nacional - TRANSFORME Negócios Marsa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: 0800 7018888, whatsapp e telegram: (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br

Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R\$ 1.858,80 ou R\$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

MY CARBON FREE

Congresso Nacional subjuga o Executivo

Maria Clara R. M. do Prado



Assistiu-se na última terça-feira uma demonstração cabal da significativa ascensão do Poder Legislativo no cenário político do país. O forte presidencialismo que dominou a República brasileira desde os primórdios já vinha perdendo poder, mas, se alguma dúvida existia, tornou-se patente nesta semana o enfraquecimento do Poder Executivo. Teve de capitular sem resistência às exigências e determinações do Congresso.

Diante da oposição de deputados e senadores ao decreto do aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e face à urgência de encontrar meios para equilibrar receitas e despesas do orçamento deste ano, restou ao Executivo a submissão. Viu-se obrigado a negociar com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados as bases de medidas alternativas para o ajuste das contas públicas na ausência da ampliação do IOF ou, pelo menos, de parte dele.

Isso, diga-se, sem que se tenha certeza de que as ideias discutidas na reunião de terça-feira entre representantes dos dois Poderes serão

aprovadas na íntegra ou sem grandes modificações pelo Congresso, ainda que passem pelo crivo dos líderes partidários no domingo.

Segundo noticiado ontem por este jornal, as alternativas em estudo pelo Ministério da Fazenda incluem medidas para conter o crescimento dos gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) por meio de redução do percentual de complementação da União, que subiu de 10% para 12% em 2021, hoje está em 21% com previsão de chegar a 23% no ano que vem.

O chamado novo Fundeb, instituído por EC em agosto de 2020 e regulamentado pela Lei 14.113 de dezembro de 2020, colocou a União em uma verdadeira camisa de força com regras rígidas que obrigam à complementação de recursos para reforço dos Fundeb geridos a nível dos Estados e do Distrito Federal. Estes são formados por 20% da arrecadação de vários impostos estaduais acrescidos da chamada complementação da União, equivalente a no mínimo 23% do total de recursos alocados pelos Fundeb dos Estados e DF. O piso mínimo de 23% seria atingido em 2026 e se fixaria nesse nível como participação obrigatória da União para os anos seguintes.

As regras do Fundeb, complicadíssimas, não dão refresco ao governo federal. A Lei 14.113 diz no parágrafo 4º do artigo 4º — justamente aquele que trata da complementação de recursos da União — que “o não cumprimento do disposto neste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade com-

petente”. O tamanho do gasto é expressivo: R\$ 58,8 bilhões neste ano.

Além disso, o governo contaria com um corte na concessão de benefícios tributários que funcionam como “incentivo fiscal” à atuação de diversos setores. Estima-se em R\$ 800 bilhões o déficit de arrecadação com esses benefícios em 2025, mas claro que um eventual ganho dependerá do nível do corte e dos setores a serem atingidos.

Não se deve descartar a manutenção de algum aumento do IOF, tendo em vista a necessidade urgente de cobertura do déficit fiscal. O imposto, em si, não é relevante. Sua participação no total da arrecadação federal foi de apenas 2,67% em 2024. Não é um imposto com característica arrecadatória, mas tem a grande vantagem de ser facilmente instituído, com validade para o mesmo ano fiscal.

Tudo isso, no entanto, continua no ar. São pretensões do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Se aprovadas, poderão deixá-lo mais animado na tarefa de esquadriñar soluções fiscais em conjunto com o Congresso Nacional. A reação ao açoitamento com a divulgação do decreto do IOF, cujo texto original continua em vigor, deve servir de alerta ao ministro diante da crescente ingerência do Legislativo nos temas tributários e nos gastos do orçamento.

A nova realidade se impõe há pelo menos oito anos quando os parlamentares descobriram uma mina de ouro chamada de emendas parlamentares. Para se ter uma ideia do valor desse tesouro, basta comparar a evolução dos R\$ 10,8

bilhões de emendas — individuais e de bancada — empenhadas em 2017 com os R\$ 44,9 bilhões empenhados em 2024, no total de R\$ 53 bilhões de emendas aprovadas.

Para 2025, o orçamento prevê R\$ 24,6 bilhões de emendas individuais, R\$ 14,3 bilhões de emendas de bancada estadual e R\$ 11,5 bilhões de emendas de comissão, além de R\$ 8,2 bilhões de emendas de comissão e de bancada com identificador genérico que a Transparência Brasil tem chamado de “emendas de comissão paralelas”. No total, o valor para este ano é de R\$ 58,6 bilhões, mas ninguém ouviu falar na disposição dos parlamentares de reduzir o montante alocado nas emendas para ajudar na execução do orçamento.

Nova realidade se impõe há pelo menos 8 anos quando se descobriu uma mina de ouro chamada de emendas parlamentares

Há dois pontos a considerar. Primeiro, a dependência do Executivo ao Legislativo não tende a diminuir, pelo contrário, sabendo-se que isso nada tem a ver com o governo A, B ou C que estiver alojado no Palácio do Planalto. Segundo, sempre que se tratar do comportamento fiscal do governo federal não se pode ignorar a responsabilidade do Congresso nos resultados das contas públicas do país.

Vale comentar a respeito de outras propostas que circularam esta semana no meio parlamen-

tar e no meio financeiro, no sentido de funcionarem como alternativa ao decreto do IOF.

A reforma administrativa ganhou certo destaque. Teria, de fato, o mérito de reorganizar o funcionamento do setor público federal, tornando-o mais racional e, talvez, mais eficaz, mas não daria contribuição significativa ao orçamento na ponta dos gastos. Se alguém pensa que uma reforma administrativa resultaria em redução das despesas com os vencimentos dos funcionários públicos, pode desconsiderar. Os salários pagos pelo governo estão protegidos pela figura do direito adquirido.

Outra sugestão passou pela eliminação do reajuste real no valor do salário mínimo, algo que poderia sem dúvida render um bom dinheiro para o orçamento, mas que significaria aprofundar a discrepância entre os níveis de renda enraizada há séculos na sociedade brasileira. Seria como beneficiar gente com poder de dar voz aos seus interesses, no caso o pessoal que tem reclamado do aumento do IOF, em detrimento de gente sem voz que depende de apoio do Estado para sobreviver dignamente. Há um importante trade-off ali do ponto de vista não apenas social, mas também econômico que não pode ser omitido do debate em torno da busca de soluções para um ajuste fiscal mais expressivo e duradouro.

Maria Clara R. M. do Prado jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro “A Real História do Plano Real”, em versão impressa e digital.

Frase do dia

“As pessoas falam mais do Brasil como o país do Pix do que como o país do futebol”.

Do presidente do Banco Central, Gabriel Galvão, em discurso para lançar o Pix automático, e comentar sobre o sucesso que a ferramenta faz entre outras autoridades monetárias

Cartas de Leitores

Carga tributária

É frustrante ver que, em vez de promover reformas estruturantes e alívio fiscal, a opção do governo tem sido pelo mais fácil: aumentar impostos e taxas.

O povo brasileiro já não suporta mais sustentar um Estado pesado, ineficiente e desconectado da realidade. Emendas positivas, Imposto de Renda defasado, MEI sem reajuste, taxa das “blusinhas”, manutenção de privilégios e, agora, o IOF.

Enfim, é um governo de baratas tontas, sem rumo. É pior: achar que mais presidente Lula na TV ou nas redes sociais vai melhorar a popularidade é ledor engano. A superexposição vai acabar em panelaço.

Artur Mendes
artmendes@gmail.com

•
A carga tributária consome da classe assalariada brasileira cinco meses por ano sob a forma de impostos. Infelizmente o presidente passeia muito, gasta mal e recusa reduzir despesas. Daí a elevação ou criação de novos impostos e as precárias contrapartidas e Lula em constantes baixas na popularidade e aceitação.

Pela falta de correção na Tabela do Imposto de Renda, é outra forma de confisco tributário. Segundo o Sindifisco (Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal) a Tabela, desde 2024, estava defasada em 154,49%.

Humberto Schuwartz Soares

Aprovação em queda

Com a queda nas pesquisas, como fica o ministro da Reeleição, Sidônio Palmeira, que prometeu, como ministro da Secretaria de Comunicação (Secom) reverter os índices de desaprovção do governo Lula?

Vital Romanelli Penha
vitalromanelli@gmail.com

PEC da Segurança

É premente a aprovação da PEC da Segurança Pública, em tramitação no Congresso Nacional, principalmente para criação de um sistema integrado de gestão, proporcionando a União, estados, Distrito Federal e municípios atuarem conjuntamente.

O modelo proposto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, pode não ser o ideal, mas é necessário iniciar uma mudança no obsoleto modelo atual, antes que o ‘crime’ domine ainda mais o nosso país.

Jorge de Jesus Longato
cestadecompras@hotmail.com

Carla Zambelli

A deputada federal Carla Zambelli (PI-SP), condenada a dez anos de reclusão pelo STF, anunciou que vai para a Itália, onde, segundo ela, é intocável.

A imagem do rosto da parlamentar, publicada pela imprensa, reflete a impressionante expressão de apavoramento, típica de personagem que tem consciência que cometeu delito em sua atividade política.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Vácuo deixado pelos EUA é visto como chance de recuperar o atraso. Por Pinelopi Goldberg

A grande oportunidade para a Europa

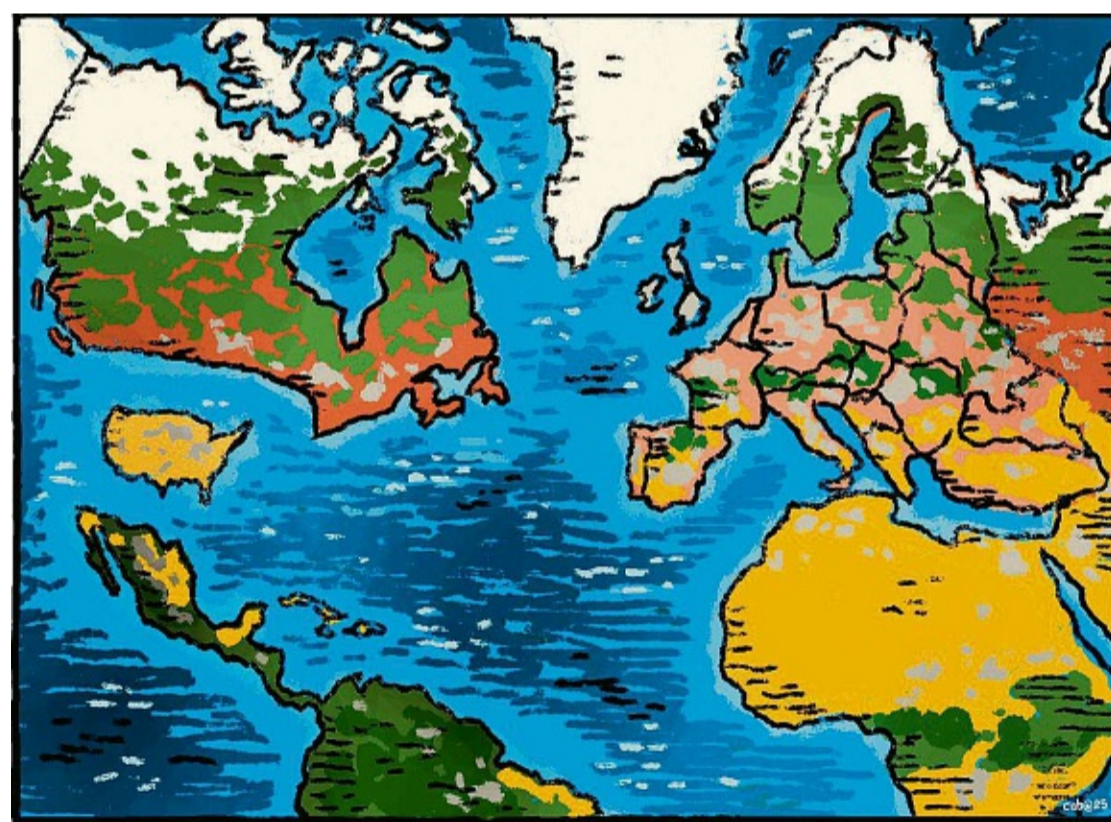
Os Estados Unidos estão em um momento decisivo. Por razões que os historiadores do futuro debaterão — e que deixarão muitos perplexos —, o país está atacando os próprios pilares da sua força: sua abertura, suas instituições e seu engajamento global.

A guinada começou com as tarifas do presidente Donald Trump. Aplicadas de forma caótica e inconsistente, com poucos objetivos claros, elas não só aumentaram os custos das importações e prejudicaram o comércio global, como também minaram a credibilidade dos EUA como parceiro econômico confiável, levantando dúvidas sobre o futuro do dólar como moeda de reserva internacional.

Em seguida vieram os ataques às universidades americanas, historicamente um alicerce da liderança científica e tecnológica do país. Cortes no financiamento à pesquisa, impostos mais altos sobre os fundos de doações e políticas de visto mais restritivas estão enfraquecendo a capacidade dessas instituições de atrair e reter os melhores talentos do mundo. O resultado é uma perda não só para a academia, mas para a inovação dos EUA e, por extensão, para toda a economia.

Enquanto isso, o setor mais dinâmico do país — o de tecnologia — encontra-se sob pressão política e regulatória. Apple, Alphabet (controladora da Google) e Meta enfrentam um escrutínio cada vez maior em casa, enquanto seus concorrentes no exterior se beneficiam de políticas industriais favoráveis. Com a maioria dos países se posicionando para competir na economia do século XXI, os EUA adotaram uma política que reflete o passado (revitalização da indústria nacional, flexibilização das proteções ao trabalho infantil).

Por trás de todas essas mudanças recentes de política, há uma interpretação profundamente equivocada dos efeitos positivos que os EUA historicamente geraram. A liderança americana em ciência, segurança e inovação certamente beneficiou outros países, mas em vez de ver isso como um sinal de força, o governo Trump passou a tratar esses efeitos como indícios de exploração. A resposta foi o reatamento, mesmo que isso significasse enfraquecer as instituições que viabilizaram e sustentaram a



O recuo dos EUA no cenário global oferece à Europa uma chance que ela não via há décadas. Aproveitá-la dependerá de sua capacidade de formar uma frente unida, permanecer aberta, modernizar seus modelos regulatórios e adotar uma postura pragmática em relação à imigração

liderança global dos EUA.

Longe de conter a ascensão de outros países, a retirada americana cria aberturas para eles avançarem. Em nenhum lugar isso é mais evidente do que na Europa continental. Diante de desafios econômicos persistentes — baixo crescimento da produtividade, envelhecimento populacional e oportunidades perdidas na transformação digital —, as autoridades europeias veem, cada vez mais, o recuo dos EUA como uma chance de recuperar o atraso.

Dois acontecimentos recentes reacenderam as esperanças europeias. Primeiro, a flexibilização do “freio da dívida” na Alemanha — um limite constitucional aos déficits anuais — criou um espaço fiscal para investimentos públicos muito necessários. Segundo, diante da fragmentação geopolítica e econômica, há um consenso político crescente de que os europeus precisam agir com mais coesão e determinação. Mas aproveitar o momento exige mais do que apenas otimismo. Quatro condições são essenciais se a Europa quiser preencher o vácuo deixado pelo recuo dos EUA.

A primeira é que a União Europeia precisa resistir à estratégia de “dividir para conquistar” do governo Trump, evitando que qualquer país-membro negocie de forma isolada com os EUA. Só com uma

frente unida o bloco poderá usar seu poder de mercado e defender seus interesses de forma eficaz.

Em segundo lugar, a Europa precisa adotar uma postura mais aberta, especialmente em relação aos talentos e ao comércio. Com os EUA ficando cada vez mais hostis a estudantes e trabalhadores estrangeiros, a Europa pode se beneficiar da fuga de cérebros dos EUA ao acolher migrantes capacitados e pesquisadores. Além disso, como o desenvolvimento de novas tecnologias exige minerais críticos e terras raras — atualmente indisponíveis na Europa — será essencial manter relações comerciais produtivas com outros países, principalmente a China. Isso exigirá vontade política e um reconhecimento de que a abertura, se bem administrada, é uma fonte de força.

Em terceiro lugar, a Europa precisa de uma reforma regulatória. Os padrões europeus de segurança alimentar, proteção ambiental e direitos trabalhistas são justamente admirados, mas regulamentações excessivas ou mal desenhadas em outros setores têm sufocado os investimentos, a inovação e o aumento da produtividade. Isso é especialmente problemático quando as regras protegem interesses estabelecidos em vez de objetivos sociais mais amplos. Um

exemplo disso são os refugiados qualificados que, por causa de entraves burocráticos, muitas vezes não conseguem trabalhar.

É certo que afrouxar essas restrições será difícil, especialmente em países onde padrões de vida elevados tornam a mudança política custosa. Os trabalhadores da Europa não estarão dispostos a trabalhar mais horas, abrir mão da estabilidade no emprego e de férias longas, ou assumir tarefas desagradáveis. Mas não implementar as mudanças necessárias implicaria sacrificar o dinamismo futuro para preservar conquistas do passado.

Por fim, a Europa precisa enfrentar a crescente escassez de mão de obra por meio de políticas de imigração que se apliquem tanto a indivíduos qualificados quanto aos menos capacitados. O declínio demográfico e o aumento dos padrões de vida significam que muitos empregos — especialmente nos setores de cuidados, construção civil e serviços — não estão sendo preenchidos. Não há um caminho viável para o crescimento sustentável e a inovação se a força de trabalho estiver sobrecarregada para atender apenas às necessidades básicas das famílias e da sociedade.

Reformar a política migratória não significa aceitar fronteiras sem controles, mas implica criar vias legais para quem está disposto a contribuir. Politicamente, esse pode ser o maior desafio de todos, dado o avanço do sentimento xenofóbico dos partidos de extrema direita. Mas é um passo indispensável.

O recuo dos EUA no cenário global oferece à Europa uma oportunidade que ela não via há décadas. Aproveitá-la ou não dependerá de sua capacidade de formar uma frente unida, permanecer aberta, modernizar seus modelos regulatórios e adotar uma postura pragmática em relação à imigração. Caso contrário, o impulso poderá mais uma vez passar para a Ásia, que nunca deixou de se preparar para o futuro. (Tradução de Mário Zamarian)

Pinelopi Koujianou Goldberg, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-editora-chefe de “American Economic Review”, é professora de economia na Universidade Yale. Copyright: Project Syndicate, 2025.
www.project-syndicate.org

Cenário Cidade industrial argentina que deu ampla vitória a presidente libertário no 2º turno em 2023, porém, ainda se queixa dos efeitos de cortes fiscais da Casa Rosada

Cansada de ineficiência de antecessores, Córdoba mantém a confiança em Milei

Lucas Rohan

Para o Valor, de Córdoba

A cidade de Córdoba, capital da província de mesmo nome, que ao lado de Santa Fé e Buenos Aires, forma o coração industrial da Argentina, deu 75% dos votos a Javier Milei para presidente no segundo turno das eleições de 2023. Um ano e meio depois, a reportagem do Valor passou quase uma semana na cidade em maio ouvindo autoridades, líderes econômicas, analistas políticos e trabalhadores que avaliam com críticas elogiosas a primeira parte do mandato do economista libertário.

“Votei nele e votaria de novo”, assevera um motorista de aplicativo de 28 anos. “Estamos tão cansados que queremos que alguém faça algo, mas não assim, às custas dos trabalhadores”, aponta um professor primário num turno e motorista de aplicativo em outro.

“A personalidade dele, que algumas pessoas não gostam, é a essência da mudança que ele trouxe”, diz um dos líderes empresariais da cidade. “Fomos tão mal no passado que nem os próprios argentinos têm confiança se isso vai durar ou não”, observa uma autoridade da indústria local.

“Há uma tolerância com a política econômica, explicada por preferência política”, avalia um analista. “É um governo dos ricos que estão ficando cada vez mais ricos às custas dos mais pobres”, critica um político de oposição local.

A mais recente pesquisa da consultoria brasileira Atlas e divulgada pela “Bloomberg” na última semana de maio mostrou que o apoio ao presidente segue firme, com a aprovação de 45,3% dos argentinos (ante 41,8% em abril), enquanto 45,9% desaprovam.

Basicamente, o apoio a Milei segue inabalável, mas com questionamentos sobre a sustentabilidade das conquistas que mexem com a vida de todos, como a estabilização do câmbio em um país com economia dolarizada informalmente e a desaceleração da inflação — o índice de preços baixou de 211,4%, em 2023, último ano do mandato do peronista Alberto Fernández, para 117,8%, em 2024, primeiro ano de Milei, e para 47,3% ao ano em abril.

Mas, quando se trata de política e economia argentinas, as réplicas simples não respondem nada. As fontes revelam diversas camadas de uma sociedade desiludida com o peronismo mais à esquerda, cansada de tentativas falhas de resolver as desafiantes questões econômicas do país e crítica à ausência do Estado e ao custo social das medidas do governo do autointitulado libertário.

“O eleitorado de Córdoba rejeita as ideias do peronismo kirchnerista [referência à ala do peronismo liderada pela ex-presidente Cristina Kirchner] apesar de a província ser governada por peronistas, mas por outra variante”, diz César Murúa, analista político e professor de economia do setor público da Universidade Católica de Córdoba. Segundo ele, embora Milei não esteja tomando as melhores decisões econômicas, “do ponto de vista político, há uma conexão entre Córdoba e a figura de Milei como uma antítese total do kirchnerismo”.

Localizada no que os cordobeses gostam de chamar de “o coração do país”, a província viu sua população crescer mais de 20% nos últimos 12 anos, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec). Dos mais de 46 milhões de argentinos, 8,6% vivem na província da região central, sendo 1,5 milhão na capital.

Córdoba tem uma economia diversificada, com uma das mais altas densidades empresariais do país, com quase 8 mil empresas por milhão de habitantes. No ano passado, o seu Produto Interno Bruto (PIB) representava 8% do total de riquezas produzidas pela Argentina. Destacam-se o comércio diverso e indústria de setores como agropecuária e automotora. “As províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba são o coração industrial da Argentina. Córdoba, particularmente na indústria automotiva, que está intimamente li-



Milei encerra campanha em Córdoba, três dias antes do segundo turno de 2023: cortes desaceleraram a inflação

gada ao Brasil”, explica Murúa.

“Esse setor está enfrentando as consequências de um programa econômico que vai na contramão das variáveis da industrialização”, diz o analista político. Ele se refere ao viés contrário à indústria nacional, como a política de peso valorizado, que ajuda a conter a inflação, mas reduz a competitividade do produto argentino. Além disso, a política de total abertura comercial leva a economia local a ser progressivamente invadida por bens importados, acrescenta ele.

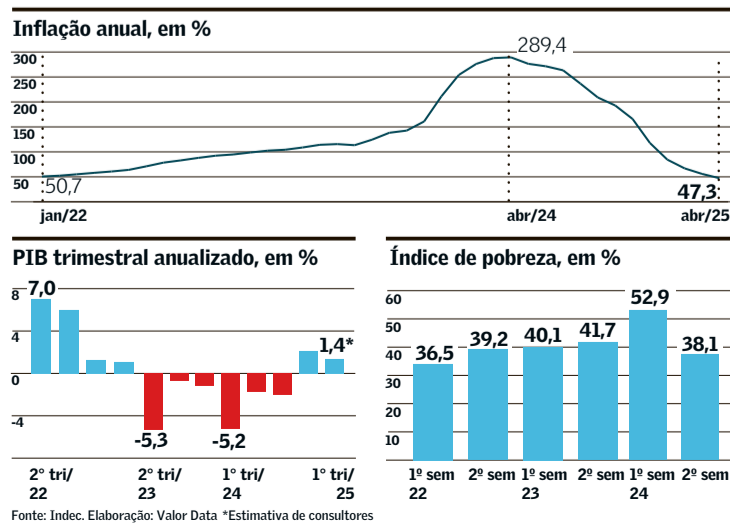
Apesar de opinar que as medidas de Milei “são, em sua maioria, positivas”, o presidente da Câmara de Comércio de Córdoba, José Viale, reclama que o consumo interno ainda não se recuperou. Ele explica que o comércio cresceu 5% na cidade, mas de forma desigual. “Temos setores que se beneficiaram mais, como o de vendas de automóveis, de eletrodomésticos. Mas as vendas dos supermercados e de combustíveis ainda estão abaixo do normal”, diz ele. Como o presidente, Viale acredita que as medidas macroeconômicas necessariamente influenciarão a melhora da situação microeconômica.

O presidente da União Industrial de Córdoba, Luis Macário, no entanto, que não concorda 100% com essa visão. “Acreditamos que deve haver uma agenda micro para a competitividade das empresas”, afirma. Macário rejeita o argumento de Milei de que obras públicas terão de ser feitas por empresas privadas. “Há projetos de tal magnitude que só um Estado pode fazer. O argumento é que as obras públicas são corruptas. Então, nossa proposta é que o que precisa ser eliminado é a corrupção, não as obras públicas”, explica.

Para o líder industrial, “a maior virtude do governo Milei é o fato de que, em um período relativamente curto e contra todas as probabilidades, ele começou a trazer racionalidade à macroeconomia”, citando o equilíbrio fiscal como exemplo. “Isso permite que empresários tenham um horizonte de planejamento além de uma semana. Mas não significa que os problemas estejam resolvidos”, diz.

Índices da Argentina na era Milei

Preços caem, mas atividade econômica patina



“Acreditamos que o crescimento de um país reside justamente em suas trocas com o mundo, em importações e exportações, mas esse nível de abertura tem de ser racional; não pode ser uma abertura boba”, aponta Luis Macário. Ele reclama das chamadas “retenções”, o imposto à exportação que Milei prometeu abolir, mas que segue sendo importante fonte de receita do governo federal. “Isso é uma anomalia no mundo”, diz.

Viale, da Câmara de Comércio, acredita que as medidas que o presidente está tomando serão duradouras. “Embora Milei tenha uma personalidade forte, ele não decidiu nada sozinho; é uma decisão política. Ele conseguiu transformar a economia porque foi uma decisão política aceita por toda a sociedade”, afirma o empresário.

Apesar da riqueza econômica, a cidade registrou taxa de desemprego mais elevada que o país no quarto trimestre de 2024, último dado disponível no Indec: 8,6% da população economicamente ativa estava desocupada, contra 6,4% do país. Mas os dados escondem a imensa economia informal, que hoje joga um papel central na vida dos argentinos de todas as regiões.

“O governo anterior, apesar de ser sensível às questões sociais em termos de discurso ou rótulos políticos, não teve uma boa gestão. As consequências econômicas estão claramente afetando os setores de menor renda com muito mais força do que aqueles que têm capacidade de se proteger contra a inflação”, explica Murúa. “Todo esse plano econômico sob Milei está tendo consequências sociais significativas, prejudiciais a muitos setores da sociedade, mas, ao mesmo tempo, resolveu uma fonte de problemas gravíssimos para muitos setores, especialmente os mais pobres, que são a pobreza e a inflação”, acrescentou o analista político.

O fato de “as compras do mês custarem mais ou menos a mesma coisa do que há três meses” garante a fidelidade de Misael Francisco, motorista de aplicativo de 28 anos, ao presidente. Ele diz que votou em Milei e votaria de novo porque rejeita fortemente “todos esses socialistas porque eles roubam muito”. “Antes não conseguíamos comer carne porque estava muito cara. Hoje também não comemos todos os dias, mas pelo menos o preço parou de subir”, diz.

Já para o colega dele, Franco Mattia, a vida está muito pior. Ele conta que é professor primário pela manhã, mas trabalha como motorista de aplicativo “porque senão não chego no fim do mês”. “Estamos tão cansados que queremos que alguém faça algo. Mas não assim, à custa dos trabalhadores. Mandar a polícia bater em aposentados que protestam não é certo.”

A economia informal está visivelmente presente em Córdoba. Nas ruas da capital, vende-se de tudo, de roupas a diversos tipos de comida caseira, com uma abordagem peculiar e bem-humorada

dos vendedores ambulantes. “Caiu! Caiu”, grita o vendedor apontando para o chão e, quando percebe que captou a atenção da transeunte que olha para o local apontado, emenda: “Caiu a beleza”, e oferece seus produtos com um apelo por ajuda.

São pessoas como Martín Pérez, que, enquanto segue buscando um emprego, que espera “para já”, vende doces feitos pela mãe nos parques da capital. Pérez conta que com o que ganha, mais a aposentadoria da mãe, consegue pagar as contas básicas de casa, embora tenha aumentado tanto a quantidade de alfajores que vende quanto o tempo que fica na rua trabalhando nos últimos anos.

“A alta carga tributária fez com que grandes setores migrassem para a informalidade”, diz José Viale, da Câmara de Comércio, que defende a necessidade de uma reforma tributária ampla. “Para combater o aumento da informalidade, o Estado implementou controles e regulamentações nacionais que forçam as pessoas a se afastarem ainda mais da formalidade em vez de retornarem a ela”.

Para o empresário, o país também precisa de uma ampla reforma trabalhista “porque a Argentina é muito grande e tem uma enorme concentração de atividades em Buenos Aires”. “As leis trabalhistas são promulgadas em Buenos Aires, levando em consideração realidades que não existem no interior.”

No boêmio bairro de Güemes, é difícil não ser abordado nas mesas dos bares por crianças pedindo dinheiro enquanto os pais observam de certa distância. A pobreza extrema atinge 38,1% da população — 11,3 milhões de pessoas — no segundo semestre de 2024, segundo o Indec, número mais baixo desde o primeiro semestre de 2022, quando afetava 36,5%. A taxa chegou ao pico de 52,9% no primeiro semestre de 2024, os primeiros seis meses do governo Milei.

Diferentemente do que ocorre em Buenos Aires, não se vê muitas pessoas em situação de rua na parte central de Córdoba. Juan Domingo Viola, que foi secretário de ação social da prefeitura e hoje é secretário de participação e juventude, diz que isso é reflexo do trabalho das autoridades locais que tem enfrentado cada vez mais dificuldades com as medidas de Milei. “Existem múltiplas ações, como abrigos para as pessoas em situação de rua, programas de formação, integração e ressocialização, o que gera uma cultura de atuação do Estado em suas diferentes esferas para essa população”, explica.

“Com a motosserra de Milei, o governo nacional está reduzindo investimentos em áreas como educação, saúde e, obviamente, os repasses aos municípios. Ao mesmo tempo, o governo continua a arrecadar impostos, de tal forma que, do que um cordobês paga em impostos, 85% vão para a nação e nada retorna em serviços”, diz Viola.

Viola, que é do Partido Justicialista (peronista), que governa tanto a cidade quanto a província, não poupa críticas a Milei. “É um governo da casta, dos poderosos, dos ricos que já eram ricos e estão ficando cada vez mais ricos às custas dos mais necessitados”, critica.

Com a inflação relativamente controlada — pelos padrões argentinos —, a pobreza extrema diminuindo, a recessão tendo ficado para trás e o poder de compra dos argentinos parcialmente restabelecido, a motosserra de Milei pode garantir o apoio popular que o presidente precisa para as eleições legislativas de outubro.

Os objetivos dele são aumentar sua base no Congresso e se fortalecer para a reeleição em 2027, algo que a vitória do seu partido nas eleições locais em Buenos Aires, em maio, demonstrou que não é um cenário improvável. O estilo “louco” do presidente, segundo muitos cordobeses, suas ações ideológicas e populistas e a redução do Estado parecem ficar em segundo plano no debate público sobre o futuro do país.

O jornalista viajou a convite da 24ª Conferência Anual do Observatório Internacional para a Democracia Participativa (OIDP)

Carreira
Executivos levam 20 anos para chegar a CEO, mostra pesquisa B2

Saúde

Hospital Santa Rita supera crise e foca em renegociação com operadoras, diz Wagner Marujo **B6**



ines249

Tecnologia

Anatel proíbe venda de 3.300 produtos não homologados ou irregulares **B8**

Agronegócio

Ministério da Agricultura pede recursos para combater crises sanitárias **B10**

Travelex Bank

SEU BANCO PARA MOVIMENTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.

travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Valor B

Quinta-feira, 5 de junho de 2025

Empresas

Imóveis Incorporadoras de médio padrão que tomaram crédito caro se deparam com vendas lentas

Construtoras já sofrem para pagar obra

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

De janeiro a abril, o volume de recursos da poupança direcionado pelos bancos para financiar a construção recuou 48,6% em relação ao mesmo período de 2024, segundo a Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança). O financiamento mais escasso tem feito incorporadoras recorrerem ao mercado de capitais, mas nem todas estão conseguindo honrar as dívidas, o que acendeu a luz de alerta no setor.

Com menos financiamento "barato", conhecido como Plano Empresário, as incorporadoras precisam recorrer a modalidades de crédito cujas taxas, na prática, hoje chegam aos 20% ao ano. "O retorno da incorporação é um pouco acima disso, mas não muito", afirma uma fonte do setor. O meio mais comum é via emissão de CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários), que podem financiar a compra do terreno, a obra ou ambos.

Com taxas tão elevadas pressionando as margens, quem não con-

segue vender bem seus projetos e não gera caixa fica sem liquidez para honrar compromissos. Segundo fontes consultadas pelo Valor, isso já tem acontecido no médio padrão, classificação que abrange imóveis de R\$ 500 mil a R\$ 2 milhões. "O sujeito fala que não tem dinheiro, pede carência, redução de juros, que libere mais 20% de crédito", diz um gestor, que pediu para não ser identificado.

Empresas que atuam na renda média são mais afetadas porque seus clientes sentem mais a alta dos juros. A taxa, de 12% a 14% mais TR, mina o poder de compra, e o consumidor pode decidir esperar. Também falta espaço para o incorporador subir seu preço. O jeito é reduzir a margem, mas aí pode faltar dinheiro para os credores.

Sem renegociação, pode haver atraso na entrega de imóveis, interrupção das obras e até falências. A recuperação judicial poderia ser uma saída, mas o risco reputacional para as construtoras é alto.

"Temos visto isso acontecer", afirma Bianca Setin, vice-presidente da incorporadora Setin, sobre

concorrentes com dificuldades para bancar financiamentos. A Setin também toma crédito no mercado de capitais, para financiar terrenos e obras, mas não tem tido problemas, de acordo com a executiva.

Assim como outras incorporadoras, a empresa deixou de atuar na renda média para buscar um cliente mais capitalizado, embora, mesmo no alto padrão, a velocidade de vendas já não seja como no passado. Se antes havia projetos que começavam a ser construídos com 70% a 80% das unidades vendidas, hoje a empresa considera "um grande sucesso" quando bate 50%. "Com a taxa de juros, o cliente pensa e pesquisa mais", diz.

"Um mesmo projeto pode pegar 100% da inflação e 100% dos juros que vieram para contê-la"
Maurício Muniz

Durante o ciclo de queda da Selic, na pandemia, o mercado imobiliário viveu um boom de lançamentos e uma corrida por terrenos. Quem se empolgou, e recorreu a crédito com condições mais arriscadas para apostar no crescimento, agora vê esses projetos chegarem ao mercado em uma situação diferente. "A incorporadora sofre porque o tempo de desenvolvimento e de obra é muito grande, então um mesmo projeto pode pegar 100% da inflação e 100% do aumento de juros que veio para conter a inflação", explica Maurício Muniz, sócio da gestora Brio.

A You,Inc, que atua na média e alta renda, viu sua alavancagem subir de 38% para 407%, de 2019 até 2024. A companhia é citada por fontes como uma das que está chamando credores para renegociar, e chama a atenção por se tratar de um negócio tradicional e de grande porte. A percepção é de que grandes incorporadoras são mais blindadas desses problemas, por serem capitalizadas e conservadoras nos lançamentos.

Para Muniz, no entanto, ainda há uma curva de aprendizado.

"[Incorporadoras] viveram em ambiente de taxa subsidiada nos últimos 60 anos, poucas têm departamento financeiro sofisticado, que entende o mercado de capitais".

Quem teve que abrir mão de projetos por não conseguir mais arcar com seus CRIs foi a Seed, de condomínios de casas. Em meados do ano passado, teve projetos tomados pela Galápagos e pela RBR, que investiram em seus CRIs. Para as fontes, a companhia se enrolou ao praticar um preço muito baixo.

A incorporadora Ekko, que atua em Osasco, Cotia e Barueri (Grande São Paulo), também é citada entre aquelas com problemas. Em seu site, projetos em construção aparecem com um sinal de que estão com obras e vendas suspensas, ou de que a SPE (Sociedade de Propósito Específico) foi vendida a outra empresa.

A situação não se restringe ao entorno da capital paulista. A 3Z Realty, incorporadora do grupo NC, da farmacêutica EMS, tem aproveitado para comprar terrenos e entrar em projetos de concorrentes em Campinas, que não estão conseguindo arcar com o

custo do crédito tomado, conta o CEO Franco Pasquali. "Tenho visto bastante empresa que estaria em momento de lançar, mas está com medo do funding ou não está conseguindo funding, aí compramos alguma posição", afirma, ressaltando que é momento de ter "muito cuidado com o caixa".

A expectativa é que quando os juros começarem a baixar, as vendas do médio padrão deslanchem e a pressão sobre o caixa diminua. Para Bianca Setin, os problemas são pontuais, porque o mercado está absorvendo os imóveis, ainda que lentamente.

Já Muniz antecipa um processo mais longo. "O efeito não é tão rápido, e [a taxa de juros] não é o único problema, porque algumas empresas descasaram custo e receita e poderiam ainda estar no prejuízo", diz. "Vai ter empresa que vai quebrar, como no passado".

A You,Inc. foi procurada, mas não retornou até o fechamento da reportagem. O Valor não conseguiu falar com a Seed e a Ekko.

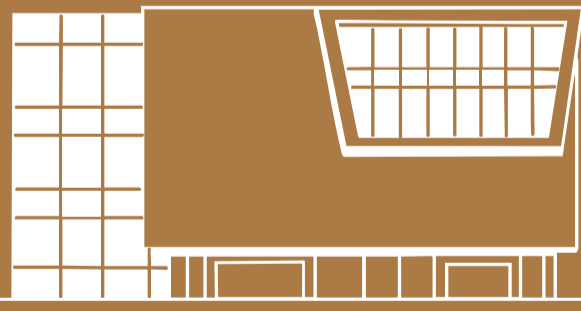
Ler mais na Página B3

IGUATEMI S.A É LÍDER ABSOLUTA EM SÃO PAULO

E fortalece ainda mais sua presença com a chegada do Pátio Paulista ao seu portfólio, que já reúne ícones como o Iguatemi São Paulo, JK Iguatemi e o Pátio Higienópolis.



Iguatemi São Paulo



JK Iguatemi



Pátio Higienópolis



Pátio Paulista

A Iguatemi S.A. é uma das maiores empresas full service no setor de shopping centers do Brasil, com participação em 17 empreendimentos, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Com essa expansão, a Iguatemi reafirma seu protagonismo no setor e sua posição de referência no segmento premium, guiada por uma estratégia disciplinada de crescimento e inovação, sempre alinhada aos desejos do consumidor contemporâneo e às tendências globais.

IGUATEMI
SÃO PAULO

JKIGUATEMI

SHOPPING PÁTIO
HIGIENOPOLIS

SHOPPING
PÁTIO PAULISTA

Pesquisa Análise traz o perfil dos 85 líderes das companhias do índice Ibovespa B3. Só 3 são mulheres

Executivos levam 20 anos para chegar a CEO

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

O CEO típico de uma empresa listada no Ibovespa B3 é homem, nasceu no estado de São Paulo, formou-se em engenharia, tem cursos de pós-graduação, 53,8 anos de idade e está há 5,5 anos no cargo atual. Levou duas décadas desde o início da carreira até receber o primeiro convite para ocupar o cargo máximo na hierarquia de uma organização. Essa descrição mostra o perfil mais comum entre os executivos-chefes das companhias do índice, segundo análise feita pela consultoria Falconi. Mas, claro, não reflete todos. “Houve pouca oscilação de um ano para o outro, é um levantamento que apresenta consistência”, diz Suzane Veloso, vice-presidente de marketing da Falconi.

Há, por exemplo, três mulheres entre os 85 executivos analisados pela segunda edição do levantamento “A origem dos CEOs”, que levou em conta os profissionais que lideravam as empresas do índice entre janeiro e abril deste ano. São elas Magda Chambriard, da Petrobras, Tarciana Medeiros, do Banco do Brasil, e Jeane Tsutsui, do Grupo Fleury. Tsutsui, 56 anos, aliás, aparece fora da curva também por conta de sua formação. Enquanto 43% dos CEOs são engenheiros, 31%, administradores de empresas e 11%, economistas, ela é médica cardiologista, e a única da lista a ter pós-doutorado e livre docência. Em entrevista ao **Valor**, comenta que seu ciclo amplo de carreira no campo da pesquisa científica foi interessante pelo aprofundamento em dados e raciocínio analítico, conhecimentos que a apoiam nas tomadas de decisão no mundo dos negócios.

No Grupo Fleury desde 2001, Tsutsui tornou-se CEO em 2021, liderando uma equipe de 27 mil pessoas. À medida que mais cargos gerenciais entravam em sua trajetória, buscou formações complementares em negócios: na FIA, em Harvard, Wharton e MIT Sloan School of Management. “Foi uma transição que fazia sentido”, conta.

Quando questionada sobre o que teve que abrir mão para chegar onde chegou, ela menciona a carreira de pesquisadora — mas não como um sacrifício. “O tempo todo me senti estimulada na carreira executiva, por ganhar conhecimento, mais relacionamento”, diz. “A partir do momento que escolhi ser executiva, abri mão da carreira de médica, feliz com a escolha. Entendo que o importante é ter autoconhecimento para buscar seu sonho, autoconhecimento do que você quer, e isso requer abrir mão de algumas coisas, mas não [vejo como] sacrifícios.”

Assim como Tsutsui, que nasceu no estado de São Paulo, quase metade da amostra da pesquisa (45%) tem a mesma origem. Outros 14 estados também são representados: Rio de Janeiro (14 CEOs), Minas Gerais (5), Rio Grande do Sul (4), Bahia (3), Paraná (3), Pernam-

bucó (2), Distrito Federal (2), Amazonas (1), Ceará (1), Espírito Santo (1), Goiás (1), Pará (1), Paraíba (1) e Santa Catarina (1). Estrangeiros são 7, sendo 3 europeus, 2 americanos e 2 argentinos.

Um deles é o italiano Alberto Griselli, 55 anos, CEO da TIM Brasil desde 2022, depois de mais de 25 anos de trajetória no setor de telecomunicações e consultoria. O executivo conta que chegou ao seu primeiro cargo como CEO em 2011, após 16 anos de carreira.

Para ele, que atua na América Latina e Brasil desde 2004, liderar vai muito além da nacionalidade. “Comecei a trabalhar em 1995 e passei por diferentes mercados e culturas, da Europa à América Latina, antes de assumir a liderança no Brasil. Esses anos foram fundamentais para ampliar minha visão e desenvolver a capacidade de adaptação, algo essencial para liderar em ambientes diversos”, conta. “Ter tido uma carreira internacional me ajudou a desenvolver flexibilidade e adaptabilidade, porque cada contexto — seja em uma empresa italiana, portuguesa ou brasileira — traz seus próprios desafios. Essa vivência global foi um ativo importante, mas o mais importante é gostar do que se faz e se dedicar a isso de verdade.”

Griselli, que lidera 10 mil pessoas, enfatiza este último ponto como a principal característica que um executivo ou executiva precisa ter para alcançar o cargo de CEO. “É preciso gostar genuinamente do que se faz”, afirma. “Sem paixão, não há entrega. Essa energia é o que sustenta a dedicação e dá força para ser proativo, tomar riscos e buscar impacto real”. Ele menciona também características como resiliência, flexibilidade e adaptabilidade como indispensáveis.

Diferente de Griselli, o CEO da SLC Agrícola, Aurélio Pavinato, 57 anos, é brasileiro, e de uma cidade bem pequena do interior do Rio Grande do Sul. Nasceu na localidade de Barreiro, interior do município de Vista Gaúcha, que hoje tem cerca de 2.800 habitantes. Pavinato conta que, onde ele vivia, existia apenas uma professora, que ensinava até a então 4ª série. “Meu sonho era estudar e ser um ótimo profissional, por isso eu fiz o esforço diário de caminhar até Vista Gaúcha, cinco quilômetros distante, para completar o ensino fundamental”, diz. Depois de cursar o colégio agrícola, agronomia e mestrado em ciência do solo, ele foi trabalhar para a SLC, onde es-

“A vivência global foi importante, mas o mais importante é gostar do que se faz e se dedicar a isso de verdade”
Alberto Griselli



Médica, Jeane Tsutsui lidera o Fleury desde 2021 e diz que foi agregando formações em negócios ao longo da carreira

Perfil do CEO

Análise incluiu 85 executivos que lideram as empresas do índice Ibovespa B3



Fonte: Pesquisa “A origem dos CEOs 2025”, da Falconi.

20,2 anos

é o tempo médio desde o começo da carreira até ocupar a cadeira de CEO pela primeira vez

81%

têm curso de pós-graduação - lato ou stricto sensu

7

são estrangeiros

53,8 anos

é a idade média

43%

são engenheiros

11%

são economistas

5,5 anos

é o tempo médio no cargo atual

45%

nasceram no estado de São Paulo

15 estados

estão representados entre os locais de nascimento dos CEOs

48%

estão na faixa etária de 46 a 55 anos

3

são mulheres

31%

são administradores de empresas

35%

se formaram em universidades federais

tá há 32 anos — 12 como CEO. “Eu somente sonhei em ser CEO após ter sido promovido para diretor de operações e ter investido na formação em gestão”, recorda.

Com a aquisição da Sierentz em 2025, a SLC passa a ter mais de 5 mil funcionários fixos — 7 mil incluindo os safristas. “Administrar é a arte de definir estratégias, alinhar objetivos e implementar ações para conquistar os melhores resultados”, define o executivo. “Para conseguir tudo isso, é necessário muita humildade, aproximação e identificação com os colaboradores. A minha origem, de certa forma, ajuda no estabelecimento dessas conexões.”

De acordo com a análise feita pela Falconi, 48% dos CEOs do Ibovespa B3 estão na faixa etária de 46 a 55 anos. Nesse aspecto, mais uma vez, tem executivo que destoa da média. É o caso de Rafael Chamas, 40 anos, CEO da LWSA, que soma 3.500 funcionários. Ele conta que assumir posições de liderança ainda jovem tem seus desafios. “É preciso conquistar credibilidade rapidamente, aprender a escutar e formar bons times”, afirma. “No meu caso, tive a sorte de contar

com líderes inspiradores e ambientes que valorizavam a entrega e a capacidade de adaptação.”

Antes de assumir seu primeiro cargo de CEO, na LWSA, Chamas era CFO (Chief Financial Officer) da empresa. Comenta que a função o preparou em muitos aspectos para liderar a companhia, mas diz que a transição para a cadeira de CEO traz uma mudança significativa de perspectiva e responsabilidade. “Enquanto CFO, meu foco estava concentrado em garantir a saúde financeira da empresa, apoiar decisões estratégicas com base em dados e gerir riscos”, descreve. “Já como CEO, a visão precisa ser muito mais ampla. O papel passa a ser o de pensar e construir a estratégia da companhia, definir e sustentar uma identidade cultural forte, atrair talentos e montar times de alta performance.”

Para Chamas, a construção de uma carreira sólida passa por muita dedicação, disciplina e foco, mas também por equilíbrio. “Sempre procurei manter esse equilíbrio entre vida profissional e pessoal, o que considero essencial para uma trajetória sustentável”, afirma. “Prefiro enxergar o caminho até

aqui mais como uma escolha consciente de prioridades do que como renúncias ou sacrifícios.”

Outro CEO jovem é Bruno Lasansky, que assumiu a Localiza&Co aos 40 anos de idade, em 2021 — sendo este seu primeiro cargo de executivo-chefe. Argentino, Lasansky conta que sua trajetória foi marcada por muito aprendizado e pelo privilégio de ter cruzado com grandes líderes ao longo do caminho. “Nasci em Buenos Aires, em uma família com três irmãos. Desde cedo, meus pais nos ensinaram o valor da determinação e da educação como ferramentas de transformação”, afirma.

Com formação em engenharia

“Prefiro enxergar o caminho até aqui mais como uma escolha consciente de prioridades do que como renúncias”
Rafael Chamas

industrial na Argentina e um MBA em Wharton (EUA), o executivo relata que desde o início da carreira teve líderes que apostaram no seu potencial e o incentivaram a assumir desafios — mesmo quando ele ainda não se sentia totalmente pronto. “Isso me ensinou que a capacidade de aprendizado, a garra e a vontade de trabalhar em um ambiente estimulante podem valer mais do que o tempo de experiência”, diz. “Também aprendi que humildade e escuta ativa são fundamentais para tomar boas decisões. Informações relevantes e as melhores ideias podem vir dos lugares mais inesperados.”

Como apoio em seu desenvolvimento, Lasansky conta que ao assumir um novo papel, sempre procura aprender com a experiência dos outros — por meio de leituras, podcasts ou conversas. “Por exemplo, quando iniciei minha jornada como CEO, conversei com grandes líderes que admiro profundamente, dentro e fora da Localiza, para entender suas visões sobre o que significa ser um CEO de excelência”, diz, mencionando também um livro que o marcou: “The Outsiders”, de William Thorndike. “Relata histórias inspiradoras de geração de valor no longo prazo. Como diz o ditado: ‘inteligente é aquele que aprende com os próprios erros. Sábio é quem aprende com os erros dos outros.’”

Na Localiza&Co desde 2016, quando ingressou como diretor-executivo da divisão de aluguel de carros, Lasansky assumiu o cargo de COO (Chief Operating Officer) em 2019. Em 2020, a pedido de Eugênio Mattar, então CEO e hoje presidente do conselho da companhia, liderou a resposta da empresa nos primeiros momentos da pandemia. Depois disso, conta que o cargo de CEO veio como parte de um processo sucessório planejado e estruturado. “Foi uma transição cuidadosamente preparada.”

Sobre o que precisou abrir mão para chegar ao posto de CEO, Lasansky diz que qualquer resultado extraordinário exige esforço, resiliência e, muitas vezes, grandes sacrifícios. “Isso é evidente no mundo dos esportes, onde atletas de alto desempenho precisam treinar com intensidade e por longos períodos para conquistar uma medalha de ouro ou um título mundial. Não existem atalhos. Talento, por si só, não basta — ele precisa ser cultivado com dedicação e evolução constante”, compara, já compartilhando um conselho que recebeu ao assumir a função de CEO, de James Allen, autor do livro “The Founder’s Mentality”. “Ele me disse: ‘um dos seus maiores desafios será gerenciar a sua energia. Por isso, é essencial equilibrar momentos de consumo com momentos de regeneração’. Seguindo essa dica do Jimmy, encontro nos momentos de qualidade com meus filhos, minha esposa, amigos e nos meus hobbies — como corrida, leitura, o violão e viagens — as pausas necessárias para recarregar as energias”. Lasansky lidera 22 mil funcionários em 7 países.

A IA não espera nossas certezas para nos transformar

Rumo certo



Claudio Garcia

É sempre curioso ouvir os comentários sobre alucinações em IA generativa — mais uma característica tradicionalmente humana atribuída a tecnologias. De fato, as alucinações em IA não passam de variações estatísticas na combinação de palavras, construídas para manter um sentido lógico e compreensível. Obviamente, “alucinação” soa bem mais atrativo. Talvez “delírio” soasse mais dramático.

As alucinações têm estado no centro das discussões sobre IA generativa, quase sempre como um ponto negativo. Espera-se que esses sistemas sejam precisos, com rigor científico e lógico, além de confiáveis à altura dos melhores pensadores. Aliás, essa é uma das metas centrais do setor: alcançar o mais rapidamente possível o que se chama de Inteligência Artificial Geral (AGI), em que os sistemas superariam a capacidade cognitiva humana.

Entretanto, o mais curioso desses delírios é o quanto eles podem ser úteis. Um grupo de professores Wharton Business School conduziu uma experiência em uma disciplina de empreendedorismo, onde estudantes e uma IA generativa criaram ideias de negócio separadamente. No final, das 40 melhores ideias, 35 foram geradas pela IA, segundo juízes humanos que desconheciam a origem das propostas. Isso não significa que todas as ideias da IA foram boas — lembremos que o que chamamos de alucinação são variações. Ou seja, houve também muitas ideias medianas ou ruins.

Curiosamente, a criatividade foi por muito tempo considerada uma daquelas características intrinsecamente humanas que se julgava inatingível pelas máquinas. Este exemplo, de apenas uma das capacidades da IA generativa, nos convida a refletir sobre como deveríamos pensar as tecnologias. A

discussão sobre o quão rápido elas irão nos superar — ou nos substituir — deveria ser secundária. A prioridade é entender como integrá-las às nossas capacidades. Até porque a primeira parte já está em curso. Depois de anos de previsões furadas sobre a automação de empregos, os dados mais recentes mostram que empresas do setor do conhecimento — como consultorias, escritórios de advocacia e auditorias — vêm eliminando níveis inteiros de início de carreira. Justamente os setores que pareciam mais protegidos da automação.

Assim como ocorreu com a criatividade, há discursos românticos sobre características humanas que seriam insubstituíveis, como empatia, habilidades sociais ou inteligência emocional. É difícil acreditar que máquinas de fato “sintam”. Mas também não é novidade que, há tempos, somos presas fáceis de algoritmos que exploram

nossas emoções e impulsos sociais — vide as redes sociais.

A inteligência da IA não precisa ser humana para transformar nossa forma de interagir com o mundo — especialmente no contexto dos negócios. Ela precisa apenas ser útil. Como nas “variações” que decidimos chamar de alucinações. A tão discutida busca por aquilo que seria unicamente humano perde força se não levar em conta como essas tecnologias interagem conosco e ampliam possibilidades — para o bem ou para o mal.

De escolas a organizações, o próprio conceito de talento — e a forma como o desenvolvemos — será cada vez mais difícil de distinguir das interações entre capacidades humanas e digitais. Seria mais útil concentrarmos esforços em acolhê-las e, na prática, descobrir as vantagens inigualáveis que elas já estão nos proporcionando.

Claudio Garcia ensina gestão global e estratégia na Universidade de Nova York

Vaivém

Stela Campos

Bristol Myers Squibb

Chris Silva é o novo gerente geral da biofarmacêutica Bristol Myers Squibb (BMS) no Brasil. Ele vem da Biogen, onde gerenciou as operações no Brasil e criou o cluster Iberia (integrando Espanha e Portugal), do qual foi gerente geral.

Siemens

Mariana Ceripieri é a nova diretora de pessoas e organização da Siemens no Brasil. A executiva tem 20 anos de atuação na área, já tendo trabalhado na Unilever, Monsanto, Bayer Crop Science, Novartis e Esteve.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br

Acompanhe a movimentação de executivos também no site www.valor.com.br/carreira

Imóveis Segundo fontes, com crédito caro, aumenta o descumprimento do patrimônio de afetação

Arriscada, mistura de contas de obras fica mais comum

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Em meio à dificuldade de algumas incorporadoras de médio padrão de conseguir arcar com o financiamento tomado para produzir seus projetos, fontes do setor da construção ouvidas pelo **Valor** relatam que, nos últimos 12 meses, aumentaram os casos de desvio do patrimônio de afetação. É um risco para os compradores dos imóveis e também para os credores da empresa.

O patrimônio de afetação foi instituído em 2004 para evitar que escândalos como o da incor-

poradora Encol voltem a acontecer. Quando quebrou, em 1999, a empresa deixou mais de 700 obras paradas. A incorporadora tinha um caixa único para os projetos, e usava o dinheiro arrecadado com uma obra para bancar outra. Não era algo ilegal, mas deixava o andamento dos empreendimentos mais frágil — se algo desse errado, como de fato deu, o prejuízo se alastria pelos empreendimentos.

Hoje, se a incorporadora opta pelo patrimônio de afetação, precisa ter contas segregadas para cada projeto imobiliário. O modelo é opcional, mas larga-

mente adotado, porque permite que a incorporadora adote o RET (Regime Especial de Tributação).

A realidade, segundo essas fontes, é que o acompanhamento do patrimônio de afetação pode ser frágil, e a necessidade de cobrir custos com CRIs e com o financiamento com bancos, ou até evitar ter que aportar capital pró-

prio, pode falar mais alto.

Um sinal de que isso está acontecendo é quando a obra não avança, mesmo tendo recebido, todos os meses, recursos para tal — o dinheiro pode estar indo para outro projeto da empresa ou para quitar dívidas.

Em teoria, os credores devem liberar o dinheiro da obra conforme constata sua evolução, mas uma fonte, que pediu anonimato, afirma que algumas gestoras preferem poupar o gasto com o acompanhamento. “Aí não vimos que o dinheiro de março, abril e maio caiu e a obra não avançou 1%”, diz.

Já há atrasos em obras em São Paulo, especialmente de médio padrão, embora a maioria ainda esteja dentro do período de carência de contrato, de 180 dias.

Além dos credores, a obra deve ser acompanhada por uma comissão de representantes dos compradores das unidades. Essas pessoas, porém, podem não ter conhecimento técnico, interesse ou tempo para checar se tudo está como planejado.

“A lei [do patrimônio de afetação] tem que se tornar mais rígida”, afirma uma fonte, que pediu para não ser identificada por estar envolvida em processos do ti-

po. Para um advogado do setor, momentos assim podem ser uma boa hora para rever as obrigações do patrimônio de afetação. “Quando o mercado está mais favorável, cumprir o patrimônio de afetação não é problema”, diz.

No alto padrão, o problema é raro, por causa do tipo de cliente que compra as unidades. Os construtores prefeririam desfazer as vendas, devolver o dinheiro e desistir do projeto, antevedendo brigas legais. O segmento econômico, que, em geral, recebe recursos da Caixa, tem outro modelo de financiamento e também não enfrentaria essas questões.

180 dias é o limite para atraso em obra

Biological E. terá vacina pneumocócica no Brasil

Farmacêutica

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A farmacêutica indiana Biological E. venceu uma chamada pública da Fiocruz e vai fornecer ao Brasil, nos próximos anos, uma vacina pneumocócica conjugada voltada ao combate de pneumonia e meningite. A parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) prevê a transferência total de tecnologia para a Fiocruz, em um modelo inédito, para a produção da vacina PCV-14.

O diretor-geral da Biological E. para América Latina, César Rengifo, afirma que o negócio faz parte da expansão geográfica estratégica da firma. A ideia é que o Brasil se torne um polo regional para produção e exportação da PCV-14 em toda a América do Sul e também para os demais países do bloco BRICS—Rús-

sia, China e África do Sul.

“O modelo de produção da Fiocruz é um exemplo, não apenas para a América Latina, e a pandemia mostrou como é importante que os países tenham uma independência total na produção, desde o ingrediente farmacêutico Ativo (IFA)”, afirma o executivo ao **Valor**.

O processo inclui investimento inicial de R\$ 5 milhões em estudos clínicos para o desenvolvimento da “pneumocócica brasileira”. A expectativa da farmacêutica indiana é de que o processo seja concluído em um prazo médio de três a quatro anos, quando a Fiocruz poderá atender integralmente à demanda brasileira. Até lá, as 8 milhões de doses anuais serão disponibilizadas pela Biological E.

As redes pública e particular do Brasil já contam com vacinas pneumocócicas, como a Pneumo 10 e a Pneumo 15, que protegem contra, respectivamente, dez e

quinze sorotipos de bactérias pneumococos, causadoras de pneumonia, meningite e otite.

Uma outra versão disponível no Sistema Público de Saúde (SUS) é a Pneumo 23, para pessoas a partir dos dois anos de idade. A ideia da nova PCV-14, segundo Rengifo, é atualizar a proteção dos brasileiros contra os 14 sorotipos que mais circulam atualmente. É um processo semelhante à revisão anual das cepas de influenza que compõem a vacina da gripe, por exemplo.

“O governo implementou a vacina pneumocócica há mais de dez anos e controlou bem a doença. Há um comportamento de quando você suprime alguns sorotipos, outros se sobressaem e se tornam importantes”, diz.

A Biological E., embora não disponibilize ainda o preço por dose, afirma que o governo federal deve economizar R\$ 1 bilhão em relação ao contrato de fornecimento da vacina pneumocócica atual. Procura-

da pelo **Valor**, a Fiocruz não comentou as condições comerciais da nova parceria nem as do contrato vigente.

Uma das razões para a economia, segundo Rengifo, é o modelo de atuação direta da Biological E. junto a ministérios da saúde de todo o mundo e agências como a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A firma produz vacinas pediátricas distribuídas pela OMS, como contra sarampo, rubéola, além de vacinas pentavalentes para África, América Latina e Ásia.

A Biological E., com faturamento de US\$ 750 milhões, também firmou, em fevereiro do ano passado, uma parceria com a Takeda que deve ampliar a produção de vacinas contra a dengue. A expectativa é de que a Biological E. produza 50 milhões de doses anuais da Qdenga, permitindo à Takeda cumprir, até 2030, a meta de distribuição de 100 milhões de doses por ano.



César Rengifo, da Biological E, diz que Brasil pode se tornar polo regional

ESTAR PRESENTE NAS QUADRAS DE ROLAND-GARROS POR MAIS DE 50 ANOS: ISSO É O QUE CHAMAMOS DE UMA TRAJETÓRIA CAMPEÃ.

Parceria, foco, empatia e visão estratégica. Há mais de meio século, essas qualidades uniram o BNP Paribas ao tênis. Essa paixão pelas quadras, que começou em Roland-Garros, evoluiu para uma rede que engloba diversos torneios ao redor do mundo. E não paramos por aí. Apoiamos vários programas de incentivo ao esporte e a jovens atletas. Assim como o tênis, o BNP Paribas tem presença global, o que nos permite criar soluções financeiras para auxiliar nossos clientes e os mercados locais a se desenvolverem, sempre com foco em um futuro mais sustentável. Resultados positivos geram parcerias sólidas e duradouras. Vamos juntos!

brasil.bnpparibas

BNP Paribas

ouvidoria@br.bnpparibas.com



BNP PARIBAS

PARCEIRO OFICIAL



O banco para um mundo em mudança

Empresas

Conjuntura Companhias retomam ganhos e ampliam operações e investimentos no país vizinho, animadas com os rumos da economia

Argentina dá novo fôlego para as múltiplas brasileiras

Adriana Peraita* e Beatriz Kawai De São Paulo

Após anos de resultados negativos, empresas brasileiras de diferentes setores voltaram a apostar na Argentina, à medida que a melhora dos indicadores macroeconômicos do país impulsiona os números operacionais e anima as projeções para os próximos trimestres. A empresa de turismo CVC Corp quase dobrou seus investimentos no país para 2025. A Kepler Weber, do agronegócio, espera, neste ano, quadruplicar o faturamento obtido no país vizinho em 2024, passando de R\$ 5 milhões para cerca de R\$ 20 milhões. Entre 2021 e 2023, a Kepler Weber não registrou venda nenhuma em solo argentino.

país, aumento de 367,7% sobre o lucro registrado no mesmo período do ano passado, enquanto as receitas cresceram 36%, para R\$ 81 milhões. Do total faturado, 22,3% vieram da Argentina, mas Gomes estima que a relação suba para 25% nos próximos trimestres.

A Kepler Weber, que produz silos, também tem perspectivas altas para suas operações. Para este ano, espera quadruplicar o faturamento obtido no país vizinho em 2024, passando de R\$ 5 milhões para cerca de R\$ 20 milhões. Entre 2021 e 2023, a Kepler Weber não registrou venda nenhuma em solo argentino.

"O poderio econômico deles [Argentina] mudou nesses últimos dois anos"
Renato Arroyo

O ano passado marcou o retorno do país ao "mix" de receitas da companhia, mesmo com uma participação ainda modesta, de 2,5% do faturamento internacional. Hoje, Paraguai e Uruguai são os principais mercados da empresa fora do Brasil, mas cujas produções, somadas, representam um quinto dos volumes da Argentina. "Por que um país tão relevante do ponto de vista de produção de grãos compra muito menos que Paraguai e Uruguai juntos?", questiona o diretor-financeiro, Renato Arroyo, em entrevista ao Valor.

Ele acredita que o cenário mais favorável observado pela Kepler Weber na Argentina nos últimos meses está associado a um aumento recente do poder de compra da população. "O poderio econômico deles mudou nesses últimos dois anos."

Junto aos esforços operacionais, o desempenho das empresas também foi resultado da melhora do

cenário macroeconômico. Segundo o argentino Roberto Troster, economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e sócio fundador da Troster & Associados, o crescimento da confiança na economia argentina está apoiado em três pilares: a eliminação do déficit público, transformado-o em superávit; o fim do controle cambial; e as reformas para desregulação que têm sido promovidas pelo governo local — fatores que têm contribuído para a queda da inflação e dos juros.

A política de câmbio fixo, que encarecia os produtos para os consumidores argentinos, foi encerrada pelo Banco Central em meados de abril para implementar o câmbio flutuante, o que corrige a distorção e favorece a recuperação gradual dos volumes.

André Mazini, chefe de pesquisa de equity para América Latina do Citi, acredita que a aceleração no setor varejista advém desse efeito, o que pode ser observado nos resultados das Lojas Renner, sediada no Rio Grande do Sul, que voltaram a ser positivos nos últimos trimestres. Mesmo que seja uma operação pequena, o desempenho vem ajudando o resultado do grupo, disse Fabio Faccio, diretor-presidente da varejista que atua desde 2019 no país, na teleconferência de resultados trimestrais.

"Hoje só temos quatro operações na Argentina. Poderíamos ter pelo menos dez vezes mais. Mas, no momento, não estamos fazendo opção dessa expansão. Temos um olhar mais cauteloso para entender se o cenário geopolítico argentino continua em expansão", comentou Faccio. A Renner não abre resultados por região.

Em solo argentino desde 2011, a JSL é outro exemplo de empresa que espera por sinais mais sólidos para expandir. "Acompanhando os desdobramentos recentes do país, a companhia avalia de forma positiva os sinais de crescimento em sua operação local desde o início de 2024 e segue motivada a considerar oportunidades estraté-



Felipe Gomes, diretor financeiro da CVC: "Empresa observou a economia para reaquerer as operações no país vizinho"

gicas de longo prazo", diz a empresa em nota enviada ao Valor.

A Marcolpo, fabricante de carrocerias para ônibus e veterana na Argentina, onde está desde 1998, voltou a lucrar no país no ano passado, com R\$ 75,7 milhões, sendo que o último resultado positivo havia sido em 2017, de R\$ 16,8 milhões.

Há meses a companhia aguardava a retomada dos volumes argentinos devido à expectativa de renovação da frota e volta da demanda reprimida. O país representava volumes importantes e atingiu seu ápice com o afrouxamento de medidas protecionistas durante o governo de Mauricio Macri (2015-2018). O gerente jurídico e de relações com investidores, Eduardo Willrich, conta que as perspectivas continuam positivas, com volumes consistentes, em linha com os resultados observados no primeiro trimestre de 2025.

"A Marcolpo tem investido na Argentina para adaptar sua planta industrial à produção de ônibus urbanos, além dos modelos rodoviários. Adicionalmente, a empresa continua desenvolvendo fornecedores locais e buscando introduzir produtos com maior valor agregado e foco em

inovação", afirma Willrich.

A empresa não foi a única do setor automotivo a "surfear" na melhora argentina. A Frasl Mobility, controlada pela Randoncorp, destaca, em seu balanço do primeiro trimestre, um aumento das exportações para o país, onde tem um centro de operações perto de Buenos Aires. "O ambiente na Argentina segue favorável aos negócios a partir da reabertura do mercado, ainda que com mais competição, onde estamos recompondo estoques, promovendo lançamentos e adequando nossa oferta a partir da regularização da curva de demanda", comenta a empresa em sua divulgação de resultados.

Esse reaquecimento das operações na Argentina não é notado apenas por empresas brasileiras. Com sede na Holanda, a Stellantis, que reúne marcas como Fiat, Citroën e Peugeot, tem verificado um crescimento do volume de vendas no país desde o segundo semestre de 2024, movimento consolidado nos primeiros meses de 2025, conta Fernando Scatena, vice-presidente sênior de finanças para a América do Sul do grupo, ao Valor. O executivo atribui essa recuperação a um ambiente de maior estabilidade macroeconômica.

"Esse cenário tem gerado maior previsibilidade, ampliado o acesso ao crédito para os consumidores e favorecido um ambiente mais propício à oferta de veículos. Esses fatores, em conjunto, têm impulsionado as vendas e contribuído para a retomada sustentável do setor automotivo no país", afirma.

Em setembro, a Stellantis anunciou um aporte de US\$ 385 milhões (cerca de R\$ 2 bilhões) no seu polo automotivo em Córdoba. Parte será destinada a transformar a unidade em um centro para produção de picapes.

Outra medida econômica que deve impulsionar as operações argentinas é o acordo que o governo de Javier Milei assegurou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de US\$ 20 bilhões, acrescenta Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

Ele conta que as empresas passaram 2024 explicando os números negativos no país, mas que a situação não é mais essa. A Natura, por exemplo, somou R\$ 526,8 milhões de receita argentina no primeiro trimestre de 2024, valor 59,1% inferior ao de igual período deste ano, de R\$ 838,6 milhões.

*Estagiária sob supervisão de Nelson Rocco

Curta

Navios da Vale

De olho em redução de emissões e eficiência energética, a Vale contratou dez embarcações de uma nova geração de navios multicompostíveis, entregues a partir de 2027. As embarcações da classe Guaibamax tem capacidade para 325 mil toneladas e complementam a frota atual da mineradora. De acordo com o diretor de navegação da Vale, Rodrigo Bermelho,

os dez navios devem ser entregues até 2029. O executivo afirmou que os navios afetados pela mineradora são o "estado da arte" da tecnologia de redução de emissões, 14% mais eficientes que a atual geração de embarcações da mesma classe. Os novos navios serão "dual fuel", com opção de metanol e bunker convencional, e possibilidade de uso de amônia e Gás Natural Liquefeito (GNL).

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2025

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Aquecimento do Fato Gerador (FG)	Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Aquecimento do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Remunerações do Trabalho	2063*	FG ocorrido no mesmo dia		Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	542*	FG ocorrido no mesmo dia
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta				Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	Remunerações de Residentes ou Domiciliados no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia				
	Royalties e Assessoria Técnica - Residentes no Exterior	0473*					
	Rendimentos e proventos de qualquer natureza	0481*					
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	5192*					
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93)						
	Residentes no Exterior	5286*					
	Aplicações Financeiras - Recolhimento na data da remessa	9412*					
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9427*					
	Remuneração de direitos	9466*					
	Previdência privada e Fapij	9478*					
	Aluguel e arrendamento						
	Outros Rendimentos	5217*	FG ocorrido no mesmo dia				
	Pagamento a beneficiário não identificado	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.				
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)			Diária	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
					CPSS - Servidor Civil Ativo	1601*	21 a 31/março/2025
					CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	
					CPSS - Pensionista Civil	1717*	
					CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Organizatória	1769*	
					CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Organizatória	1814*	
					Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
					CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	21 a 31/março/2025
					CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	
					CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	

Nota: 1. Considera-se data de vencimento a data em que se encerra o prazo legal para pagamento do tributo ou para cumprimento da obrigação tributária. 2. Em caso de feriado estadual ou municipal o vencimento será antecipado ou prorrogado conforme a norma de regência do tributo ou da obrigação tributária.

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Iessa Tecnologia Ltda.** - CNPJ: 09.523.576/0001-08 - Endereço: Rua Joquei Clube, 223, Bairro Prado Velho - Requerente: Gerson Luis Baseio - Vara/Comarca: 24a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR
Requerido: **Indústria e Comércio de Doces Caseiros Arruda Ltda.** - CNPJ: 44.830.693/0001-15 - Endereço: Rua Sete de Setembro, 354, Centro - Requerente: Alexandre Dantas Franzaglia - Vara/Comarca: Vara Única de Aguaí/SP
Requerido: **Realiza Serviços em Geral Ltda.** - CNPJ: 32.460.139/0001-04 - Endereço: Rua Nicolau Pereira Campos Vergueiro, 133, Sala 04, Centro, Sorocaba/SP - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Sorocaba/SP
Requerido: **Transportes Montone Ltda.** - CNPJ: 43.246.941/0001-12 - Endereço: Av. Leonardo da Vinci, 1624/1642, Bairro Vila Guarani - Requerente: Makena Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Declaradas

Empresa: **Comercial C. Barbosa Ltda.** - CNPJ: 31.374.932/0001-28 - Endereço: Rua André de Leão, 268, Anexo A, Bairro do Brás - Administrador Judicial: BI Consultoria e Participações Ribeirão Preto S/S, Representada Pelo Dr. Alexandre Borges Leite - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

10.637.708/0001-01 - Endereço: Av. Mario Gallo, 242, Bairro Jardim Residencial Hamada, Marialva/pr - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Sr. Erik Rodrigues de Oliveira - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial Regional de Maringá/PR - Observação: Recuperação judicial concluída em falência.
Empresa: **Futurenet Escola Profissionalizante Ltda.** - CNPJ: 09.176.177/0001-18 - Endereço: Rua Santos Dumont, 37, Bairro Vila Bocaina, Mauá/SP - Administrador Judicial: Moroni Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Marcucci Nogueira Moroni - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **God Service Serviços e Transportes Ltda.** - CNPJ: 12.360.165/0001-53 - Endereço: Rua Dr. Augusto de Miranda, 61, Bairro Vila Pompeia - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Bpack Comércio de Embalagens Ltda.** - CNPJ: 44.327.465/0001-27 - Requerente: Globalcash Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.
Requerido: **Hcm Equipamentos Industriais e Serviços Ltda.** - CNPJ: 23.766.690/0001-90 - Endereço: Av. Marginal João Oléio Marques,

3563, Galpão 17, Chácara Rec. Planalto - Requerente: Kolda Comércio e Importação de Metais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Pedido julgado elidido.
Requerido: **Nova Geração Soluções Gráficas Eireli Epp** - CNPJ: 26.648.984/0001-05 - Endereço: Rua Dr. Azor Montenegro, 161, Bairro Vila Mangalot - Requerente: Bittenger Gráfica e Editora Ltda. Epp - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Cism Engenheiros Consultores Ltda.** - CNPJ: 03.210.574/0001-82 - Endereço: Rua Padre Anchieta, 2443, Sala 09, Andar Sb, Condomínio Crystal West Lake, Rebolco Crystal Lake Center, Bairro Bigorinho - Vara/Comarca: 24a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Bvc Transportes Ltda.** - CNPJ: 08.625.249/0001-02 - Endereço: Rodovia Br 040, Km 609, S/nº, Caiuaí, Bairro Campos Das Flores - Administrador Judicial: José Maurício Paiva Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. José Maurício Costa de Mello Paiva - Vara/Comarca: 2a Vara de Congonhas/MG
Empresa: **M. Sambatti Comercial e Serviços Ltda., Nome Fantasia M. S. Vigitack** - CNPJ: 30.390.257/0001-68 - Endereço: Av. Marechal Cândido Rondon, 36, Centro, Céu Azul/pr - Administrador Judicial: Catálise Administração Judicial

Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Cascavel/PR
Empresa: **Marcelo Canali Castilhos Agropecuária Ltda.** - CNPJ: 59.170.990/0001-59 - Endereço: Rua José de Alencar, 608, Portal Sul, Jardim/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. José Eduardo Chemin Cury - Vara/Comarca: 3a Vara de Corumbá/MS
Empresa: **Márcio Canali Castilhos Agropecuária** - CNPJ: 59.197.099/0001-06 - Endereço: Rua Amauri de O. Júnior, 499, Bairro Itape, Jardim/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. José Eduardo Chemin Cury - Vara/Comarca: 3a Vara de Corumbá/MS
Empresa: **Petroálcool Distribuidora de Petróleo Ltda.** - CNPJ: 85.491.074/0001-20 - Endereço: Rua Pierina Carmiel Mazzer Pioneira, 183, Gleba Ribeirão Paçandu - Administrador Judicial: M. Marques Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Márcio Roberto Marques - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial e Regional de Maringá/PR
Empresa: **Trans Start Comércio e Transportes Ltda.** - CNPJ: 24.682.082/0001-60 - Endereço: Rodovia Br 354, Km 475, Nº 665, Sala 01, Bairro Vila Calcita - Administrador Judicial: Inocência de Paula Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 1a Vara de Arcos/MG
Empresa: **Vervi de Araújo Castilhos Agropecuária** - CNPJ: 59.170.584/0001-96 - Endereço: Rua Dr. Ary Coelho de Oliveira, 670, Sala 02, Centro, Jardim/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. José Eduardo Chemin Cury - Vara/Comarca: 2a Vara de Corumbá/MS

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Agro Coffee Comércio, Importação e Exportação Ltda.** - CNPJ: 18.317.171/0001-04 - Endereço: Fazenda Santa Rosa, Estrada Municipal Eloi Mendes de Barra, Km 12, Zona Rural Eloi Mendes/mg - Vara/Comarca: 3a Vara de Varginha/MG - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Café Bom Dia Ltda.** - CNPJ: 20.367.959/0001-77 - Endereço: Rodovia Br 491, Km 16, Bairro Fausto Ribeiro - Vara/Comarca: 3a Vara de Varginha/MG - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Comasi Comércio Atacadista de Carnes Eireli Epp** - CNPJ: 17.860.706/0001-26 - Endereço: Rua Dom Pedro 1, 321 Ou Rua Nossa Senhora Aparecida, 26, Bairro Santo André, São Leopoldo/rs - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Frigoval Comércio, Importação e Exportação Ltda.** - CNPJ: 08.932.091/0001-05 - Endereço: Estrada Linha Clara Fundos, S/nº, Teutônia/rs - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **V Log Transporte de Gêneros Alimentícios Ltda.** - CNPJ: 17.776.323/0001-74 - Endereço: Rua Barbacena, 391, Bairro Santo André - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hambur-

go/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Fábrica de Acessórios de Moda Aurora Eireli, Nome Fantasia Ibg** - CNPJ: 32.873.282/0001-28 - Endereço: Av. Tobias Ribeiro de Mendonça, 246, Distrito Industrial Luiz Carlos Nogueira, Guaiará/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **K&A Confeccões Ltda.** - CNPJ: 00.127.047/0001-10 - Endereço: Rua Frei Estanislau Schaeffe, 148, Bairro Asilo Ou Rua Harry Gauche, 160, Sala 02, Bairro Velha, Blumenau/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Ricarnes Distribuidora de Carnes Ltda.** - CNPJ: 13.089.202/0001-01 - Endereço: Rua Pioneiro José Balan, 325, Bairro Parque Residencial Aeroporto - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial Regional de Maringá/PR - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Só Porco Distribuidora de Carnes Ltda.** - CNPJ: 29.967.678/0001-20 - Endereço: Av. Atlântica, 536, Sala 02, Bairro Jardim Escala, Sarandi/pr - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial Regional de Maringá/PR - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Valor PRO



Velocidade e precisão para quem decide.

No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.



Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Acesse www.valorpro.com.br e conheça.



Hospital Estabelecimento de saúde, comprado pela gestora por R\$ 100 milhões, atendia quase que exclusivamente pacientes da Prevent Senior

Sob comando do fundo Prisma, Santa Rita volta para o mercado

Beth Koike
De São Paulo

Após uma crise que se estendeu por cerca de dez anos e teve seu ápice na pandemia, o centenário Hospital Santa Rita, de São Paulo, foi vendido no fim de 2022 pelo valor da sua dívida, em torno de R\$ 100 milhões, à gestora Prisma Capital, de Marcelo Hallack. Desde então, o hospital vem passando por uma profunda reestruturação que envolveu o cancelamento do contrato com a operadora Prevent Senior que respondia por 85% da ocupação dos seus leitos e 60% da receita.

O Santa Rita já conseguiu retomar essa taxa de ocupação com outras operadoras de planos de saúde. Em janeiro, o hospital que tem 144 leitos atingiu o 'breakven' (ponto de equilíbrio financeiro). A expectativa é apurar lucro no segundo semestre e está sem endividamento — boa parte do passivo era fiscal e foi negociado. A meta é fechar este ano com receita de R\$ 173 milhões, mais do que o dobro do apurado em 2024.

No entanto, o Santa Rita ainda enfrenta o desafio de renegociar com as operadoras as condições dos contratos que estão defasados. "São acordos fechados há

muitos anos. O hospital era praticamente todo focado na Prevent Senior, quase não havia relacionamento com as demais operadoras. Agora, retomamos as parcerias, mas precisamos equacionar isso, há um grande desalinhamento sobre o que oferecemos e a remuneração que recebemos", disse Wagner Marujo, presidente do Hospital Santa Rita, contratado em 2023.

A partir de 2021, diante dos prejuízos, as operadoras de planos de saúde passaram a pressionar o setor hospitalar com reajustes menores, atrasos e cancelamento de pagamentos. Segundo a Anahp, entidade que reúne os maiores hospitais do país, as operadoras deixaram de pagar aos seus associados um total de R\$ 5,8 bilhões em procedimentos médicos em 2024 — prática conhecida no setor como glosa.

A Prisma está investindo R\$ 60 milhões para a melhoria da infraestrutura do hospital que ficou cerca de uma década sem modernização. Deste montante, 50% já foram alocadas num novo centro cirúrgico, equipamentos médicos, pronto socorro e uma área de consultórios para atendimento de médicos especialistas.

"Estamos diversificando. Éramos muito focados em cirurgia,

agora temos um centro médico com especialistas de diferentes áreas", disse Marujo, que entre 2009 e 2012 foi presidente do Hospital Infantil Sabará, do pediatra José Luiz Setúbal (membro da família do Itaú).

A outra fatia de R\$ 30 milhões será investida até o fim de 2026 para modernização da UTI, pronto socorro e hotelaria. Mas Marujo faz ponderações sobre esse último item.

"Há uma valorização excessiva na hotelaria dos hospitais. O custo da saúde já é alto e a hotelaria eleva ainda mais. Atendemos o público intermediário. Oferecemos atendimento médico de qualidade sem bandeja de prata e mordomo de luvas branca", disse o presidente do Santa Rita.

Segundo Marujo, há uma demanda crescente de pacientes particulares procurando o Santa Rita. Nesse grupo, há pessoas sem plano de saúde e outras que têm convênio médico, mas os hospitais credenciados não atendem os médicos dos pacientes. A fatia de clientes particulares hoje representa 10% da receita.

A gestão do hospital é feita em parceria com a Prisma, que tem cadeiras no conselho. A gestora tem longa experiência no setor de saúde. Hallack fazia parte do



"Há excesso de hotelaria no setor de saúde. Aqui não temos bandeja de prata e mordomo de luvas branca"
Wagner Marujo

time do BTG que aportou em 2010 recursos na Rede D'Or — primeiro investimento privado no setor de saúde. A Prisma investiu ainda na Bionexo, plataforma de compra de medica-

mentos, e faz a gestão da fatia da Rede D'Or na Qualicorp.

Há um projeto de ampliação dos atuais 144 para 400 leitos, uma vez que há amplo espaço no terreno em que o hospital está instalado, mas esse não é um plano de curto prazo e pode envolver outros arranjos financeiros como a entrada de novos investidores.

Questionado sobre um desinvestimento por parte do fundo, Marujo diz que "essa é uma possibilidade na mesa, a Prisma é um fundo, é um caminho natural. Já vieram nos procurar, inclusive, operadoras de outros Estados. Mas não acredito que seja algo de curto prazo. O fundo entrou em

2022, são de longo prazo, conhecem bem o setor, sabem que saúde é um investimento que não dá ter retorno imediato."

Em sua visão, a retomada de fusões e aquisições no setor de saúde ainda vai levar de dois a três anos devido às incertezas do ambiente macroeconômico e a taxa de juros elevada.

Nesse cenário, Marujo diz que está arrumando a casa. Além da modernização na infraestrutura, está investindo em inteligência artificial na área da enfermagem do hospital. Ele reclama que, atualmente, metade do tempo de enfermeiros é fazendo anotações e os outros 50% atendendo efetivamente os pacientes.

INVEST GRAVATAÍ

O futuro do seu negócio está aqui

Você sabe por quê?



4ª economia do RS;
R\$ 12,4 bilhões em PIB



Localizada no eixo
logístico do Mercosul e a
15 minutos do aeroporto



R\$ 1 bilhão investido pelo
setor imobiliário em 2024



8,4 mil novas empresas
em quatro anos



Entre as 100 melhores
cidades para fazer
negócios no Brasil



15ª melhor para investir
na indústria

PREFEITURA DE
GRAVATAÍ
POR TI POR NÓS PELO FUTURO.

gravatai.atende.net

Prefeitura de Gravataí

@prefgravatai

'Programa Especialistas' tem orçamento de R\$ 14 bi

De São Paulo

O programa "Agora tem Especialistas" — iniciativa anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última sexta-feira (30) para reduzir a fila do SUS para consultas, exames e cirurgias usando a rede privada de saúde — tem um orçamento de R\$ 14,4 bilhões.

Os ministérios da Saúde e da Fazenda criaram três modalidades de remuneração para arcar com procedimentos médicos realizados nos estabelecimentos particulares: abatimentos de passivo tributário de hospitais, desconto dos valores que as operadoras devem referente a ressarcimento ao SUS e pagamento em dinheiro por meio de uma tabela de preços com condições melhores do que a adotada atualmente.

O governo também está estudando a possibilidade de desconto em financiamentos contraídos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os dados foram informados por Adriano Massuda, secretário-executivo, e Rodrigo Oliveira, diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, durante reunião com a Anahp, associação de hospitais privados, na quarta-feira (4).

Do valor total, R\$ 10 bilhões poderão ser abatidos de tributos federais atrasados ou que irão vencer de estabelecimentos de

saúde, como hospitais e clínicas com fins lucrativos ou filantrópicos. Serão destinados, anualmente, R\$ 2 bilhões, por um período de cinco anos. Aqueles que entrarem no programa podem ainda ter um abatimento até 70% do juro da dívida. Será concedido um crédito que poderá ser descontado do passivo fiscal ou do tributo corrente do período.

Os estabelecimentos de saúde também poderão participar do programa sendo remunerados em dinheiro por meio de uma tabela SUS que terá condições mais atraentes do que os valores atuais. Para esse formato, há um orçamento de R\$ 2 bilhões, por ano.

As operadoras de planos de saúde verticalizadas poderão ofertar sua rede própria para atender pacientes do SUS. O pagamento será feito via desconto do montante que as operadoras devem referente a ressarcimento ao SUS. Ou seja, quando os clientes de convênio médico usam a rede pública, as operadoras precisam ressarcir o governo. Neste caso, as pastas liberaram R\$ 2,4 bilhões por ano.

No ano passado, o SUS realizou 13,6 milhões de cirurgias eletivas. Estima-se que haja 1,3 milhão de pacientes na fila de espera para um procedimento cirúrgico.

O Ministério da Saúde determinou que sejam realizados 1,3 mil tipos de tratamentos em seis áreas: oftalmologia, ginecologia, oncologia, cardiologia, otorrinolaringologia e ortopedia. A

medida de abarcar por tratamento e não por procedimento como ocorre atualmente foi bem recebida pelo setor. Hoje, é comum que uma linha de cuidado não seja finalizada porque uma das etapas não tem cobertura de atendimento. "Faremos uma ampliação de oferta e não uma substituição dos contratos hoje vigentes", disse Oliveira, diretor da pasta.

"Há uma ociosidade na rede privada e fila no SUS. Defendemos a ampliação desse tipo de parceria que já existe. Em 2023, em volume de cirurgias, 48% foram realizadas pelo setor privado", disse Antonio Brito, presidente da Anahp.

Os representantes do Ministério da Saúde destacaram ainda a necessidade de atendimentos médicos em regiões distantes, não apenas dos grandes centros. Hoje, esse é um dos maiores problemas na saúde pública e também privada.

A pasta lançará um edital com as necessidades de atendimento médico no país. Os grupos privados se candidatam e os repasses serão efetivados por meio dos Estados ou municípios. O primeiro programa implementado foi o Rio de Janeiro, na última terça-feira, e a expectativa é que até o fim de junho as demandas de agendamento e fila de espera estejam integradas ao sistema do "Agora tem Especialistas", para que a rede privada possa ser contratada. (BK)

Curta

Crise da Avibras

A fábrica da Avibras, em Jacareí (SP), foi ocupada por funcionários ontem. O ato, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, marcou os mil dias da greve iniciada em setembro de 2022. "O ato foi uma forma de chamar a atenção

para o drama vivido pelos trabalhadores, que estão há 26 meses sem salário, e para o risco de a mais importante indústria bélica do país encerrar as atividades", informou a entidade. A principal reivindicação dos trabalhadores é que o plano alternativo à recuperação judicial da empresa, apre-

sentado pela Brasil Crédito Gestão Fundos de Investimentos, seja homologado. A ação prevê a destituição do atual proprietário, João Brasil Carvalho Leite, e a nomeação judicial de um interventor. O pedido de homologação do plano foi encaminhado pela assembleia de credores em 26 de maio.

Telefonia Marcas apostam que consumidor deseja aparelho mais avançado e com design interessante

Cresce a disputa por celular 'premium'

Daniela Braun
De São Paulo

No quarto maior mercado de celulares do mundo, marcas apostam no desejo do consumidor brasileiro por investir um pouco mais em aparelhos mais avançados, robustos e com design interessante. A oferta de modelos "premium" é aposta tanto das veteranas Samsung e Motorola, primeira e segunda no ranking de vendas do país, quanto das estreantes Jovi, Realme e Oppo.

O foco em aparelhos mais avançados, ou premium, é uma forma de compensar na receita um mercado já amadurecido e que enfrenta recuo nas vendas em unidades. Em 2025, os fabricantes planejam vender 37,3 milhões de aparelhos aos canais de varejo e operadoras, 6,9% menos do que em 2024. No ano passado, as vendas alcançaram 40,1 milhões de unidades, com alta de 4,7%, segundo dados da consultoria IDC Brasil.

Já o valor médio de venda por aparelho foi de R\$ 3.009 no primeiro trimestre de 2025, um aumento de 85,2% ante o tíquete médio de R\$ 1.625 um ano antes.

A diferença reflete fatores macroeconômicos como a desvalorização do real perante o dólar e a maior participação de aparelhos contrabandeados nas vendas do primeiro e segundo trimestres do ano passado, explica o diretor de pesquisas da IDC, Reinaldo Sakis. Este ano, a consultoria estima que aparelhos irregulares representem 14% das unidades vendidas no país, o que pode levar a uma evasão fiscal de R\$ 3,5 bilhões no período.

O impacto preocupa fabricantes que possuem produção local própria no país, e tem gerado mais pressão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Ministério da Justiça sobre canais de vendas de aparelhos ilegais, incluindo varejistas on-line (ver página B8).

"Entendo que é uma questão nacional, de cultura e de uma ação estratégica [do governo]", diz o presidente da Motorola, Rodrigo Vidigal. "É uma tristeza, como brasileiro, não como executivo da empresa, ver isso acontecendo. Torço para que a gente acorde com essa questão".

O cenário local de juros altos e menor poder de compra do brasileiro também reduziu a fatia de aparelhos intermediários no início do ano. "Por condições econômicas, menos brasileiros de baixa renda compraram celulares", nota Sakis. Isso deu espaço aos premium. Como resultado, os fabricantes registraram uma receita de R\$ 23 bilhões no primeiro trimestre de 2025, 50,3% ante R\$ 15,3 bilhões um ano antes.

A Motorola, do grupo Lenovo, busca se diferenciar formando parcerias com empresas do mercado de luxo. A linha de celulares dobráveis Razr 60 tem cores definidas com a Pantone, que dita as tendências do mercado de consumo global, bem como opções revestidas com um tecido da italiana Alcantara.

"O brasileiro é apaixonado pelas novidades e quer tornar sua vida melhor", afirma Vidigal. "Ele não quer sempre comprar um telefone em formato de barra na cor preta."

A aposta da Motorola no chamado "estilo de vida tecnológico" avança para acessórios como fones de ouvido com cristais da austríaca Swarovski e perfumes exclusivos para celulares desenvolvidos em parceria com a suíça Firmenich. "Quando abre a caixa, você sente um cheiro de smartphone novo e isso surpreende as pessoas". O resultado, segundo Vidigal, já foi notado no varejo. De janeiro a maio, ele cita dados da GfK informando que a receita do setor cresceu 10% em base anual.

A mais nova concorrente do setor, a Jovi, marca da chinesa Vivo Mobile, concentrou sua estreia no país em dois aparelhos para redes 5G com valores entre R\$ 3.199 e R\$ 4.999, que chegam ao varejo este mês. "Sabemos que temos um cenário desafiador, mas o mercado brasileiro é visto como um dos mais estratégicos para a Jovi, com grande potencial de crescimento, especialmente entre consumidores que valorizam tecnologia, design e fotografia de qualidade", disse o diretor de produto da Jovi, André Varga, ao Valor.

A Jovi chega ao Brasil fabricando um de seus modelos, o V50 Lite 5G, em parceria com a GBR Com-

ponentes, de Manaus (AM). A mesma estratégia de parceiros de produção em Manaus foi adotada pela Realme, em abril, com a Digitron, e pela Oppo, que chegou ao país há um ano com fabricação pela Multi.

O conhecimento do público brasileiro fez a Oppo querer ampliar o portfólio de aparelhos mais robustos no país. "Estudamos trazer modelos premium, como a linha Find X, desenvolvida em parceria com a [fabricante sueca de câmeras] Hasselblad, com foco em câmeras de

alto desempenho e inovação em IA [inteligência artificial]", conta o gerente sênior de vendas da Oppo Brasil, André Alves.

"Esperamos que a produção local tenha um impacto significativo no nosso espaço de mercado e nos permita competir de igual para igual com marcas estabelecidas", afirma a diretora de marketing da Realme, Tanya Tang. A busca de parceiros locais não está nos planos da Xiaomi, mas sim a expansão do portfólio, diz o diretor de Operações da DL, distri-

buidora da Xiaomi no Brasil, Lucia no Barbosa. "O smartphone continua sendo um objeto de desejo do consumidor", ele afirma.

"O brasileiro não quer sempre comprar um telefone em formato de barra na cor preta" Rodrigo Vidigal



05 de junho
Dia Mundial do Meio Ambiente

Somos a Natureza

A natureza é o maior valor do nosso planeta. Ela sustenta a vida, cria a biodiversidade e nos dá recursos que transformamos em desenvolvimento. Cuidar do meio ambiente é investir em um futuro sustentável.

Essa é uma prática comum na CMPC. Há mais de 30 anos, o Hub CMPC de Economia Circular transforma 100% dos resíduos do processo industrial da nossa unidade, em Guaíba, em mais de 13 novos produtos.

Desde 2019, assumimos compromissos de sustentabilidade com as próximas gerações. Em nível global, a CMPC busca diminuir em 25% o uso de água nos processos industriais, reduzir em 50% as emissões atmosféricas e acrescentar novos 100 mil hectares de área de conservação.

Nossa visão de futuro é de uma sociedade em que todos são engajados com práticas sustentáveis. Porque somos parte da natureza.

cmipc. **VIVA o NATURAL**

Tecnologia Drones, celulares e outros aparelhos irregulares são da Amazon, Mercado Livre e Shopee

Anatel barra a venda de 3.300 produtos

Ruan Amorim e Rafael Bifencourt
De Brasília

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) interrompeu a comercialização de 3.300 produtos irregulares ou não homologados em oito centros de distribuição da Amazon, do Mercado Livre e da Shopee. A suspensão das vendas foi resultado de uma operação de fiscalização que ocorreu nos dias 26 e 27 de maio nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Segundo a agência, a operação

teve como objetivo “proteger os consumidores dos perigos associados a equipamentos de telecomunicações irregulares”.

Dos produtos lacrados, 1.700 estavam em centros de distribuição da Amazon, 1.500 do Mercado Livre e 72 da Shopee. Entre os artigos irregulares estão drones, celulares, carregadores, baterias e roteadores sem homologação da Anatel, além de TV boxes piratas.

Procurada, a Amazon informou que, durante as operações de fiscalização, realizadas nos centros de distribuição em São João de Meriti (RJ) e Cajamar (SP),

não houve apreensão de nenhum produto irregular.

“A Amazon está revisando a lista dos demais produtos apreendidos em Cajamar (SP) e seguirá cooperando com a Anatel, como parte do seu compromisso de

“Marketplaces têm o dever de coibir a venda de produtos não homologados”
Alexandre Freire

manter a confiabilidade dos produtos ofertados a seus clientes”, informou, em nota.

Já o Mercado Livre frisou que os 1.500 produtos analisados representam 0,37% do total de 400 mil itens sob homologação que são comercializados pelo marketplace. “Este percentual baixíssimo demonstra, sem equívoco, que os esforços proativos do Mercado Livre são efetivos”, afirmou a empresa.

A empresa também disse que é contrária ao uso de bloqueios de plataforma (conhecidos como “kill switch”) para tratar questões específicas de homologação. Esse

tipo de medida é defendido pela Anatel, mas empresas do setor têm evitado ações mais duras da agência na Justiça.

“Bloquear o Mercado Livre seria uma medida extrema e desproporcional”, ressaltou a plataforma.

A Shopee, por sua vez, afirma, em um posicionamento, ter “colaborado ativamente com a Anatel no combate à venda de aparelhos não homologados”. O marketplace informou também que tornou obrigatório o preenchimento do código de homologação de celulares e de dispositivos TV boxes para todos os vende-

res que comercializam esses produtos na plataforma.

Para o conselheiro da Anatel e patrocinador das ações do Plano de Ação de Combate à Pirataria do órgão regulador, Alexandre Freire, não se pode transferir ao consumidor a responsabilidade de identificar se um produto eletrônico é seguro ou não.

“Marketplaces e outras plataformas de comércio digital têm o dever de coibir a venda de produtos não homologados, que representam riscos sérios à segurança do consumidor e à integridade das redes de telecomunicações”, disse.

Autoridade da China freia IA de Apple e Alibaba

Zijing Wu, Cheng Leng e Michael Acton
Financial Times, de Hong Kong e San Francisco

O lançamento de serviços de inteligência artificial da Apple na China, em conjunto com o Alibaba, está parado em uma agência reguladora de Pequim, o que torna a parceria tecnológica a mais nova vítima da guerra comercial do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

As gigantes da tecnologia têm trabalhado juntas para lançar o Apple Intelligence, o pacote de serviços de inteligência artificial da fabricante do iPhone, para usuários chineses. O sistema usará os modelos de linguagem mais recentes do Alibaba.

Vários produtos de IA desenvolvidos em conjunto pelas duas empresas de tecnologia foram submetidos este ano à aprovação da

autoridade chinesa da internet.

Mas esses pedidos estão sendo na Administração do Ciberespaço da China (ACC), segundo duas fontes a par do assunto, que mencionaram as incertezas geopolíticas crescentes entre a China e os EUA.

A Apple vem sofrendo de manei- ra particular com o aumento das tensões entre Washington e Pequim, apesar dos esforços de seu executivo-chefe, Tim Cook, para ganhar as simpatias da Casa Branca no segundo mandato de Trump.

O presidente americano tem pressionado a Apple, que cresceu até se tornar uma das empresas mais valiosas do mundo graças ao impulso de suas operações de manufatura na China, a trazer sua produção de volta para os EUA.

No mês passado, Trump ameaçou a Apple e a Samsung com tarifas de importação de

25% sobre seus dispositivos se as empresas não transferissem sua produção para os EUA.

O preço das ações da Apple também foi afetado este ano pela demora no lançamento de seus recursos de inteligência artificial em todo o mundo — recursos de que a empresa faz propaganda como um diferencial importante de seus modelos mais novos do iPhone —, assim como pelas ações regulatórias e judiciais que ameaçam seus negócios de serviços, que têm grande margem de lucro.

Os atrasos no lançamento do Apple Intelligence na China também prejudicam a empresa americana, já que ela enfrenta uma concorrência cada vez maior de rivais chinesas, lideradas por Huawei, Xiaomi, Oppo e Vivo.

A demora na aprovação da parceria entre a Apple e o Alibaba ocorre em um momento em

que os EUA e a China, as duas maiores economias do mundo, estão em negociações para reduzir as enormes tarifas retaliatórias, que chegaram a 145%.

O processo de aprovação da Administração do Ciberespaço da China, que normalmente envolve testes oficiais dos modelos de inteligência artificial, é obrigatório para todas as empresas que querem oferecer serviços de IA generativa ao público na China. A ACC aprovou mais de 300 modelos nacionais de IA para uso até o momento.

Apesar de a Apple ter feito a parceria com o Alibaba em uma tentativa de conseguir a aprovação da ACC, o relacionamento de grande visibilidade ainda atrai escrutínio regulatório à medida que as tensões comerciais com os EUA crescem.

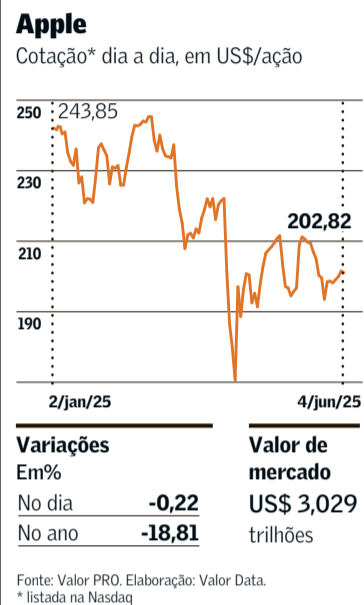
Pequim também tem buscado

ampliar seu poder de barganha nas negociações comerciais com a retomada das investigações sobre gigantes da tecnologia americana, como a Nvidia e o Google.

Uma fonte com conhecimento sobre a parceria entre a Apple e o Alibaba disse que agora Pequim demora mais tempo para analisar quaisquer transações ou parcerias relacionadas com os EUA, em especial em áreas críticas, como a da inteligência artificial.

A aprovação final precisa ser autorizada pelo Conselho de Estado, o órgão máximo de poder do país, que também está envolvido nas negociações comerciais entre os EUA e a China. Mas a fonte ressaltou que todos esses atrasos estão sujeitos a mudanças e os pedidos podem ser examinados e aprovados rapidamente, uma vez que o Conselho de Estado consinta.

O Escritório de Indústria e Segu-



rança do Departamento de Comércio dos EUA também manifestou preocupações sobre a parceria tanto à Apple como ao Alibaba, embora não tenha meios legais para bloqueá-la, de acordo com outra fonte familiarizada com as discussões. *(Lilian Carmona)*

Nas favelas, anúncios migram dos muros para as telas digitais

Marketing

Natália Flach
De São Paulo

A empresa Novo Outdoor Social (Nós) ampliando o escopo de atuação. Agora, além de estampar publicidade em muros nas favelas, vai instalar anúncios em telas digitais em mercados e farmácias das periferias brasileiras.

A entrada na seara tecnológica acompanha a transformação digital das próprias comunidades. “Fizemos teste com 15 monitores para avaliar a receptividade tanto dos moradores quanto das marcas, e o resultado foi muito positivo. Depois ampliamos para 125 dispositivos em periferias de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”, diz a fundadora Emilia Rabello, referindo-se a Paraisópolis, Heliópolis (SP), Rocinha (RJ) e Aglomerado da Serra (BH). As primeiras campanhas veiculadas foram da marca de beleza Avon e da instituição de ensino Anhangüera.

A Nós planeja acelerar a expansão para 265 telas da LG, e a expectativa é atingir uma audiência estimada de mais de 127 milhões de impressões mensais. “O próximo passo será alcançar um inventário de 400 dispositivos”, diz a executiva, sem dar data.

A Nós não é um caso isolado. A Comunidade Door, agência de comunicação do grupo Favela Holding, pretende entrar na seara de publicidade em mobiliário urbano no segundo semestre. “Vamos começar com projeto-piloto em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Estamos neste momento definindo o parceiro que vai fazer a parte da veiculação das campanhas”, diz o presidente da companhia, Leo Ribeiro. Assim como a Nós, a ideia é dar contrapartida social para os comerciantes que aceitam instalar os monitores em suas lojas. “Também estamos estudando colocar painéis maiores ao redor dos campos de futebol de várzea. Já negociamos com 10 campos”, diz o executi-



“Nesse primeiro momento, as telas devem representar 20% da receita”
Emilia Rabello

vo. No ano passado, a Door teve receita de cerca de R\$ 8 milhões.

A Eletromídia, uma das maiores empresas de publicidade em mobiliário urbano do país, faz parte do projeto Favela 3D, uma iniciativa realizada em parceria com a ONG Gerando Falcões. No projeto, a empresa oferece, em uma tela, notícias e outros dados que podem ajudar o dia a dia da comunidade.

Para a Nós, essa nova frente do negócio deve apoiar o crescimento esperado de 15% da receita, para R\$ 50 milhões, neste ano. “Nesse primeiro momento, a rede de telas deve representar cerca de 20% da nossa receita. Mas a ideia é ampliar o faturamento e fazer com que esse

canal represente uma fatia cada vez maior no resultado.”

De acordo com Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mais recente, o Brasil tinha 12,3 mil favelas em 2022, quase o dobro do número da sondagem anterior, de 2010. Houve também um salto no total de pessoas que viviam nessas localidades no período, passando de 11,4 milhões para 16,4 milhões.

Diferentemente do que prega o senso comum, morar em periferia não é sinônimo de falta de renda. Levantamento da Nós aponta que as maiores favelas do país concentram classes econômicas B2 e C1.

“Isso atesta que há poder aquisitivo nesses locais, ainda que muitas marcas não olhem para a periferia como lugar de consumo — e acabam perdendo oportunidades”, diz Rabello. Mas é aí que entra a mídia programática nas telas. Por esse modelo de “digital out-of-home” (DOOH), o anunciante contrata a veiculação de anúncios de acordo com parâmetros da au-

diência, como renda e gênero, por exemplo. O próprio sistema identifica onde há dispositivos que atendem o público-alvo e programa a veiculação das campanhas.

Com isso, diz Rabello, pode ser que algumas marcas entrem nas favelas sem saber. “Acreditamos que a programática nas favelas não é só uma inovação — é uma virada de chave no jeito de comunicar com verdade e escala.”

Pesquisa da entidade de publicidade digital IAB Brasil, em parceria com a startup de tecnologia Galaxies, mostra que 71% dos anunciantes pretendem aumentar os investimentos no canal DOOH nos próximos meses, enquanto 28% devem manter o volume atual. O restante, ou 1%, planeja reduzir os gastos. O intuito de elevar os investimentos tem a ver com a baixa participação desse canal no orçamento das companhias.

Mas há desafios que vão além do preconceito, quando se fala em favelas. Rabello conta que uma vez a equipe da Nós estava com vários monitores de TV no carro e foi parada por traficantes. O medo deles era que se tratasse de carga roubada, o que poderia chamar a atenção da polícia e culminar em uma operação na comunidade. “Tivemos que explicar que eram telas legítimas”, disse.

Como a Nós é uma empresa que se propõe a fomentar negócio nas favelas, a estratégia também tem como objetivo apoiar financeiramente as comunidades. Os pequenos comerciantes que aceitam instalar os monitores digitais em seus negócios recebem ajuda de custo, além de espaço para veicular suas próprias mensagens publicitárias.

Desde que o projeto foi lançado, a companhia já distribuiu mais de R\$ 300 mil para mais de 100 empreendedores. “É como se fosse aluguel do espaço para veicular a comunicação das marcas”, explica. A executiva acrescenta que os comerciantes locais não costumam usar essa estratégia de marketing. “O foco deles é o carro de som e o funcionário com microfone na porta das lojas, chamando as pessoas para entrar.”

B&P negocia mais duas aquisições neste ano

Luana Dandara
De São Paulo

O empresário Bazinho Ferraz, fundador do grupo B&Partners, pretende concluir duas novas aquisições ainda em 2025 como parte da estratégia de crescimento da holding, formada por empresas de marketing, vendas, consultoria e tecnologia. Com isso, o grupo passará a reunir 20 companhias, com receita projetada de R\$ 504 milhões neste ano, alta de 24% em relação aos R\$ 408 milhões registrados em 2024.

As aquisições devem ocorrer nas áreas de gestão de relacionamento com o cliente e publicidade. O grupo também busca ampliar sua operação em Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, dentro do plano de expansão regional cujo objetivo é adicionar R\$ 100 milhões à receita nos próximos cinco anos.

Desde 2018, quando começou a montar sua estrutura, a B&Partners vem fazendo aquisições. “Não compramos empresas iguais. Compramos o que o cliente está comprando”, diz Ferraz.

A estratégia é manter os fundadores das empresas compradas no comando. “Queremos que o empreendedor cresça com a gente. A rede é colaborativa, não impositiva”, diz Ferraz. Em abril, a B&P realizou sua primeira “saída” de uma aquisição. Vendeu a agência digital a/b lab para a V4 Company, de marketing digital. A operação gerou retorno médio anual de 34%. “Tem empresa que vai ficar dez anos com a gente. Outras, a gente acelera e prepara para um novo ciclo.”

No primeiro trimestre, a receita da B&Partners cresceu 13% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Com seis anos de operação, o grupo reúne hoje 18 empresas, 34 sócios, mais de 1.100 colaboradores e cerca de 250 clientes como Ambev, Whirlpool, Seara, Santander, Mondelez, Cimed, Loft e Suvinil.

Apesar do ambiente econômico instável, Ferraz afirma que a rede mantém projeções positivas para 2025. “A gente sente a cautela do mercado, sim. Os juros seguem al-



“A gente sente a cautela do mercado, mas a diversidade traz resiliência”
Bazinho Ferraz

tos, o crédito continua pressionado, e tem cliente pisando no freio. Mas a diversidade de setores e especialidades nos traz resiliência.”

A operação internacional, que começou com o atendimento a clientes brasileiros no exterior, já representa 12% da receita do grupo. A B&Partners opera nos Estados Unidos, Portugal, Itália, Colômbia e Argentina, além de ter um escritório com sócio local no México. “No México, por exemplo, já temos sócio e estrutura montada. A ideia agora é replicar esse modelo em outros mercados.” A meta é ampliar a participação internacional para 30% da receita nos próximos anos.

Ferraz fundou a agência BFerraz em 1998, voltada à experiência de marca. Em 2002, uniu-se a Nizan Guanaes e Guga Valente para criar o Grupo ABC, que concentrou agências como Africa, DM9DDB e a própria BFerraz. O grupo foi vendido à multinacional Omnicom em 2014. Após a transação, Ferraz deixou a operação, recomprou a BFerraz e, em 2019, lançou a B&Partners.

Fracassa lance do Grupo Safras para reaver recuperação judicial

Grãos

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O Grupo Safras, especializado em originação, processamento e armazenagem de grãos e produção de etanol, sofreu um novo revés na Justiça em sua tentativa de retomar o processo de recuperação judicial. O ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indeferiu o pedido de recurso que o grupo apresentou para tentar reverter uma decisão recente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), que revogou a recuperação judicial da companhia e liberou o arresto de ativos para os credores, aumentando seu risco de falência.

O pedido de medida cautelar suspendendo o efeito da decisão

da Justiça de Mato Grosso foi indeferido no fim da noite de terça-feira (3/6). Procurado, o Grupo Safras não quis comentar o assunto.

O grupo, que é controlado por Dilceu Rossatto, ex-prefeito de Sorriso (MT), e Pedro Moraes Filho, obteve na Justiça aprovação para a recuperação judicial no dia 20 de abril. As dívidas da empresa somam R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 1,78 bilhão estavam submetidos à proteção judicial contra credores.

"Grupo tem falta de transparência documental e irregularidades" Marilsen Addario

No dia 30 de maio, a desembargadora Marilsen Andrade Addario, da Segunda Câmara de Direito Privado, concedeu uma liminar suspendendo a decisão da juíza Giovana Pasqual de Mello, da 4ª Vara Cível de Sinop (MT), que autorizava o processo de recuperação judicial do Grupo Safras. Na decisão, a desembargadora alegou "falta de transparência documental e das irregularidades financeiras" do grupo. Também foi suspenso o prazo de 180 dias durante o qual os credores não poderiam executar dívidas do grupo.

A decisão da desembargadora atendeu a um pedido dos credores Agropecuária Locks — que tem como sócios o empresário Itamar Locks e seu filho, Samuel Maggi Locks — e o produtor Celso Izidoro Vigolo. A Locks pediu a retomada de colheitadeiras para pa-

gar uma dívida de R\$ 6,8 milhões, relativa à venda de 3,5 mil toneladas de soja ao Grupo Safras.

O credor Celso Izidoro Vigolo, por sua vez, alegou no pedido de suspensão da recuperação judicial que o processo apresentava "indícios de má-fé, fraude ou simulação". Entre os problemas citados estão omissões de documentos essenciais, como livros contábeis obrigatórios, extratos bancários e certidões fiscais.

Uma perícia feita no grupo identificou ajustes patrimoniais de R\$ 52 milhões, sem lastro técnico, e omissão de bens essenciais. Outro problema é que algumas empresas do grupo foram constituídas há menos de dois anos e não têm prova de atividade operacional, ferindo a lei de recuperação judicial. Os credores ainda levantam suspeitas sobre a

estrutura societária do grupo, citando um contrato de 2024, prevendo que os fundos Axioma e Alcateia poderiam adquirir 60% do Grupo Safras por R\$ 100 mil, com promessa de levantar até R\$ 400 milhões em três anos. O documento foi retirado da Junta Comercial após o registro.

No sábado (31/5), os advogados do Grupo Safras entraram com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça de Mato Grosso pedindo a reversão da decisão. O grupo alegou que a suspensão poderia causar um "colapso da operação", impedindo a colheita — a Agropecuária Locks começou a fazer o arresto de maquinário naquele dia. Segundo o grupo, o pedido de arresto incluía cinco colheitadeiras, avaliadas em mais de R\$ 14 milhões, valor superior à dívida,

de R\$ 6,7 milhões. Além disso, parte das máquinas estavam alienadas para o Banco John Deere. Assim, elas não poderiam ser arrestadas por outros credores.

Antônia Siqueira Gonçalves, a desembargadora plantonista substituta, negou o pedido. A juíza alegou na decisão que não reconhecia a situação como sendo de extrema urgência e que o órgão competente para a empresa buscar o recurso seria o STJ.

Com isso, o processo de recuperação judicial do Grupo Safras segue suspenso, e os credores correm para conseguir na Justiça o arresto de ativos para garantir o pagamento dos débitos. O grupo deve a 900 credores, entre eles Sicoob Credisul (R\$ 92,7 milhões), Caixa (R\$ 69,6 milhões), Bradesco (R\$ 43,3 milhões) e Oliveira Trust (R\$ 92,4 milhões).

Estratégia Fabricante de insumos especiais aposta em pesquisa e ramo de biológicos

ICL avalia aquisições e lança produtos

Patrick Cruz
De São Paulo

A israelense ICL tem sido uma agente de consolidação do segmento de especialidades, um dos mais pulverizados da indústria de insumos agrícolas no país. Nos últimos cinco anos, ela fez três grandes aquisições na América do Sul: a da Fertiláqua, em 2020, em um negócio de US\$ 120 milhões, a da divisão agrícola da Compass na região, em 2021, por US\$ 420 milhões, e, no ano passado, a da Nitro 1000, por cerca de US\$ 30 milhões, que marcou a estreia da companhia no ramo de insumos biológicos. Não que "consolidação" seja o

termo mais preciso para definir os passos da ICL ou de qualquer outra companhia do segmento — afinal, esse nicho da indústria tem mais de 800 empresas. E não que aquisições sejam carta única na manga do grupo em seus planos de expansão no mercado local.

"Estamos atentos a novas [oportunidades de] aquisições", diz o presidente da ICL na América do Sul, Alfredo Kober. "Mas também vamos lançar novos produtos e queremos explorar melhor o portfólio que já temos". Nas considerações sobre eventuais novas compras, afirma, o segmento de bioinsumos terá "atenção especial".

As chamadas especialidades

são insumos que as indústrias desenvolvem para atender a necessidades específicas das plantas — a falta de um nutriente na etapa de germinação ou em um momento de escassez hídrica, por exemplo. Isso exige pesquisas dedicadas para o desenvolvimento de produtos para realidades distintas do agro brasileiro.

No país, a ICL trabalha em quatro centros experimentais, localizados em Cruz Alta (RS) e nas cidades paulistas de Iracemópolis, Conchal e Suzano. No momento, a empresa tem 27 projetos de desenvolvimento de novos produtos, em diferentes etapas.

Dos cinco que estão em estágio

final, Kober anunciou três ontem, em seu primeiro encontro com um grupo de jornalistas desde que assumiu o cargo atual, há pouco mais de um ano. Para o lançamento do Sulfurball, um fertilizante à base de enxofre e aditivos, a companhia investiu R\$ 50 milhões. O desembolso incluiu ajustes na fábrica que produzia a versão anterior do nutriente, o Sulfurgran.

A empresa tem unidade de produção no Brasil — a maioria delas concentra-se no interior de São Paulo, mas também há fábricas em Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. "E estamos pensando em ir para o interior", disse Kober, dando a enten-

der que a expansão ocorreria em área de Cerrado de Minas Gerais.

Para "explorar melhor o portfólio que já tem", como disse o executivo, uma das iniciativas é aproximar os profissionais de campo dos produtores e, se necessário, ampliar essa equipe, que hoje conta com 600 profissionais. Esse número corresponde a um terço da força de trabalho da empresa no Brasil.

Listada nas bolsa de valores de Tel Aviv e Nova York, a ICL não divulga resultados financeiros separados de cada unidade. Em 2024, a companhia faturou US\$ 6,8 bilhões no mundo. Em anos anteriores, o Brasil respondeu por fatias entre 12% e 20%.



Alfredo Kober, da ICL: novas frentes

Aço não é tudo igual. Aço que age hoje para um futuro mais sustentável é ArcelorMittal.

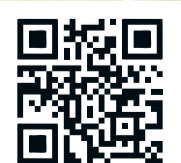
Com um investimento de 5,8 bilhões de reais, a ArcelorMittal está implementando três projetos de energia renovável no Brasil que, somados a outras iniciativas, vão garantir 100% de energia limpa para nossas operações até 2030.

5 de junho. Dia do Meio Ambiente.


ArcelorMittal

ArcelorMittal.
Aços inteligentes para as pessoas e o planeta.

Para saber mais, acesse



Por
GOBORU AL

Sanidade Brasil pede a importadores que veto às compras valha apenas para raio de 10 quilômetros de granja do caso original de gripe aviária no país

Indústria se move para reabrir mercados para aves brasileiras

Rafael Walendorff
De Brasília

Dois semanas depois da contenção total do vírus da gripe aviária de alta patogenicidade em Montenegro (RS) e decorrido mais da metade do prazo de 28 dias para que o Brasil possa se declarar livre da doença, os frigoríficos brasileiros produtores de carnes de aves intensificaram as conversas com importadores para tentar flexibilizar as restrições comerciais impostas ao produto em função dos protocolos sanitários acordados.

Nesta quinta-feira (5/6), o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, vai se reunir em Bruxelas, na Bélgica, com importadores e representantes de empresas processadoras da carne de aves do Brasil na Europa. Será a primeira agenda presencial em que a pauta principal é a reabertura dos mercados.

“Já que estamos livres de novo da gripe aviária em aves comerciais, agora o trabalho é conquistar a volta do mercado o quanto antes possível”, afirmou o executivo ao Valor. “O Brasil tem pedido para reduzir a restrição para o raio de 10 quilômetros, que é o que a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) preconiza, especialmente agora, que já se passaram mais de 10 dias do controle do foco. O Brasil tem razão de ir mostrar e dizer que não tem porque fechar nem o Rio Grande do Sul”, completou. A União Europeia foi o sétimo

principal destino da carne de frango brasileira em 2024 e importou 231,8 mil toneladas da proteína.

O foco foi confirmado em 15 de maio. No dia 21, o Brasil informou a OMSA sobre a contenção da doença, quando começou a contar o prazo de 28 dias até que o país possa se autodeclarar livre da influenza aviária novamente se nenhum novo caso for detectado.

“Estamos mostrando que a biossegurança funcionou”
Ricardo Santin

A reunião na capital da Bélgica e sede da Comissão Europeia será com o chefe da missão brasileira no bloco europeu, embaixador Pedro Miguel, e empresas importadoras. Nesta semana, Jordânia e Kuwait anunciaram a flexibilização dos embargos e passaram a restringir as compras apenas de frigoríficos do Rio Grande do Sul. Segundo Santin, importadores já sinalizaram que movimento parecido pode ocorrer em breve com Bolívia, Líbia, Namíbia e Peru.

“Estamos mostrando que a biossegurança funcionou. O movimento começa a se inverter e é muito positivo. Parou de ter novos países fechando seus mercados e

começou a ter reaberturas”, afirmou o dirigente. Ele destacou ainda a importância da manutenção do comércio, sem qualquer tipo de restrição, para mais de 120 países. O executivo ponderou ainda que mercados de grande relevância, como Japão, Reino Unido, Hong Kong, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Singapura, Vietnã e Egito, aplicaram os critérios de regionalização.

Segundo ele, a decisão desses importadores é parte do processo de revisão dos protocolos para limitar os embargos às regiões afetadas, e que deve ganhar força a partir da resposta rápida que o governo brasileiro e o setor privado deram ao único caso de gripe aviária em plantel comercial até agora. Nesta semana, foram descartadas suspeitas em granjas de Anta Gorda (RS) e Bom Despacho (MG). Uma nova investigação foi aberta em Teutônia (RS).

Uma carta na manga do governo e dos frigoríficos brasileiros na negociação com os importadores é o impacto que o fechamento total das exportações de carne do Brasil gera no preço aos consumidores finais nos países compradores. Na África do Sul, por exemplo, alguns itens já estão três vezes mais caros em comparação com o período anterior ao embargo, disse Santin.

“A nossa esperança é que, passada essa tormenta, possamos ir de novo nesses países com esse argumento para tratar dos protocolos. Precisamos prever que



Ricardo Santin, da ABPA: trabalho de autoridades brasileiras foi ‘irretocável’

esse tipo de episódio pode acontecer de novo, mas sem causar ruptura no comércio”, apontou.

A ABPA já tinha agendas previstas nas Filipinas e Japão em agosto e avalia se haverá necessidade de antecipar alguma viagem. As conversas continuam diariamente por telefone com os principais compradores. Não há nenhuma indicação sobre a China, disse Santin. “O diálogo é fluido entre as autoridades. Estamos com os dois adidos agrícolas lá, todo material já foi entregue. Agora, temos que aguardar e respeitar a autonomia da China”, disse.

Santin reforçou que o trabalho do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irriga-

ção do Rio Grande do Sul (Seapi) na contenção do foco foi “irretocável”. Segundo ele, as informações enviadas foram elogiadas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) pela “clareza, precisão, rapidez e transparência dos procedimentos realizados”.

A ABPA ainda não compilou os dados de maio das exportações, mas as prévias indicam que o fluxo comercial pode ter se mantido em relação a abril, mesmo com os embargos aplicados após o dia 15, quando o foco foi confirmado. Na comparação entre as duas primeiras semanas do mês e os dias seguintes à descoberta do caso em Montenegro, houve queda de apenas 1,74% na média diária de embarques, segundo Santin.

Ministério quer recurso contra crise sanitária

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O Ministério da Agricultura encaminhou ontem à Casa Civil uma proposta de liberação de R\$ 135 milhões em recursos para combater quatro emergências sanitárias que estão em curso, dentre elas a da gripe aviária, disse o ministro da Agricultura,

Carlos Fávaro, em coletiva de imprensa em Brasília.

De acordo com o ministro, os recursos tornaram-se necessários após a confirmação de contingenciamento de 53% do orçamento de sua Pasta. Além disso, dois projetos de lei que têm como objetivo abrir caminho para melhorias no sistema sanitário do país estão em etapa de formu-

lação. Segundo Fávaro, eles devem entrar em votação no Congresso Nacional em breve.

Um projeto de lei trata da criação de um fundo nacional para que estejam disponíveis recursos que o governo possa utilizar em momentos de crise sanitária. “Isso dá muita tranquilidade e está sendo bem estruturado”, pontuou Fávaro. Ele disse que o texto está em

revisão na Casa Civil para evitar o chamado “vício de iniciativa”, que ocorre quando um projeto de lei é proposto por alguém sem competência ou conhecimento técnico necessário para fazê-lo.

O outro projeto busca a permissão de pagamentos de horas extras aos fiscais sanitários da Agricultura em momentos de abates excepcionais. Atualmente,

o poder público não faz remunerações extraordinárias, e a compensação ocorre com folgas.

Segundo Fávaro, a solução para essa necessidade é a iniciativa privada depositar o valor das horas extras dos fiscais em um fundo a ser gerido pela categoria. O governo federal teria acesso aos recursos para, então, repassar os pagamentos aos fiscais.

Foco em Montenegro está contido, diz Fávaro

Cleyton Vilarino
De São Paulo

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse ontem que o foco de gripe aviária registrado há duas semanas em Montenegro (RS) está “tecnicamente contido”. Segundo ele, é uma questão de tempo para o país retomar o status de zona livre da doença.

“Há um indício muito forte de que conseguimos conter o foco com eficiência. Esse vírus é tão letal que em questão de quatro a cinco dias não teria restado nenhum animal vivo”, declarou.

No momento, o Brasil tem oito casos de gripe aviária em investigação. Ontem, o Ministério da Agricultura confirmou o primeiro foco da doença em Brasília.

O caso foi com uma ave silvestre, um marrecó irerê, do zoológico da capital federal.

Para o ministro, a vigilância agropecuária conseguiu conter a circulação do vírus identificado na granja de Montenegro. “Estamos há 14 dias da infecção (...), agora é uma questão de completar o protocolo de 28 dias [para retomar o status sanitário]”, explicou.

Fávaro disse que as autoridades sanitárias do Rio Grande do Sul e do governo federal iniciaram investigações de um caso suspeito de gripe aviária em uma granja comercial no município de Teutônia (RS), a 60 quilômetros de Montenegro.

O ministro ressaltou, porém, que não houve alto índice de mortalidade de aves no local, o

que o “tranquiliza”, já que a gripe aviária de alta patogenicidade (H5N1) é altamente mortal para os animais. Desde que o primeiro caso de gripe aviária da cepa H5N1 foi confirmado em Montenegro, 21 países suspenderam as importações de produtos avícolas brasileiros. Questionado sobre o assunto, Fávaro disse que o efeito “não é tão relevante assim”.

Cresce o escoamento de safra por rodovia

Logística

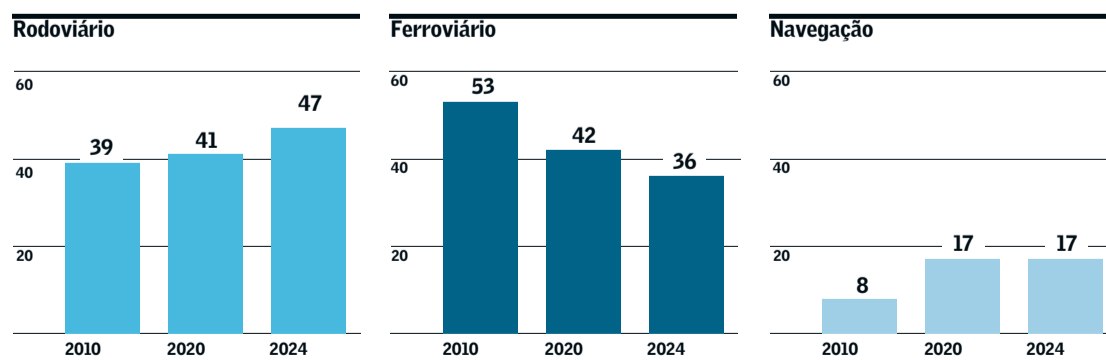
Camila Souza Ramos
De São Paulo

Ainda que tenham surgido no país projetos de expansão da malha ferroviária e que as hidrovias se mostrem competitivas, o escoamento da safra de grãos para exportação continua a crescer mais por rodovias. Em 14 anos, a participação do modal no escoamento de grãos passou de 39% para 47%. E, embora o volume de grãos nas ferrovias e hidrovias tenha crescido no período, a participação desses modais não acompanhou o ritmo.

Os dados estão no Anuário Agrologístico da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), que a autarquia vai divulgar hoje.

Modais de escoamento

Evolução da fatia de cada modal na exportação de grãos, em %



Fonte: Conab

grãos também cresceu, mas em ritmo menor. Em 2010, passaram pelos trilhos 22,3 milhões de toneladas de grãos. O volume subiu para 46,7 milhões de toneladas em 2020 e para 53 milhões de toneladas em 2024. O aumento nesses 14 anos foi de 2,4 vezes.

O escoamento por hidrovias cresceu de maneira mais acelerada. Foram 3,4 milhões de toneladas de grãos viajando sobre as

águas fluviais em 2010, em 2020, 18,6 milhões de toneladas, e, no ano passado, 24,6 milhões de toneladas. Nesse intervalo, o crescimento foi de mais de sete vezes.

“No Arco Norte, o transporte por hidrovias para os portos de Itaqui (AM) e Santarém (PA) saltou de 3,4 milhões de toneladas, em 2010, para 24,6 milhões de toneladas no ano passado, um aumento de 723%. Por ferrovia,

também vimos crescimento, no porto de Itaqui (MA), indo de 22,3 milhões de toneladas, em 2010, para 53 milhões de toneladas em 2024, ou 237,6%”, disse Edgar Pretto, presidente da Conab.

Para ele, os números refletem a Lei dos Portos, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 2013, “que melhorou e desburocratizou os investimentos e parcerias com a iniciativa privada”.

Estratégia
Em movimento de expansão, ICL, de insumos especiais, avalia aquisições e lança produtos
B9

Pix Automático
Gomes, do BC, diz que opção terá sucesso com ação de consumidor, empresas e setor financeiro **C8**



Mercados
Rendimentos de Treasuries caem após decepção com dados dos EUA **C2**

Balanço
Caixa tem lucro recorrente de R\$ 4,9 bi no primeiro trimestre **C4**

Estratégia
Santander escolhe outro executivo para vaga que seria de Broedel **C5**

Valor C
Quinta-feira, 5 de junho de 2025

Finanças

Inclui **Legislação & Tributos**

Política monetária Mercado ajusta aposta em opções digitais do Copom após falas do BC

Probabilidade de alta de juro já se aproxima de chance de manutenção

Gabriel Roca, Victor Rezende e Gabriel Caldeira
De São Paulo

A extensão do ciclo de aperto monetário, que chegou a ser um tema dado como encerrado por boa parte dos economistas após a ata do último Copom, voltou à tona nesta semana. A preços de mercado, a probabilidade de uma alta de 0,25 ponto na Selic na reunião de junho já se aproxima da chance de a autoridade monetária manter os juros.

Surpresas nos dados do mercado de trabalho brasileiro e o enfraquecimento da hipótese de rápida desaceleração da economia global desde o último encontro do colegiado se juntaram à comunicação mais cautelosa do presidente do BC, Gabriel Galípolo, em um cenário que também contemplou a avaliação por parte de agentes financeiros de um tom mais "hawkish" (duro) de membros da diretoria em reuniões privadas com o mercado.

De acordo com o mercado de opções digitais de Copom, a probabilidade de manutenção da Selic em 14,75% alcançou o patamar de 83% no fechamento da sessão de 27 de maio, dia em que houve a divulgação do IPCA-15, ante os 14% de chance de alta de 0,25 ponto percentual — patamar que o mercado considera praticamente como prêmio residual nas apostas para o desfecho da reunião.

Os dias seguintes, no entanto, foram de reversão expressiva nas apostas pelo fim do ciclo de aperto monetário. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desem-

pregados (Caged) e da Pnad mostraram um mercado de trabalho ainda bastante aquecido, colocando em dúvida o cenário de desaceleração traçado na ata da última reunião do Copom.

Também vale destacar uma série de reuniões privadas recentes entre diretores do Banco Central e agentes de mercado. Ainda que a leitura sobre as mensagens emitidas pelas autoridades tenha sido mista, prevaleceu a interpretação de que pareceu haver pouca disposição — sobretudo do diretor de política econômica, Diogo Guillen — de "fechar a porta" para uma alta de 0,25 ponto na reunião de junho.

A sensação acabou reforçada na segunda-feira, quando o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, participou de um evento no Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP). Ao ser perguntado sobre como evitar que o mercado se antecipe e passe rapidamente a precificar cortes de juros após o fim do ciclo de aperto, o dirigente se mostrou mais aberto à possibilidade de uma nova alta de juros em junho.

"Estamos em um estágio anterior [ao fim do ciclo]. Estamos ainda discutindo o ciclo de alta e o que nós vamos tomar como

14,835%
foi a taxa do DI
para janeiro de 2026
no fim da sessão



decisão [na reunião de junho]. Flexibilidade significa que nós estamos abertos e vamos chegar na próxima reunião para tomar essa decisão sobre o que fazer", afirmou Galípolo.

As declarações foram refletidas prontamente pelo mercado. No fechamento de ontem, a probabilidade de uma alta de 0,25 ponto na reunião de junho alcançou os 45%, em seu maior patamar desde a última decisão do BC. As taxas curtas também voltaram a subir. A taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 14,81% para 14,835% e a do DI para janeiro de 2027 avançou de 14,185% para 14,21%.

Ao menos até este momento, o economista-chefe da Occam, Paulo Val, acredita que, embora haja uma probabilidade maior de um cenário que contemple um aumento de 0,25 ponto nos juros em junho, ele ainda não é majoritário. "Para nós, a manutenção da Selic em 14,75% continua sendo mais provável, até pela prescrição que o próprio Galípolo usa em seu discurso ao falar sobre a estabilidade dos juros por um período longo, que seria o resultado mais provável", argumenta.

A Occam, nesse sentido, acredita que a autoridade monetária deve seguir com o juro parado ao menos até o segundo trimestre de 2026. "Não conseguiria ver cortes antes disso sem uma perda maior de credibilidade", enfatiza o economista.

Para o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, "as declarações de diretores do Copom, em especial

"Não conseguiria ver cortes antes do 2º tri de 2026 sem uma perda maior de credibilidade [para o BC]"
Paulo Val

do Galípolo, vão no sentido de evitar que o mercado precifique cortes de juros", apontou durante live mensal da gestora.

"À luz dos dados do PIB, produção industrial, varejo, serviços e de um mercado de trabalho super forte, muito provavelmente o ciclo não acabou", avalia o economista, que espera uma última alta de 0,25 ponto da Selic neste mês, além de um período prolongado de manutenção da taxa básica em 15%.

Diante de seu cenário-base de IPCA acima do teto da meta tanto em 2025 quanto em 2026, Genta avalia como "muito difícil" discutir a flexibilização monetária tão cedo. "Se o BC cortar ano que vem, provavelmente será contra o que os fundamentos estão apontando", diz.

O estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, carrega o cenário de uma alta adicional de 0,25 ponto na Selic desde a última reunião. "Minha projeção continua a ideia de que esse intervalo entre as reuniões ainda exigiria um BC ativo em termos de ação, e não só na comunicação", aponta.

Cunha esperava que o Copom ainda não fosse ganhar nenhum tipo de conforto ao pensar no hiato do produto e, ainda que o IPCA-15 tenha sido melhor que o esperado, a inflação corrente ainda está bastante distante de patamares confortáveis para a autoridade.

"Na minha cabeça o correto

seria dar mais 0,25 ponto e não decretar o fim do ciclo, ao dizer que, neste momento, optou por subir os juros, deixando uma porta aberta para a próxima reunião. Seria uma abordagem ortodoxa e evitaria a precificação antecipada de cortes do mercado, mas não acredito que o Copom fará isso neste momento", afirma o estrategista.

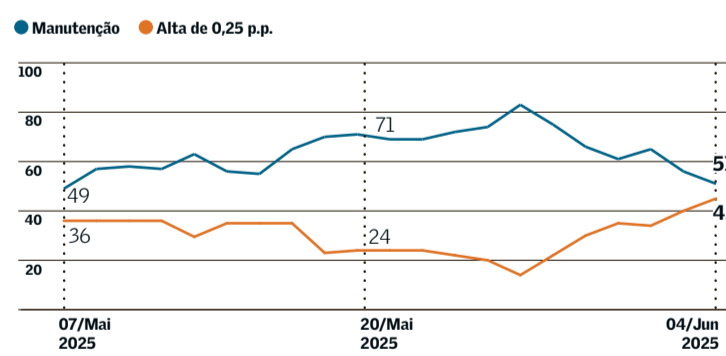
Na visão do interlocutor de uma importante instituição financeira, é importante para a estratégia do BC preservar a possibilidade de alta de 0,25 ponto para evitar que o mercado precifique ainda mais cortes de juros após o fim do ciclo. A preocupação do colegiado com a precipitação da discussão sobre os cortes é reforçada pelas recentes falas dos diretores de que, do ponto de vista da política monetária, a manutenção ou um ajuste de 0,25 ponto é irrelevante, mas o mais importante é por quanto tempo a taxa permanecerá elevada.

Além disso, esta fonte lembra que houve reiteradas falas no sentido de que a taxa de juros já está em nível bastante contracionista. Isso seria outro sinal de que o Copom tem baixa disposição de continuar elevando a Selic nestes níveis.

A estratégia, portanto, seria manter o juro no nível atual, utilizar uma comunicação dura e, eventualmente, fazer a revisão do hiato do produto, aproximando a estimativa do BC à do mercado. Isso teria um reflexo de alta nas projeções do Copom e reforçaria a mensagem de que os cortes de juros ainda estariam distantes.

Apostas para o Copom de junho

Probabilidades no mercado de opções digitais (em %)



Fonte: B3 e Valor PRO

Tesouro Nacional e Gerdau fazem captações externas

Rita Azevedo, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De São Paulo e Brasília

O Tesouro Nacional captou ontem US\$ 2,75 bilhões por meio da emissão de bônus, em sua segunda incursão no mercado externo de dívida neste ano. A siderúrgica Gerdau também aproveitou as condições favoráveis e levantou US\$ 650 milhões.

Com as duas operações, o montante captado por emissores brasileiros em 2025 soma US\$ 15,6 bilhões até agora. O volume se aproxima dos US\$ 16,1 bilhões obtidos em todo o ano de 2023. No ano passado, foram US\$ 21 bilhões.

A captação do Tesouro se dividiu em dois vencimentos. O Brasil levantou US\$ 1,5 bilhão

em títulos de cinco anos. O restante veio da reabertura de uma emissão de papéis de dez anos. O dinheiro será usado para o pagamento de outras dívidas.

A demanda pelos bônus soberanos alcançou cerca de US\$ 10 bilhões, segundo fontes que acompanharam a operação. Com isso, os papéis saíram com taxas inferiores ao originalmente previsto. O "yield" dos títulos de cinco anos ficou em 5,68% — abaixo dos 6,125% da estimativa inicial. No caso dos "bonds" de 10 anos, a taxa ficou em 6,73%, frente a 7,125% indicados antes.

Em fevereiro, o Brasil captou US\$ 2,5 bilhões em títulos com prazo de dez anos. Na ocasião, a taxa saiu a 6,75%.

De acordo com o Tesouro, a

nova emissão reflete a "percepção favorável do mercado internacional quanto à credibilidade do país" e a "confiança dos investidores na robustez e atratividade da dívida soberana".

Fontes do governo destacam que a captação teve a maior de-

Com as duas operações, o montante captado por emissores brasileiros até agora em 2025 soma US\$ 15,6 bi

manda desde 2019 e que o spread ficou próximo do que é pago por países comparáveis com grau de investimento, como México e Colômbia. Na semana passada, a agência de classificação de risco Moody's manteve a nota de crédito do Brasil em Ba1, mas alterou a perspectiva do rating de positiva para estável, citando a questão fiscal.

No título de 10 anos, o spread ficou em 2,375 pontos percentuais em relação à taxa dos Treasuries, títulos do Tesouro americano, de prazo correspondente. Na emissão de fevereiro, havia ficado em 2,2 pontos.

A remuneração paga aos investidores dos bonds costuma ser calculada considerando a taxa dos Treasuries como base mais um

spread, que depende de uma série de fatores, como o risco do emissor, as taxas com que seus papéis são negociados no mercado secundário e o volume da captação.

A emissão de cinco anos foi a primeira com esse prazo desde dezembro de 2020 e, segundo o Tesouro, contribuiu para a "redução do custo de financiamento e fortalece um ponto estratégico da curva, frequentemente utilizado como referência por emissores corporativos".

A Gerdau também precificou ontem uma captação de US\$ 650 milhões em bônus com vencimento em 10 anos. De acordo com fontes próximas à oferta, os papéis saíram com taxa de 1,4% acima dos Treasuries de mesmo prazo, acima da estimativa inicial de spread de 1,7%. Parte dos recursos le-

vantados pela siderúrgica será usada para financiar uma oferta pública de aquisição de outros bonds que vencem em 2027.

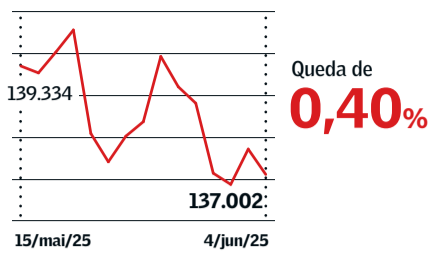
A Caixa havia sido a última companhia brasileira a emitir dívida no exterior, cerca de um mês atrás. A operação movimentou US\$ 700 milhões. O título, que vence em cinco anos, saiu com taxa de 5,875% e cupom de 5,625%. O banco estatal planejava emitir os papéis em abril, mas o anúncio das tarifas dos Estados Unidos, no início daquele mês, fez com que os planos fossem para adiante.

Logo depois do "Dia da Libertação" de Trump, tanto do lado dos Treasuries quanto nos spreads no secundário, houve o que o mercado chama de "abertura" das taxas, o que encareceu as operações.

Finanças

Ibovespa

Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

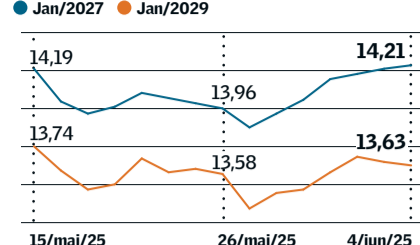
Bolsas internacionais

Variações no dia 4/jun/25 - em %

Dow Jones	-0,22
S&P 500	0,01
Euronext 100	0,30
DAX	0,77
CAC-40	0,53
Nikkei-225	0,80
SSE Composite	0,42

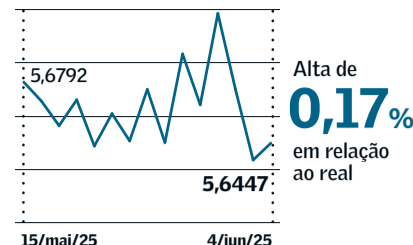
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



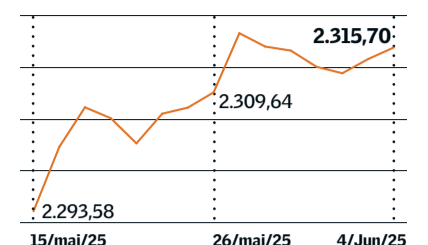
Dólar comercial

Cotação de venda - em R\$/US\$



Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercados Dólar enfrentou nova rodada de desvalorização no exterior ante moedas de mercados desenvolvidos após ADP e ISM

Dados dos EUA decepcionam e derrubam taxas dos Treasuries

Luana Reis, Artur Scaff e
Cristiana Euclides
De São Paulo

Embora o temor de uma recessão nos Estados Unidos causada pela investida tarifária do presidente Donald Trump tenha diminuído, dados da economia americana referentes a maio frustraram as expectativas de agentes e elevaram, novamente, as tensões nos mercados sobre possíveis efeitos que a guerra comercial pode gerar na atividade econômica. Na prática, parte dos prêmios foi retirada no mercado de juros, que passou a exibir taxas mais baixas, especialmente no longo prazo.

Dois indicadores surpreenderam negativamente na sessão de ontem. Em um primeiro momento, a criação de somente 37 mil empregos no setor privado americano em maio, segundo dados da ADP, frustrou as estimativas, que apontavam geração de 110 mil vagas. O desapontamento se intensificou após o ISM mostrar que o índice de atividade do setor de serviços contrariou as expectativas de alta e caiu a 49,9 pontos, entrando em território de contração.

Nos Treasuries, o movimento foi instantâneo e a redução dos prêmios de risco se aprofundou ao longo da sessão. Após o estresse visto no mês de maio, que levou as taxas de longo prazo a níveis historicamente elevados, o mercado viu oportunidade de

alongar posições aplicadas após os indicadores mais fracos. Isso levou a taxa da T-note de dez anos a cair de 4,470% para 4,359%, e o retorno do T-bond de 30 anos recuou de 4,989% para 4,881%.

Não houve alívio, porém, no mercado de câmbio, e o dólar voltou a cair com força ante outras moedas principais. Se, antes de Trump assumir a Casa Branca, o mercado apostava na valorização da divisa americana, agora a expectativa continua a ser de um dólar mais fraco, na medida em que há um crescimento econômico menor nos EUA, além dos questionamentos à tese do "excepcionalismo" americano e do status da moeda como porto seguro.

O índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, operava em queda de 0,41%, aos 98,819 pontos, no início da noite de ontem. O dólar tem recuado de forma significativa desde o começo do ano e parte do mercado continua a ver espaço para uma desvalorização adicional.

É o caso do estrategista Patrick Locke, do J.P. Morgan, que mante-

ve a estratégia de posições vendidas (aposta na queda das taxas) em dólar contra o iene, o euro e o dólar australiano. "A moderação cíclica da economia dos EUA, que sustenta nossa posição estratégica de venda de dólares, teve continuidade com os dados divulgados hoje [ontem]", observa.

"Junto com o ADP, que ficou muito fora do consenso, não é surpreendente ver o dólar caindo no dia, juntamente com as taxas dos Treasuries após os dados do ISM", afirma o estrategista. Locke observa que uma queda significativa nos novos pedidos pesou no sentimento dos agentes do mercado, ainda que os dados de emprego no setor de serviços não tenham sido tão ruins. As atenções se voltam, agora, para o relatório de empregos ("payroll") referente a maio, que será divulgado amanhã.

Na visão dos estrategistas de renda fixa Ian Lyngen e Vail Hartman, do BMO Capital Markets, os números representaram "uma grande surpresa negativa", além de terem lançado dúvida sobre as expectativas para o payroll, ainda que a correlação mensal entre os dados da ADP e o relatório oficial de empregos dos EUA seja fraca.

Isso levou o Bank of America a, ainda durante a tarde, reafirmar a expectativa acima do consenso de que haverá uma geração de 150 mil empregos a ser mostrada no payroll e que, mesmo se houver uma frustração com a geração de vagas, o Federal Reserve (Fed) não

deve se incomodar e, assim, continuará a manter as taxas de juros paradas entre 4,25% e 4,50%.

No caso do Goldman Sachs, os economistas revisaram para baixo a projeção para o payroll. Agora, o banco americano espera a criação de 110 mil vagas no mês de maio, ante 125 mil anteriormente. "Acreditamos que os dados desta manhã [de ontem] sinalizam risco de queda para o relatório de emprego de sexta-feira", afirmam os profissionais.

Além disso, após os dados de ontem, a precificação de cortes de juros pelo Fed foi levemente ajustada para cima pelo mercado neste ano. De acordo com dados do CME Group, que compila os futuros dos Fed funds, há 31,4% de chance de três cortes de 0,25 ponto percentual nos juros americanos neste ano, ante 24,4% ontem. Apesar disso, a visão predominante no mercado segue sendo a de duas reduções até dezembro, com 38,5% de probabilidade.

Em Wall Street, as principais bolsas de Nova York fecharam em direções opostas, devolvendo os ganhos vistos na abertura. O índice Dow Jones encerrou em queda de 0,22%, aos 42.427,74 pontos, o S&P 500 ficou estável (+0,01%), aos 5.970,81 pontos, e o Nasdaq avançou 0,32%, aos 19.460,489 pontos.

O setor de serviços de comunicação (+1,37%) teve a maior alta do S&P 500, enquanto energia (-1,89%) e serviços públicos (-1,70%) lideraram as perdas.



Morales: governo parece estar "escutando o mercado" ao rever iniciativas

Ativos locais têm dia de ajuste após otimismo da véspera

Arthur Cagliari, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Um movimento de reversão do otimismo visto um dia antes marcou o pregão de ontem, com agentes financeiros revisando e ajustando as expectativas em torno do que pode ser apresentado como alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O dólar à vista fechou em leve alta de 0,17%, cotado a R\$ 5,6447, enquanto o Ibovespa cedeu 0,40%, aos 137.002 pontos, perto da mínima de 136.695 pontos, em um dia em que perdas expressivas para ações da Petrobras e de bancos pesaram contra o índice.

Já os juros futuros adotaram movimento misto: as taxas de longo prazo recuaram em linha com o comportamento dos Treasuries (títulos do Tesouro americano), enquanto as de curto prazo seguiram pressionadas pela possibilidade de o Banco Central estender o ciclo de aperto monetário na reunião deste mês.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 registrou alta de 14,81%, do ajuste anterior, para 14,83%; a do DI de janeiro de 2027 subiu de 14,185% a 14,21%; a do DI de janeiro de 2029 teve queda de 13,65% para 13,60%; e a do DI de janeiro de 2031 recuou de 13,78% a 13,72%.

Na leitura do economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni, o que houve ontem foi uma correção da dinâmica vista na véspera. "Até o movimento de valorização do real de ontem [terça] não tinha um respaldo muito sólido", avalia.

O economista lembra que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, citou medidas como o corte do excedente do funcionalismo público em sua fala, o que Velloni considera "difícil de acontecer" diante de um cenário de baixa popularidade do governo, ainda mais depois da pesquisa divulgada ontem. Levanta-

mento feito pela Genial/Quaest mostrou que a desaprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a 57% em maio, maior índice desde o começo do atual mandato.

"Ainda está muito em aberto se o governo vai conseguir efetivamente manter o arcabouço de pé sem fazer nenhum tipo de corte de gastos", avalia o profissional da Frente Corretora.

O sócio e gestor da SVN Gestão, Leonardo Moraes, também vê o momento atual com cautela. O executivo afirma que só o fato de a Fazenda ter aumentado o IOF e recuado parcialmente no mesmo dia já deixa uma mancha no histórico e alimenta a desconfiança dos investidores. No entanto, o gestor aponta que o governo parece estar "escutando o próprio mercado" ao desfazer iniciativas classificadas por ele como "absurdas".

"Acho que o mercado está um pouco mais apreensivo, mas dado que eles [governo] não quiseram anunciar nada, porque justamente querem convocar pessoas que conheçam do assunto, para não ter o tipo de reação que aconteceu com o anúncio do IOF, parece ser positivo", avalia Moraes.

Em meio a uma série de notícias em torno de possíveis alternativas ao aumento do IOF, participantes do mercado citaram que ações de bancos podem ter sofrido na sessão em virtude de especulações de agentes financeiros. O destaque de queda ficou para os papéis ordinários do Banco do Brasil, que recuaram 2,74%.

O motivo, segundo operadores, é que analistas de bancos têm discutido e especulado que o governo poderia tentar aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras para "tapar o buraco do IOF".

Em declaração feita a jornalistas na última terça-feira, no entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou que a equipe econômica fará mudanças na CSLL por causa da regra da noventena.

Propostas ventiladas pelo governo com foco em oferecer alternativas ao IOF e aumentar a arrecadação por meio de recursos do setor de óleo e gás também tiveram efeito sobre as ações da Petrobras, segundo analistas. O movimento foi reforçado pelo recuo nos preços de petróleo durante a sessão. As ações preferenciais da petroleira caíram 2,75%, ao passo que as ordinárias cederam 2,91%.

Nos últimos dias, cresceram as discussões em torno de mudanças na metodologia de cálculo do preço de referência do petróleo (PRP).

Adicional contracíclico pode subir em futuro próximo, sinaliza BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central (BC) pode elevar o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP) em um "futuro próximo", de acordo com a ata da última reunião do colegiado, publicada ontem. O ACCP é um valor de capital a ser reservado pelos bancos na fase de expansão do ciclo de crédito e está hoje em zero.

"O Comitê vem estudando a sistemática que estabelece um valor positivo para o ACCP aplicável a períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros. O objetivo é assegurar a existência de uma parcela de capital liberável, que amplie o espaço de atuação da política macroprudencial", diz a ata, destacando que o comitê considera que o "entendimento dessa sistemática alcançou um grau de maturidade que permite a deliberação sobre sua adoção no futuro próximo".

A função do ACCP é estabelecer que os bancos tenham um valor reservado para ser utilizado em momentos mais pessimistas, de retração do crédito, e possam suavizar essa fase do ciclo. O adicional esteve em zero desde que o BC estabeleceu os atuais procedimentos de definição e comunicação das decisões sobre o tema, em 2017. Informações do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) apontam ainda que o ACCP nunca foi alterado desde que a metodologia de apuração foi publicada pelo BC, em outubro de 2015.

Economista da LCA 4Inteligence e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Bráulio Borges explica que a discussão colocada é sobre o nível neutro do ACCP, se seria zero ou um valor positivo — neste caso, o instrumento se tornaria mais "simétrico".

O economista apontou que em um ciclo de crescimento excessivo do crédito em uma economia superaquecida, como o atual, o Comef pode elevar o ACCP. Em um cenário oposto, não há como colocar o adicional no campo negativo.

Borges destacou que, se o BC chegar à conclusão de que o nível neutro no Brasil é maior do que zero, a elevação do ACCP geraria impacto negativo no mercado de crédito e ajudaria a política monetária. Depois dessa implementação, iniciaria uma nova flutuação a partir do novo patamar neutro. O economista diz que as balizas para calibrar as políticas macroprudencial e monetária são diferentes, mas há uma sobreposição na prática.

"Quando você tem um colchão de capital anticíclico funcionando como deveria, de forma anticíclica, como estabilizador automático dos ciclos de crédito e, portanto, do ciclo de PIB, isso faz com que o trabalho do Banco Central fique mais fácil", disse.

Caso o Comef decida elevar o ACCP, as instituições financeiras têm 12 meses para se adequar. Em caso de redução, o capital liberado pode ser utilizado imediatamente.

Segundo a ata, a eventual liberação de parcela do capital ajudaria

as instituições a absorver perdas que poderiam vir de uma "reversão aguda" do ciclo de crédito, de "valorização excessiva" de preços de ativos ou de "eventos inesperados", mitigando assim impactos adversos na oferta de crédito.

"Tal sistemática vem sendo adotada por diversas jurisdições, com implementação gradual e anúncios antecedentes. Nas últimas reuniões, o Comef tem avaliado a experiência internacional na definição de um buffer positivo neutro e a consideração positiva para a estabilidade financeira", segundo a ata.

O "buffer positivo neutro" foi usado em países como Reino Unido e Austrália nos últimos anos, de acordo com relatório de 2022 do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária do BIS. Essa abordagem envolve ter um percentual positivo do adicional em um cenário em que os riscos não estão elevados.

Matheus Pizzani, economista da CM Capital, apontou que o sistema financeiro e o mercado de crédito

"Não se deve esperar um encarecimento brusco e repentino do crédito em função apenas dessa mudança"
Matheus Pizzani

passaram por mudanças "significativas" nos últimos anos, como mudança na meta de inflação e expansão de mercados como o de crédito privado. Ele considera "factível" a necessidade de ajustes no ACCP levando em conta a necessidade de preservação da liquidez e resistência do sistema financeiro.

"Não se deve esperar um encarecimento brusco e repentino do crédito em função apenas dessa mudança, função que poderia ser cumprida de maneira mais eficiente por outros instrumentos, como depósitos compulsórios. Todavia, vale destacar que este mecanismo pode fornecer mais tranquilidade para a autoridade monetária dar sequência à política de juros em um ambiente de menor preocupação com possíveis quebras de instituições financeiras locais", disse Pizzani.

O uso de medidas macroprudenciais envolvendo buffers enfrenta "forte estigma", como o BC apontou no último Relatório de Estabilidade Financeira (REF).

A discussão envolve uma questão reputacional por conta das medidas tomadas no início da década passada pelo BC, lembrou Borges, da FGV. No entanto, destacou, naquela época as ações foram adotadas discricionariamente e com o "objetivo explícito" de substituir a política monetária tradicional, e não de complementar, "que é o que se discute hoje". Além disso, Borges destacou que há atualmente uma experiência internacional do uso da ferramenta.

"Está em aberto se o governo vai conseguir manter o arcabouço de pé sem fazer nenhum corte de gastos"
Fabrizio Velloni

Criado no mundo da internet. Para todo mundo.

Se tivéssemos a chance de recriar
o nosso sistema financeiro...
O que ele nos ofereceria?
Quem ele beneficiaria?
Como ele se desenvolveria?

A Circle já está imaginando, junto
com seus parceiros, um sistema novo.

Em que o dinheiro é conectado e
se move na velocidade da internet.

Que opera baseado em código,
não limitado pelo horário comercial.

Com alcance global, acessível
24 horas, totalmente integrado.

Permitindo inclusão para todos,
sem restrições.

Estamos construindo um sistema
financeiro digital e universal, que
se move na velocidade da internet.

Se temos essa oportunidade,
por que não construir algo diferente,
de todos e para todos?



CIRCLE

**CRCL
LISTED
NYSE**

Riscos climáticos Companhias estudam como ampliar acesso a produto que ofereça proteção contra eventos naturais, como as enchentes do Rio Grande do Sul em 2024

Seguradoras debatem cobertura popular

Rita Azevedo
De Paris

A possibilidade de ampliar o número de pessoas com acesso a seguros no país por meio de um produto popular que ofereça cobertura em casos de desastres climáticos é uma das principais ambições do setor segurador — especialmente após as enchentes no Rio Grande do Sul, ocorridas há um ano. Na França, um grupo de seguradoras brasileiras encontrou nesta semana uma experiência que passou a ser vista como exemplo em iniciativas desse tipo.

No país europeu, é possível contratar, por cerca de € três mensais, um seguro que protege imóveis contra eventos como terremotos e inundações. Com base na ideia do mutualismo, todos pagam a mesma taxa, independentemente de a pessoa ser mais ou menos exposta ao risco, afirmou Pedro Farme, presidente da Guy Carpenter, corretora de seguros e resseguros. “É claro que é uma realidade diferente da brasileira, mas é um exemplo de como podemos aumentar a população assegurada. É um modelo que não é subsidiado, não tem a presença do Estado, mas tem o incentivo do mutualismo, que o torna mais acessível”, disse.

“O desenho é parecido com o seguro catástrofe que defendemos no Brasil e mostra como o seguro pode ser barato se espalhado pela população”, afirmou Esteves Colnago, diretor de relações institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). A proposta de criação de um seguro social contra catástrofes começou a ser discutida com autoridades no ano passado e está entre as prioridades do setor em 2025.

O produto privado e de contratação compulsória serviria pa-



Farme: modelo francês não é subsidiado, mas tem o incentivo do mutualismo

ra fornecer indenização emergencial, de cerca de R\$ 5 mil, a vítimas de desastres como inundações e deslizamentos. A ideia é que o custo mensal do seguro fique entre R\$ 2 e R\$ 3, sendo cobrado via contas de serviços públicos, com isenção para beneficiários de programas sociais.

Na França, a penetração do seguro residencial chega a quase 97%, também devido à contratação obrigatória em alguns casos. No Brasil, esse índice é de aproximadamente 14%. No caso específico do Sul, apenas 10% dos imóveis afetados pelas enchentes tinham algum tipo de cobertura.

A ampliação da adesão aos seguros e o aprimoramento da maneira como os riscos são gerenciados estão entre os principais

“Não há espaço para fugir dos riscos climáticos. Eles estarão em todas as atividades”
Dyogo Oliveira

desafios impostos ao setor pela nova realidade climática. Os temas foram debatidos ontem, em Paris, durante um evento que reuniu executivos de seguradoras brasileiras e francesas.

“Não há espaço para fugir dos riscos climáticos. Eles estarão presentes em todas as atividades. Ou nos dedicamos a entender e participar das discussões ou correremos o risco de sermos excluídos das decisões de políticas públicas”, disse Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, durante o Fórum de Seguros Brasil-França.

Michèle Lacroix, responsável pela área de sustentabilidade da seguradora francesa SCOR, destacou que um dos primeiros impactos do aumento de desastres naturais é o encarecimento dos seguros. “O preço está relacionado com as projeções que podemos fazer. Por isso, precisamos enviar nossos esforços para poder medir as probabilidades dos danos. Também devemos pensar na mutualização. Se não houver isso, não poderemos ter preços equilibrados”, afirmou. “É fato que, se não houver danos, não haverá seguros, mas não podemos trabalhar com coisas que não podemos prever.”

A importância dessas previsões levou a Guy Carpenter a desenvolver um modelo específico para medir riscos climáticos no Brasil. “Fizemos um algoritmo para aquecimento global para ter um modelo probabilístico de como é hoje e de como será se a Terra aquecer de 1°C a 4°C”, disse Farme. O modelo cobre riscos de alagamentos, mas há planos para incluir incêndios e vendavais.

Outras instituições também se mobilizam para gerar dados que apoiem modelos de análise. No início de 2024, o IRB (Re) criou uma área dedicada exclusivamente à pesquisa e

desenvolvimento, com foco na análise de riscos climáticos.

Globalmente, um dos maiores temores do setor é que certas regiões se tornem “inseguráveis” — ou seja, que o risco se torne tão frequente, intenso ou imprevisível que as seguradoras não consigam mais precificá-lo de forma viável. Isso já aconteceu em partes da Califórnia e da Flórida, nos EUA, onde empresas deixaram de oferecer seguros residenciais devido ao aumento dos incêndios florestais e furacões.

Se do lado da França há um modelo de seguro para cobertura de desastres com ampla adesão, no Brasil, o exemplo que pode ser copiado é o desenvolvimento do open insurance, sistema de compartilhamento padronizado de dados dos clientes.

“Falamos muito de pontes construídas entre Brasil e França, mas no open finance e no open insurance estamos atrasados”, disse Jérôme Balmes, o diretor digital da France Assureurs, que reúne seguradoras francesas. “Na Europa, o Brasil é sempre usado como exemplo de sucesso de implantação.”

Alexandre Leal, diretor técnico e de estudos da CNseg, disse que há alguns pontos a que a França deve prestar atenção, como a necessidade de debater o tema com todos os agentes do setor antes das regras serem definidas. “É preciso um debate profundo com seguradores e com corretores, que no caso brasileiro não participaram da discussão”, afirmou.

Outro erro que não se deve cometer disse, é ver o open finance como uma cópia do open banking, o que ocorreu na construção do modelo brasileiro, na avaliação de Leal. “No fim, gastamos muito dinheiro, mas não vimos muitos resultados”, disse.

A repórter viajou a convite da CNseg

Acusado de fraude, Broedel perde cargo no Santander

Álvaro Campos
De São Paulo

O Santander Espanha escolheu Manuel Preto como novo chefe global de contabilidade. Essa era a vaga que seria ocupada por Alessandro Broedel, ex-vice-presidente financeiro do Itaú Unibanco que deixou o grupo brasileiro no ano passado para se juntar ao banco espanhol. Na realidade, Broedel nunca chegou a assumir o posto, pois logo na sequência de sua saída do Itaú o processo, acusando-o de cometer fraudes junto com o contador Eliseu Martins.

Segundo o Valor apurou, o comitê de nomeação do Santander indicou Preto para suceder José Doncel, que ainda estava no posto enquanto não havia uma definição sobre a situação de Broedel.

O executivo brasileiro se mudou para a Espanha há alguns meses e estava trabalhando no Santander em uma situação transitória. Porém, agora que o cargo foi ocupado por outro nome, não está claro qual será seu destino. Procurado, Broedel não se manifestou.

Anteontem, a Bloomberg havia noticiado que o futuro de Broedel no Santander era incerto e que o banco havia aberto um processo interno para buscar um novo chefe global de contabilidade.

O caso veio à tona em dezembro. O Itaú acusa de fraude o ex-CFO e Martins, um dos maiores especialistas em contabilidade do país, após identificar uma sociedade e transferências de recursos entre os dois que teriam beneficiado o ex-executivo.

Em janeiro, o Itaú entrou com uma ação indenizatória pedindo a devolução de R\$ 3,350 milhões que teriam sido passados ilegalmente de Martins para Broedel. Em março, em novo processo, solicitou o ressarcimento de R\$ 6,645 milhões por pareceres contábeis que diz não ter recebido.

Na semana passada, Martins fez um acordo para pagar R\$ 2,5 milhões ao Itaú e encerrar os processos contra ele e seus filhos, mas não assumiu nenhuma irregularidade, conforme noticiou o Valor. “Assinei um acordo judicial com o Itaú como forma de demonstrar a minha boa-fé e comprometimento com o devido esclarecimento dos fatos”, disse por meio de nota na ocasião.

Martins admitiu que tinha uma sociedade “de fato”, mas não “de direito”, com Broedel. O Itaú Unibanco mantém os processos contra o ex-CFO.

Bancos regionais atingem teto de emissão de LCD

Liane Thedim
Do Rio

Os bancos de fomento estão se mobilizando para pressionar o governo a elevar o limite anual de emissão de Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCDs). Em apenas uma operação de R\$ 146 milhões nesta semana, por exemplo, o Banco de Desenvolvimento de

Minas Gerais (BDMG) atingiu o teto permitido. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES) fez nova oferta na última sexta-feira, de R\$ 48,6 milhões, e atingiu o teto de R\$ 292,2 milhões.

Neste ano houve duas reuniões com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) para discutir uma revisão. A primeira foi em março, em Brasília, com o diretor

de regulação do Banco Central, Gilneu Vivan, com representantes dos bancos de fomento e da associação. No fim de abril houve novo encontro, desta vez com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, em São Paulo.

O projeto que criou a LCD, aprovado no Congresso em julho de 2024, previa que cada instituição poderia emitir até R\$ 10 bilhões anuais, mas o Conselho Mo-

netário Nacional (CMN) estabeleceu em novembro que a soma dos valores nominais não pode passar de 6,5% do patrimônio líquido. Segundo o BRDES, isso corresponde a cerca de R\$ 470 milhões para todos os bancos subnacionais somados (BRDES, BDMG e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, o BANDES). O Banco Nacional de Desenvolvimento

e Econômico e Social (BNDES) pode emitir até R\$ 10 bilhões.

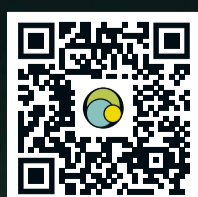
Em nota, o diretor-presidente do BRDES, Rinaldo Vieira Júnior, diz que é importante avançar na pauta, pois o limite atual restringe o potencial de impacto econômico e social das LCDs. “O apetite do mercado demonstra que há alta demanda pelas LCDs”, diz o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto.

O seu banco digital completo e com solidez de banco tradicional

Nota máxima pela **S&P**, uma das principais agências globais

CDB que rende **130%** do CDI

- Sem limite de valor
- Resgate quando quiser



Abra sua conta grátis e invista já



• **LIVE** “GREEN SKILLS”:
novas competências para o futuro do trabalho



05/06
das 11h20 às 12h30

Para pensar o futuro do trabalho é preciso pensar também o futuro do planeta. Por isso, o bom profissional de hoje já começa a desenvolver habilidades que contribuem na construção de um mundo sustentável. Entenda quais são essas competências e conheça as expectativas do mercado em uma conversa cheia de conteúdo com especialistas e empresários. Não perca.

Ricardo Gravina

Cofundador da Climate
Ventures



Marcello Souza

Gerente de Relações com o
Mercado do SENAI-SP



Walléria Sampaio

Gerente executiva de
Estratégia e Governança
da Sustentabilidade do
Banco do Brasil



Paulo Pianez

Diretor global de
Sustentabilidade da
BRF e da Marfrig



Vanessa Oliveira
(mediação)

Editora assistente
do Um Só Planeta



ONDE ACOMPANHAR: Instagram, LinkedIn, Facebook e Youtube do Um Só Planeta; Facebook e Youtube da Época Negócios

Acesse aqui e
assista à live



PATROCÍNIO

APOIO

PARCERIA

REALIZAÇÃO



GERDAU
O futuro se molda



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST



As linhas de defesa que restam para o seu dinheiro



Fernando Torres

A vida não está fácil para o brasileiro mexendo com o seu dinheiro. Se a tecnologia facilitou o acesso a crédito e a alternativas de investimento — e isso é uma ótima notícia —, ela ao mesmo tempo também permite que se tome decisões ruins “sem intermediários”. Em alguns casos, ainda há o que os reguladores possam fazer. Em outros, a última linha de defesa é a educação financeira e o apoio de agentes isentos para trazer luz para os riscos.

Começando pelo primeiro tipo de problema, trago o exemplo da surpresa que muitos tiveram na semana passada, quando o Banco Central divulgou as estatísticas de crédito e taxa de juros de abril e vimos que a taxa do consignado para os trabalhadores do setor privado aumentou após o lançamento do novo programa para o segmento. A taxa média saiu de 3,08% em março para 3,94% ao mês em abril.

Como se sabe, a tese do programa é a de que haverá redução dos juros cobrados, dado que ao mesmo tempo haverá mais facilidade tecnológica para o desconto em folha e redução do risco de inadimplência — tanto

pela automação de cobrança quanto pela garantia do FGTS.

Claro que não é possível avaliar o resultado do programa com base nos dados de apenas um mês. Mas o aumento da taxa nesse primeiro momento contrariou as expectativas.

E trago aqui uma hipótese para explicar o fenômeno. Lá no início de abril, quando foi possível fazer as simulações do novo consignado pelo aplicativo do FGTS, fiz um teste dizendo que queria um empréstimo de R\$ 10 mil para pagar em 24 parcelas. O app me disse que a taxa de referência para a operação era de 3,04% ao mês, o que resultaria num valor total a ser pago de R\$ 14.232,48.

Poucas horas depois, começaram a aparecer as ofertas de diversos bancos e financeiras para realizar a operação. Recebi ao todo cinco ofertas, sendo que a Caixa Econômica Federal tinha a taxa mais barata, com juros de 2,59% ao mês, e seguiu à risca o meu pedido: um empréstimo de R\$ 10 mil a ser pago em 24 meses.

Mas nem todas as ofertas tiveram esse padrão. Dois agentes ofereceram prazo de apenas 12 meses para pagamento e valores menores do que os R\$ 10 mil pedidos, um de R\$ 9,4 mil e outro de

R\$ 2,8 mil (já incluindo o IOF). E as taxas variando entre 3,62% e 4,5% ao mês, o que já era acima da referência.

Mas o que chamou mais a minha atenção foi uma oferta de R\$ 71.759 para pagamento em 30 meses e juros de 7,99% ao ano. Um valor mais de sete vezes maior do que eu havia pedido e taxas de juros no mesmo patamar de cheque especial.

Os bancos insistiram para que não houvesse teto para a taxa de juros nessa modalidade, confiando na competição para reduzir o custo. Para ajudar nisso, o aplicativo ordena as ofertas da mais barata para a mais cara, em termos de taxa de juros cobrada. Ou seja, se a instituição tivesse oferecido os mesmos R\$ 10 mil solicitados, por uma taxa de 7,99% ao mês, nenhum trabalhador iria escolher essa operação.

Mas fiquei pensando o que pode fazer uma pessoa desesperada, precisando muito de dinheiro, diante de uma oferta desse tipo. Um trabalhador de baixa renda que pede R\$ 1 mil e vê um banco lhe ofertar R\$ 7 mil? Lembrei-me de quando eu trabalhei numa agência bancária no início dos anos 2000 e via pessoas humildes sacando no caixa eletrônico todo o limite do cheque especial já no dia do

pagamento, estando “certos” de que aquele dinheiro era delas.

Será que dá para acreditar que todos têm educação financeira suficiente para lidar com essa situação/tentação?

Que tipo de alerta poderia haver para desincentivar o superendividamento nesse caso? (Trazer um selo de “radioativo” ao lado da oferta?) Qual a responsabilidade dos bancos, via autorregulação, ou do Banco Central, por meio de regulação, sobre isso?

Como dito no início, esse era o “problema fácil”, que pode ser tratado via regulação, ainda que uma das respostas possa ser agregar elementos de educação financeira durante o processo de contratação do empréstimo, que induzam a uma decisão mais consciente.

O segundo problema tem a ver com investimento, e este está cada vez mais distante do alcance dos reguladores, no caso o Banco Central e, principalmente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como se sabe, nessa seara eles lançam mão de diversas regras, como capital mínimo, responsabilização individual de diretores estatutários, exigência de transparência sobre estrutura operacional de distribuidores, elaboração de prospectos,

balanços auditados, cartas de conforto, isonomia de informações, entre tantas outras, para reduzir o nível de risco a que um investidor se sujeita ao colocar parte da poupança em um determinado investimento.

No mês passado, o Valor Investe publicou em primeira mão dados apontando o problema da oferta irregular de investimento em derivativos conhecidos como “contratos por diferença” (CFDs, na sigla em inglês) e Forex, para então a própria CVM divulgar vídeo de orientação sobre o tema, mas ao mesmo tempo reconhecer que está “enxugando gelo” quando emite ordens para suspender as ofertas dessas plataformas.

O que ocorre é que, com a internacionalização das ofertas (já que as páginas são hospedadas fora do país), pagamentos com cartões e contas internacionais e também criptomoedas, o alcance da regulação é limitado.

A última linha de defesa é a educação financeira, que em grande parte tem sido feita por influenciadores digitais da área. Muitos desses, porém, como se sabe, também carregam seus próprios conflitos de interesse.

Fernando Torres é editor-executivo do Valor
E-mail fernando.torres@valor.com.br

Pagamentos Ferramenta deve substituir o débito automático e também dará mais acesso a 60 milhões de pessoas que não têm cartão de crédito

Pix Automático amplia público e pode reduzir inadimplência

Álvaro Campos e Lais Godinho
De São Paulo

O Pix Automático foi lançado ontem pelo Banco Central (BC) com a perspectiva de reduzir a inadimplência para empresas em pagamentos recorrentes, além de reduzir custos e ampliar o acesso a produtos e serviços por brasileiros que não têm acesso a cartão de crédito — um público de 60 milhões de pessoas.

A ferramenta é uma alternativa ao débito automático, permitindo o pagamento recorrente de contas como energia, condomínio e academia. O cliente precisa autorizar uma única vez a operação, após receber um pedido do recebedor, para que os pagamentos ocorram sempre que houver uma nova cobrança. O pagador pode estabelecer limites de valores a ser debitados da sua conta e cancelar a operação programado até as 23h59 da véspera do vencimento.

O diretor de organização do sistema financeiro e de resolução do BC, Renato Gomes, afirmou que, além do benefício claro para as pessoas físicas, com a facilidade na gestão de contas do dia a dia, o Pix Automático terá impacto para empresas de vários tamanhos. Isso porque, para o débito automático

como é feito hoje, é preciso fazer um convênio com os bancos e, na prática, só as grandes companhias conseguem fazê-lo. “Esses acordos são custosos. Só as empresas grandes os realizam com bancos grandes. O Pix Automático vai permitir que as empresas menores tenham acesso a esse serviço”, disse.

De acordo com Gomes, a ferramenta vai contribuir para reduzir a inadimplência das empresas porque os clientes não vão mais esquecer de pagar suas contas. Se não houver saldo suficiente na conta no primeiro dia, as empresas poderão fazer até três novas tentativas de debitar o valor, em um período de uma semana. O cliente poderá escolher não usar o limite do cheque especial para contas cadastradas no Pix Automático.

Para marcar o lançamento, o BC realizou ontem um evento em São Paulo reunindo instituições financeiras, de pagamento, varejistas e até influenciadores.

A funcionalidade só começa a valer no dia 16, mas muitos participantes do mercado já estão desenvolvendo casos de uso. Os mais óbvios são serviços de streaming, academias e outros tipos de pagamentos recorrentes, mas também estão no radar outros segmentos.

A empresa americana de paga-

mentos FiServ, por exemplo, vai ter um “hub” onde o lojista cadastra os planos de Pix Automático. Segundo os representantes da companhia, o que não faltam são casos de uso, desde clubes de vinhos a petshops com planos de entrega periódica de ração.

Já a Linx, uma das líderes em softwares para o varejo, planeja disponibilizar o Pix Automático para mais de 26 segmentos.

No varejo, o lojista poderá cadastrar o Pix Automático do cliente no seu sistema e gerar um QR Code, para que o usuário leia com seu celular e, rapidamente, conclua a operação, dando seu consentimento. Será possível enviar o QR Code por e-

“Pix é o dinheiro que anda na velocidade do nosso tempo. [...] O Pix Automático vai ampliar o bem-estar”
Gabriel Galípolo



Gomes: ferramenta terá impacto para empresas de diversos portes, que poderão fazer cobranças recorrentes

mail, WhatsApp ou mesmo gerá-lo na maquininha de cartão.

Renata Daltro, vice-presidente da Cielo, disse que a companhia já mapeou quase 30 mil de CNPJs de escolas de ensino básico, dos quais 95% não usam pagamentos recorrentes. “No segmento de educação, as escolas têm em média uma taxa de inadimplência de 20% e estimamos que, com o Pix Automático, será possível reduzi-la entre 5% e 30%.”

Para Roberta Ribeiro, diretora de experiência do usuário digital da Globoplay, o Pix Automático deve ter uma jornada com menos fricção para o consumidor. “E vai ter uma abrangência muito maior do que o cartão, vamos conseguir chegar a usuários a que hoje não chegamos.”

Na abertura do evento, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, disse que o Pix é “o dinheiro que anda na velocidade do nosso tempo” e que o mecanismo “vai ampliar o bem-estar e a possibilidade de fazer negócios.

Para reforçar a segurança, o

Banco Central deve publicar nesta quinta-feira uma resolução exigindo que o nome que as empresas utilizarem no Pix Automático seja o mesmo cadastrado na base de dados da Receita Federal, de forma a reduzir o risco de fraudes. A ideia é que o usuário tenha certeza, ao assinar o termo de consentimento inicial, que não se trata de um golpe. Isso vai impedir que criminosos tentem alterar apenas uma letra e para se fazer passar por uma empresa conhecida do grande público.

Outra regra para coibir fraudes é que apenas empresas criadas há mais de seis meses poderão aderir ao Pix Automático.

Gomes, do BC, disse que o Pix Automático não representa apenas um avanço tecnológico, mas um compromisso do regulador com inovação, eficiência e inclusão financeira. “O Pix gerou uma revolução silenciosa nos pagamentos. Hoje, são 175 milhões de usuários cadastrados. Em 2024, 63% dos brasileiros usaram o Pix pelo menos uma vez ao mês.”

De acordo com o diretor de administração do BC, Rodrigo Teixeira, a autorização dos clientes será sempre clara, segura e revogável a qualquer momento pelo usuário. Já o diretor de regulação, Gilneu Vivan, disse que o open finance conversa com o Pix, tanto que foram desenvolvidas algumas APIs para auxiliar no Pix Automático. Isso vai permitir, por exemplo, que uma empresa que tenha uma base de clientes com Pix Automático cadastrada, possa trocar de banco parceiro sem perder essa base.

O evento foi realizado em parceria com a Zetta, associação que representa instituições financeiras e de pagamentos, como o Nubank. Eduardo Lopes, presidente da entidade, destacou a iniciativa do BC de consultar permanentemente as instituições financeiras para elaborar novas soluções para o sistema financeiro. “Esse processo é fundamental para que a gente consiga contribuir com políticas públicas e reguladoras”, disse.

Reforma de regra sobre fato relevante divide opiniões

Victoria Netto
Do Rio

Sob consulta pública na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) até 27 de junho, a reforma da regra que trata da divulgação de fato relevante (Resolução 44) por empresas divide opiniões quanto à sua real necessidade. A proposta define, pela primeira vez, o que é um comunicado ao mercado e quando ele deve ser utilizado, com uma lista de exemplos, além de manter a definição de fato relevante (FR). Para especialistas ouvidos pelo Valor, contudo, mais importante do que essa distinção é a proposta de dar mais prazo para a divulgação de participações relevan-

tes e de definir critérios para saber se o investidor quer influenciar o controle da empresa, também apresentada nessa consulta.

A professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Viviane Prado avalia que, embora a minuta traga a definição, ainda se baseia na negativa — define o comunicado como aquilo que não é fato relevante —, o que mantém a incerteza quanto à aplicação prática.

Prado destaca que a proposta reforça o papel do diretor de relações com investidores (DRI) na escolha entre FR ou comunicado, com base na relevância da informação e sua boa-fé. A CVM, no entanto, poderá punir uso inadequado. “Ou seja, mesmo que a decisão

seja feita pela empresa, será necessário acompanhar como os órgãos sancionadores interpretarão e aplicarão a norma na prática para entender os riscos envolvidos”, diz.

O ex-diretor da CVM e sócio da LK Law, Eli Loria, avalia que não há necessidade de diferenciação. “Toda informação que impacta o mercado deve ser tratada como relevante e divulgada de forma clara e uniforme”, diz. Loria critica o excesso de detalhamento nas normas da CVM, que pode gerar interpretações distintas, processos e custos “desnecessários” para empresas e para a autarquia. “Com a tecnologia atual e a possibilidade de divulgação via portal, essa diferenciação perdeu o sentido”.

Atualmente, as companhias devem divulgar seus fatos relevantes de forma digital, por meio do sistema da CVM, nos próprios sites e no site da entidade administradora onde seus valores mobiliários são negociados, como a B3. Isso foi possível a partir da Resolução CVM 44, de 2021, que eliminou a exigência de publicação em jornais impressos e no Diário Oficial.

O presidente da CVM, João Pedro Nascimento, reconhece que deve prevalecer a divulgação da informação apesar da forma, mas observa que são instrumentos distintos. “Quando você divulga um fato relevante durante o pregão, a bolsa pode até suspender a negociação dos papéis.

Quando divulga o comunicado ao mercado, o efeito é outro”, disse na semana passada. Na ocasião, afirmou que gostaria de antecipar para este ano a edição final da regra — na agenda de 2025, estava prevista apenas a consulta pública sobre o tema.

Para Marcelo Tourinho, sócio do Lefosse, o principal ponto é dar mais efetividade às declarações de aquisição de participação relevante (a partir de 5% das ações). Pela regra atual, todo investidor que atinge esse patamar deve comunicar imediatamente a posição, mesmo que não tenha intenção de influenciar o controle.

A minuta propõe flexibilizar esse ponto: investidores que decla-

rem não ter essa intenção terão até três dias úteis para comunicar sua posição ao diretor de RI. Uma eventual mudança de ideia só passará a valer após ao menos três meses da declaração anterior. “Muitas aquisições hostis foram feitas por pessoas que adquiriram participação dizendo que não pretendiam mexer no controle e depois fizeram.”

O diretor de relações com investidores da Factor Alimentos, André Vasconcellos, destaca que vai sugerir na consulta uma redução no prazo de comunicação sobre alteração de participação relevante para “small caps”, dada sua baixa liquidez. “Seria razoável que seja de um dia a outro para proteger o minoritário”, diz.

Supermercado é condenado a indenizar por abordagem vexatória de segurança

valor.globo.com/legislacao



O STJ e a exigência de inscrição no Cadastur

E2

Derrubada lei sobre uso de faixas de ônibus

valor.globo.com/legislacao



Valor E

Quinta-feira, 5 de junho de 2025

Legislação & Tributos SP

Trabalhista Pesquisa realizada na FGV, com base em 651 decisões de tribunais regionais do trabalho, revela que 21 delas ampliam o conceito brasileiro

Judiciário usa norma da OIT para enquadrar mais casos como assédio

Luiza Calegari
De São Paulo

Apesar de o Brasil ainda não fazer parte da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 190 — que busca eliminar a violência e assédio no mundo do trabalho —, o Judiciário brasileiro tem, cada vez mais, mencionado o documento em decisões trabalhistas. Em ao menos 21 de 651 acórdãos proferidos por tribunais regionais do trabalho (TRTs), a norma da OIT foi usada para enquadrar mais situações como assédio moral ou sexual no trabalho, segundo a pesquisa “Impactos da Convenção nº 190 da OIT no direito brasileiro”.

De autoria do Grupo de Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento (GPTD) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), esse levantamento concluiu que no ano de 2019, quando a convenção da OIT foi promulgada, 14 decisões judiciais no país a citaram. Já em 2023, ao começar o processo de ratificação, o volume de acórdãos mencionando a norma subiu para 276. No ano passado, foram mais 396 menções pela segunda instância trabalhista.

O Congresso ainda analisa a ratificação da convenção. Se isso ocorrer, na prática, a norma se tornará, para o país, uma obrigação internacional. Atualmente, a ratificação tramita na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Os precedentes judiciais que citam a convenção se concentram, majoritariamente, nos TRTs do Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, Estados que concentram dois terços das decisões analisadas. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), há apenas oito decisões, mas o estudo explica que, em sede de recurso de revista, a possibilidade de citar fundamentos não abordados nas instâncias inferiores é bastante limitada.

“A ratificação pode influenciar uma reinterpretação da prática do assédio”
Luciana G. Fogarolli

Na maioria dos casos, as decisões analisadas mencionam a convenção, mas essa menção não interfere para ampliar a caracterização da violência no processo. Um dos 21 casos em que a norma da OIT teve relação direta com a expansão conceitual de assédio é do TRT do Rio Grande do Sul. A Corte gaúcha reconheceu como assédio moral a ameaça de demissão na presença de outros empregados (processo nº 0020884-70.2022.5.04.0025).

Segundo Olívia Pasqualetto, coordenadora da pesquisa, essa ex-

pressão do conceito é uma das formas mais significativas pelas quais a adoção da Convenção 190 está influenciando o Direito brasileiro. No Brasil, o assédio sexual é tipificado no artigo 216-A do Código Penal. Mas o assédio moral não tem previsão legal específica e é definido, na maioria das vezes, pela doutrina e jurisprudência.

“A adoção dos critérios trazidos pela Convenção 190 mostra que existe uma espécie de lacuna no Direito trabalhista, e evidencia que falta essa definição nas normas internas do país”, afirma.

Em outro caso levantado no estudo, a Convenção 190 foi usada para configuração de assédio sexual a partir de um único ato grave, dispensando o requisito de reiteração da conduta, que é amplamente debatido na doutrina e na jurisprudência. No episódio, um colega deu um tapa nas nádegas de outra trabalhadora, o que, segundo o TRT de Campinas (SP), é suficiente para reconhecimento do dano extrapatrimonial (processo nº 0010075-72.2023.5.15.0124).

Luciana Guerra Fogarolli, advogada trabalhista do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, destaca que essa perspectiva mais ampla trazida pela convenção pode mudar a forma como o assédio moral é tratado na jurisprudência. “Se a convenção for ratificada e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, poderá influenciar uma reinterpre-



Olívia Pasqualetto: adoção dos critérios trazidos pela OIT mostra que há uma espécie de lacuna no direito trabalhista

tação da prática do assédio moral, abrindo espaço para que condutas isoladas, mas gravemente lesivas, também sejam enquadradas no seu conceito”, diz.

De acordo com a pesquisa, uma das principais inovações da convenção foi reconhecer que o assédio moral pode ser direcionado a trabalhadores independentemente da natureza jurídica do contrato. Incluem-se, portanto, estagiários e aprendizes, voluntários, candidatos e ex-trabalhadores, ou qualquer pessoa que exerça função de empregador nos setores público e privado, na economia formal e informal, em áreas urbanas e rurais.

Nesse sentido, o grupo de trabalho destacou um acórdão que reconheceu o assédio moral praticado contra um estagiário, que não tem vínculo de emprego, mas educacional. Com base na Convenção 190, o TRT do Rio Grande do Sul entendeu que esse tipo de relação também enseja o respeito aos princípios da dignidade e da saúde no ambiente de trabalho (processo nº 0020331-46.2022.5.04.0373).

Segundo Olívia, essas especifi-

cações “tiram um pouco da dificuldade de enquadramento das práticas de assédio e violência que são difíceis de ser identificadas”. “Se a convenção for mesmo ratificada, esse escopo vai ser ampliado, que é algo a que não estamos muito acostumados no Direito brasileiro, mas será uma consequência possível.”

Por fim, a Convenção da OIT também embasou um acórdão do TRT do Mato Grosso do Sul, que manteve a demissão por justa causa de um empregado por ato obsceno feito no alojamento fornecido pelo empregador. Em conformidade com a convenção, os magistrados entenderam que o alojamento era um prolongamento do ambiente de trabalho (processo nº 0024417-71.2023.5.24.0081).

Esse entendimento reflete a ampliação do conceito de meio ambiente do trabalho trazida pela convenção da OIT. Ela abrange deslocamentos, viagens, treinamentos, eventos ou atividades sociais relacionadas ao trabalho, bem como em comunicações relacionadas ao trabalho e facilitadas pela tecnologia da informação, em alojamentos e

durante o trajeto casa-trabalho.

Apesar das inovações, o estudo pondera que a adoção dos conceitos da convenção ainda é tímida diante do volume de processos trabalhistas. Só em 2024, segundo o TST, foram mais de 4 milhões de ações, o maior volume em 15 anos.

Especialistas em Direito do Trabalho ressaltam que a adoção de conceitos de normas internacionais não é comum na prática judicial brasileira. Luciana Fogarolli explica que essa incorporação costuma ocorrer como reforço argumentativo nas decisões, “desde que os instrumentos sejam compatíveis com os princípios constitucionais e sem contrariar o ordenamento jurídico vigente”.

Para Maria Fernanda Redi, sócia do HRSA Sociedade de Advogados, mesmo que a convenção não venha a ser ratificada, as decisões ainda se sustentam. “A não ratificação seria uma perda de oportunidade de comprometer o Brasil com as iniciativas educacionais e informativas da convenção que visam a prevenção, porque na perspectiva da repressão jurídica, penal e indenizatória, a legislação brasileira já está bastante avançada”, diz.

TIT segue STF e livra contribuinte de ICMS

Arthur Rosa
De São Paulo

Uma fabricante de eletroeletrônicos conseguiu, na Câmara Superior do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) de São Paulo, derrubar cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre filial em São Paulo e a matriz em Manaus. Os juízes aplicaram a modulação de efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou o fim da exigência do imposto estadual nas operações, de um Estado para outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte, a partir do ano de 2024 (ADC 49).

No caso, a fabricante foi autuada por erro na aplicação da alíquota interestadual do ICMS em transferências aos Estados do Amazonas e Minas Gerais. Adotou 4%, com base na Resolução nº 13, de 2012, do Senado Federal, para operações com mercadorias importadas. Para a fiscalização, porém, o tributo deveria ser calculado às alíquotas de 7% ou 12% — para saídas com destino aos Estados do Amazonas e Minas Gerais, respectivamente.

Na Câmara Superior do TIT, apesar de ter recolhido o imposto estadual, o contribuinte defendeu a aplicação do precedente do Supremo. Em 2021, os ministros declararam inconstitucional a cobrança do



“Chama a atenção a dificuldade do tribunal para seguir a jurisprudência”
Eduardo Salusse

ICMS na transferência de mercadorias, de um Estado para outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte e, dois anos depois, modularam os efeitos da decisão.

Pela modulação, o entendi-

mento vale a partir do exercício financeiro de 2024, exceto para processos administrativos ou judiciais pendentes de julgamento até 29 de abril de 2021, data da publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 — o que incluiria o caso da fabricante de eletroeletrônicos.

Na decisão, o relator do caso, Carlos Americo Domeneghetti Badia, destaca que “a ressalva da aplicabilidade imediata para os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito se amolda ao caso presente, já que o AIRM [Auto de Infração e Imposição de Multa] foi lavrado em 9 de dezembro de 2019 e até o momento não foi definitivamente avaliado”.

O relator, em seu voto, acolheu parcialmente o recurso do contribuinte. Levou em consideração que nem todas as operações impugnadas se deram entre estabelecimentos da fabricante de eletroeletrônicos. Haveria remessas ao Estado de Minas Gerais, para clientes. “Correta a cobrança da diferença apurada entre essas alíquotas e as aplicadas nos documentos fiscais emitidos pela autuada”, diz ele no voto, limitando, porém, os juros sobre a cobrança aos patamares da Selic.

A defesa do contribuinte preten-

de recorrer ao Judiciário para manter a alíquota de ICMS aplicada. De acordo com o advogado Pedro Decimartini, do Souto Correa Advogados, há como comprovar, a partir de documentos da época, que os requisitos para a adoção do percentual de 4% foram cumpridos. Pela Resolução nº 13, de 2012, do Senado, a alíquota de 4% não vale para bens e mercadorias importados que não tenham similar nacional.

“Apesar da vitória quanto à aplicação da ADC 49 ao caso, o Fisco considerou erroneamente que as mercadorias não têm similar nacional e, no Judiciário, será possível comprovarmos que a alíquota aplicada condiz com os produtos”, afirma.

Para Caio Cesar Nader Quintella, sócio de Nader Quintella Advogados, a decisão da Câmara Superior do TIT “é um excelente precedente, acertado, que mostra de maneira exemplar a integração entre o controle concentrado do Poder Judiciário e os tribunais administrativos”.

“Não existe outro melhor meio e nem menos oneroso do que a utilização do processo administrativo tributário para reduzir o contencioso antes mesmo de chegar ao Poder Judiciário”, diz o advogado.

O que chama a atenção, segun-

do Marangoni Parente e Jabur Advogados, é a dificuldade do tribunal administrativo para seguir a jurisprudência pacificada no Judiciário. “Esse tema já havia sido definido por meio da Súmula 166 do Superior Tribunal de Justiça, em 1996, embora não possuísse efeitos vinculantes, até por ter sido expedida em época de vigência do Código de Processo Civil anterior”, diz o tributarista.

Salusse afirma que há vários exemplos dessa postura, como esse caso específico e também da constitucionalidade da cobrança de juros acima da taxa Selic. “A própria Procuradoria Geral do Estado expediu normas dispensando a contestação ou apresentação de recursos em processos judiciais sobre esses temas, haja vista terem sido pacificados no Judiciário”, diz. “Mas, mesmo assim, os tribunais administrativos insistiram em contrariar o entendimento por muitos anos, mantendo os autos de infração.”

Ele lembra que os casos envolvendo a transferência de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte estavam represados no TIT e somente agora decidiu-se aplicar o tema da ADC 49. “O controle de legalidade pelos tribunais administrativos é essencial para uma jurisdição mais célere e efetiva.”

Destaque

Correção de dívida civil

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, admitiu recurso extraordinário contra acórdão da Corte Especial que, por maioria, estabeleceu que a taxa Selic deve ser usada para correção das dívidas civis. O caso segue agora para análise do Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento foi finalizado pela Corte Especial em agosto de 2024. Seguindo voto do ministro Raul Araújo, o colegiado considerou que o artigo 406 do Código Civil de 2002 deve ser interpretado no sentido de que a Selic é a taxa de juros de mora aplicável às dívidas de natureza civil, por ser o índice em vigor para a atualização monetária e para a mora de pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. Em sua decisão, Luis Felipe Salomão apontou que, considerando os votos da posição minoritária no julgamento da Corte Especial, é plausível a alegação da parte recorrente no sentido de que o uso da taxa Selic na correção das dívidas civis, dependendo da metodologia utilizada no cálculo (soma dos acumulados mensais ou multiplicação dos valores diários), pode representar a corrosão do valor integral do débito, o que ofenderia o princípio constitucional da reparação integral do dano (REsp 1795982).

Legislação&Tributos SP

O STJ e a exigência de inscrição no Cadastur

Opinião Jurídica

Ilan Gorin e Alexandre Christof Gorin

Estamos a poucos dias da possível conclusão do julgamento do recurso repetitivo sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que trata da legalidade da exigência de prévia inscrição no Cadastur, o cadastro do Ministério do Turismo. A retomada do julgamento está pautada para o dia 11, quando o ministro Gurgel de Faria poderá apresentar seu voto-vista em contraponto ao voto da relatora, ministra Maria Thereza, que entendeu ser legítima a exigência, com base em interpretação literal do benefício fiscal, conforme o artigo 111 do Código Tributário Nacional (CTN) — entendimento exposto no resumo lido antes da suspensão da sessão de 9 de abril por pedido de vista.

O Perse foi criado em 2021, no auge da pandemia, para compensar os setores mais afetados. A lei instituidora (nº 14.148/2021) foi clara: o benefício fiscal se destinava a empresas que exerciam atividades de eventos e turismo, inclusive prestadores de serviços turísticos, conforme definidos no artigo 21 da Lei do Turismo (nº 11.771/2008). Esse ponto é crucial, pois o parágrafo único do artigo 21 trata o Cadastur como facultativo para a maioria dessas

atividades, como restaurantes, bares, locadoras de veículos para turistas, entre outras.

Ainda assim, a Portaria ME nº 7.163/2021 exigiu o Cadastur prévio para essas empresas, possivelmente com base em uma leitura que priorizou o artigo 22 da mesma Lei do Turismo — este, sim, fala em obrigatoriedade. Ocorre que a Lei do Perse mencionou expressamente o artigo 21, e não o artigo 22. O parágrafo único do artigo 21 foi incluído por emenda legislativa justamente para tornar facultativo o registro de diversas atividades, enquanto o artigo 22 permaneceu incorretamente sem atualização.

A antinomia é evidente. Mas a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) oferece a solução: deve prevalecer o dispositivo mais específico e mais recente — nesse caso, o parágrafo único do artigo 21. Assim, a exigência de Cadastur não se sustenta. Como declarou a deputada Renata Abreu (PODE-SP), relatora da lei original do Perse e também da recente Lei nº 14.859/2024, “uma portaria não poderia fazer uma exigência sem que a lei o fizesse”.

E há mais. Se a exigência de inscrição prévia no Cadastur por meio de portaria fosse claramente válida, o Poder Executivo não teria incluído

essa exigência em medidas provisórias ou projetos de lei posteriores — como o que originou a Lei nº 14.859/2024, que fixou novos marcos temporais. O Manual do Cadastur, editado pelo Ministério do Turismo em 2011, também atesta a facultatividade do registro para diversas atividades, inclusive aquelas listadas no Anexo II da Portaria nº 7.163. Fica claro: o benefício original, tal como aprovado, não exigia o Cadastur.

Além disso, há uma flagrante desconexão com a justificativa da Emenda Modificativa nº 4, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que inseriu o turismo na Lei do Perse. Segundo ela: “Em apenas oito meses de pandemia, estimou-se que o setor do turismo no Brasil já havia perdido R\$ 51,5 bilhões em faturamento”. Em 2021, havia 16 mil bares e restaurantes inscritos no Cadastur — frente a mais de 1 milhão em operação no país. Entre locadoras de veículos ao turista, havia cerca de 2 mil registradas em um universo de 20 mil. O prejuízo mencionado jamais poderia ser atribuído a apenas 1,5% dos bares e restaurantes e 10% das locadoras, somados a frações igualmente pequenas de outros setores beneficiados. A exigência de inscrição, se aplicada retroativamente, criaria uma exclusão em massa,

completamente dissociada da realidade econômica e da intenção do legislador.

Condicionar o benefício fiscal ao Cadastur também afronta o princípio da isonomia: dois restaurantes idênticos, com o mesmo CNAE, sendo que apenas um tem registro no Cadastur, teriam tratamento tributário distinto — o que viola o sistema constitucional tributário brasileiro.

Para ilustrar a fragilidade da exigência, vale citar o caso dos hotéis, que sempre estiveram expressamente obrigados ao Cadastur conforme o caput do artigo 21 da Lei do Turismo. Ainda assim, na data da edição da Lei do Perse, 13 anos depois da vigência da norma, apenas 16.761 dos 31 mil hotéis existentes no país estavam registrados. Como então exigir o registro de quem sequer era obrigado como condição para a compensação de prejuízos causados pela pandemia?

O artigo 111 do Código Tributário Nacional, que impõe interpretação literal a normas de benefício fiscal, deve ser respeitado — mas conjugado com o princípio da legalidade, da hierarquia normativa e da separação entre os poderes. Sua aplicação deve recair sobre a lei, e não sobre uma norma infralegal que a contradiz.

Nesse momento, a questão está nas mãos do STJ, no Tema 1.283, que impacta milhares de

atos judiciais. Espera-se que o voto do ministro Gurgel de Faria, que deverá ser proferido no dia 11, represente um ponto de inflexão. Mais do que um embate técnico, está em jogo a segurança jurídica de empresas que, em meio ao caos da pandemia, confiaram na lei para manter suas atividades deficitárias em funcionamento.

Propusemos também, na qualidade de um dos advogados do recurso repetitivo, que sua abrangência fosse ampliada para contemplar outras controvérsias relevantes: o reconhecimento do Perse como benefício subjetivo, com aplicação sobre todo o faturamento; a inclusão dos CNAEs das atividades indiretas, de forma a alcançar as cadeias de valor; e a garantia da irredutibilidade dos benefícios ao longo dos cinco anos. Assim, ao ser acolhida a questão de ordem, não apenas se encerraria a controvérsia sobre a exigência do Cadastur, mas se daria um desfecho definitivo a todas as discussões em torno do programa.

Ilan Gorin e Alexandre Christof Gorin são sócios da Gorin Advocacia

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

PROCESSO Nº 024.00071221/2024-61
INTERESSADO: COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE DISPOSITIVOS PERIFÉRICOS.

Trata-se de procedimento licitatório, a ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, objetivando o Registro de Preços para Contratações Futuras e Eventuais de Dispositivos Periféricos.

Informamos que, após a divulgação do Edital do **PERP 90014/2025**, recebemos pedido de esclarecimento da empresa **ACÁCIA MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, e foi detectado que os itens 07 e 11 constou como participação exclusiva, em desacordo com o Edital, razão pela qual se faz necessária a reapresentação do Edital. **Neste sentido, fica transferida a data de abertura da sessão pública para o dia 17/06/2025, às 09:00 horas.**

Destas forma, a data do início do prazo de envio da Proposta Eletrônica fica alterada para o dia **05/06/2025**, podendo os interessados em participar do certame, acessar o site www.gov.br/compras.

O edital com a devolução dos prazos encontra-se disponível no site <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, e na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar nº 188 - 2º andar, Jardim América - SP - Capital, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE ADIAMENTO

SEI: 387.00002040/2025-38 – PG 10.50.018 – Licitação nº 018/2025 – Contratação de empresas ou consórcios de empresas para execução de obras e serviços de engenharia para construção de 4.691 unidades habitacionais e demais serviços, divididas em 75 empreendimentos agrupados em 15 lotes, em diversas Regiões Administrativas no Estado de São Paulo.

A CDHU comunica o adiamento da data de recebimento e abertura dos envelopes para **17/06/2025** às 10 horas, e a alteração do local para Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 2º Subsolo – Auditório, Centro, São Paulo/SP, devido à necessidade da nomeação de uma Comissão Especial de Licitações.

Pedido de esclarecimentos até **10/06/2025**.

CDHU Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação **SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO**

LWSA S/A
Companhia Aberta com Capital Autorizado - CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da LWSA S/A (“Companhia”) para a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a ser realizada em 25 de junho de 2025, às 15:00 horas, exclusivamente de forma digital, possibilitando a participação dos Acionistas por meio da Plataforma Digital Zoom, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”) para deliberar sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: (i) Apreciação e aprovação do 3º (terceiro) Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1. Documentos à disposição dos Acionistas:** Todos os documentos e informações relacionados à matéria referida acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://lwsa.tech>), bem como nos websites da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br), nos termos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e na Resolução CVM 81. 2. Participação dos Acionistas na AGE e demais informações: A Companhia informa que a decisão de realizar a AGE em formato exclusivamente virtual foi tomada considerando a ampla dispersão geográfica de seus acionistas, o que poderia dificultar ou impedir a participação presencial de muitos deles. Além disso, o formato virtual permite uma maior conveniência e acessibilidade, facilitando a participação remota de acionistas de forma prática e segura. Poderão participar virtualmente da AGE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto à distância (“BVD”), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do BVD disponibilizado pela Companhia. O Acionista ou seu representante legal que optar por participar virtualmente da AGE deverá enviar requerimento solicitando o link de acesso à Plataforma Digital Zoom (observado o prazo indicado abaixo) e apresentar documento que comprove sua identidade no momento da AGE. Os Acionistas que optarem por participar da AGE diretamente ou por procurador devidamente constituído, de forma virtual por meio da Plataforma Digital Zoom, deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: (i) um documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) o último estatuto ou contrato social consolidado válido e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is), caso o Acionista seja pessoa jurídica; (iii) o último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social válido do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) da AGE para participar virtualmente da AGE e dos documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por Acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas Credenciados ou seus procuradores e representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista Credenciado não receba o convite individual para participação na AGE com até 4 (quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGE, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 11 3544-0479 com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGE para que seja enviado o convite e, caso o acesso do Acionista não se realize por meio de seus respectivos agentes de custódia, central depositária da B3, do escritório das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no BVD a ser disponibilizado pela Companhia. A despeito da possibilidade de participar e votar na AGE via Plataforma Digital Zoom, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação, a Companhia recomenda aos Acionistas que seja dada a preferência ao BVD para fins de votação na AGE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede de internet dos computadores dos Acionistas prejudique o exercício do seu direito de voto na AGE. São Paulo, 04 de junho de 2025.

Ricardo Gora - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90166/2025.
Nº Processo: 024.00051708/2025-16.
Objeto: Aquisição de Seringas, Luvas e Outros, para Atendimento das Demandas Judiciais.
Total de Itens Licitados: 06 (seis).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 05/06/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
Entrega das Propostas: A partir de 05/06/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 17/06/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU
C.N.P.J. 47.865.597/0001-09 - NIRE 3530003189-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se cumulativamente no dia 10 de Junho de 2025, às 11:00 horas na sede social, à Rua Boa Vista, n.º 170, 13º andar, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

I - Em Assembleia Geral Ordinária

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
2. Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
3. Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários;

II - Em Assembleia Geral Extraordinária

1. Aumento do Capital Realizado e Autorizado, com as consequentes alterações no Artigo 3º do Estatuto Social;
2. Alterações e Consolidação ao Estatuto Social;
3. Outros assuntos de interesse da Companhia.

GERALDO FERREIRA DE PAULA EDUARDO
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CDHU Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação **SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO**

SP

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP
CNPJ 62.577.929/0001-35
AVISO AOS ACIONISTAS

A COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP comunica aos senhores acionistas, na forma do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.303/2001, que a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia será realizada no dia 10 de junho de 2025, às 11h, encontrando-se à disposição, em sua sede social, localizada à Rua Agueda Gonçalves, nº 240, no Município de Taboão da Serra, das 8h às 17h, os documentos de eleição de membro do Conselho Fiscal da Companhia e demais documentos pertinentes. A documentação mencionada poderá ser solicitada no formato digital à Coordenadoria de Escritório de Governança da PRODESP (governancaprodesp@sp.gov.br).

Taboão da Serra, 02 de junho de 2025

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP convocados para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 10 de junho de 2025, às 11 horas, na sede social da companhia, localizada na Rua Agueda Gonçalves, nº 240, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Item 01 - Eleger membro do Conselho Fiscal.
Item 02 - Ratificar a eleição de membro para o Conselho de Administração.
Item 03 - Outros assuntos de interesse da Sociedade.

GILENO GURJÃO BARRETO
Diretor-Presidente da PRODESP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

Prodesp

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF: 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, hora, local: 05.05.2025, 14h, na sede Avenida Nicolai Benardski, nº 2.000, São Bernardo do Campo/SP. Convocação: por meio do Edital de Convocação transmitido por via eletrônica aos conselheiros no dia 28.04.2025. Presença: os membros em exercício do Conselho de Administração, Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos e Décio Carbonari de Almeida que participaram da reunião por meio de vídeo conferência. Os Srs. Fernando Luiz Schettino Moreira, Evandro Luiz Coser, Orlando Machado Júnior e Mário Sérgio Moreira Franco, enviaram antecipadamente seus votos por escrito, os quais se encontravam sobre a mesa dos trabalhos. Mesa: Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos; Secretário: Décio Carbonari de Almeida. **Deliberações aprovadas:** Foi feita apresentação acerca das Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31.03.2025. Após análise e discussão, os conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, manifestaram-se favoravelmente à divulgação das Informações Trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2025. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo, 05.05.2025. Conselho de Administração: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos; Fernando Luiz Schettino Moreira; Décio Carbonari de Almeida; Evandro Luiz Coser; Orlando Machado Júnior; e Mário Sérgio Moreira Franco. JUCESP nº 175.527/25-R em 28.05.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Sétima Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 294ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 294ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Securitizadora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 294ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em 1ª convocação para a Sétima Assembleia Geral dos Titulares dos CRI (“AGT”), a ser realizada no dia 05 de agosto de 2025 às 16:00 horas, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados a reunirem-se em 2ª convocação para a AGT, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2025 às 16:00 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams (“link”), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do “voto” está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente fiduciário, nos seguintes e-mails: auditoria.br@bscsp.com.br e at.assembleias@braziliantrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes; (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhando o documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal, ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes; (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 02 de junho de 2025

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) que será realizada no dia 04 de julho de 2025, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 - 2º mezanino, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) FIXAR o número de membros que irão compor o Conselho de Administração; (b) ELEGER 1 (um) novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia; e (c) Em razão do deliberado no item anterior, CONFIRMAR a composição do Conselho de Administração da Companhia. **Observação para participação e voto durante a realização da Assembleia:** Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia por qualquer das formas abaixo: **Presencialmente** - Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGE munidos dos documentos hábeis de identidade. Na hipótese de representação de acionista por procurador, os acionistas deverão depositar na sede social da Companhia (endereço referido abaixo), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGE, instrumento de mandato outorgado na forma da Lei; **Por Boletim de Voto a Distância** - a Companhia implementou o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81/22, possibilitando que nossos Acionistas enviem boletins de voto a distância diretamente à Companhia, ao escriturador ou por seus respectivos agentes de custódia, conforme procedimentos descritos no Manual de Participação da Assembleia Geral. Na forma prevista no artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM nº 81/22, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM nº 59/21 e 204/24, a Companhia entende que a realização presencial da AGE permite um ambiente de maior proximidade entre os acionistas e a administração da Companhia presente, facilitando o esclarecimento de dúvidas e a discussão de assuntos relevantes e possibilitando um ambiente propício para deliberações e tomadas de decisão. Além disso, garante maior segurança na transmissão das informações, evitando riscos associados a falhas técnicas ou cibernéticas. Nesse sentido, a Companhia recomenda e fomenta a participação de seus acionistas em suas Assembleias, fazendo uso dos diversos canais de participação disponibilizados, seja pelo uso dos instrumentos de voto a distância, pelos meios eletrônicos disponíveis ou ainda pelo envio de votos escritos à Companhia ou outorga de procurações padronizadas com orientação de voto, conforme instruções disponibilizadas na Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 04 de junho de 2025. **Informações Adicionais 1.** Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/22, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração; 2. Conforme disposto no § 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e art. 4º da Resolução CVM nº 70/22, a instalação do Conselho Fiscal pela Assembleia Geral deverá ocorrer a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito de voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito de voto; e 3. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Vtorre JK, 9º andar - Departamento Jurídico Societário, onde poderão ser consultados, em dias úteis, no horário das 10:00 até às 16:00 horas, e também em seu website (www.ri.santander.com.br - em Governança Corporativa >> Atas de Reunião e Assembleia); (ii) no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e (iii) no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). São Paulo, 03 de junho de 2025.

Deborah Stern Veitias
Presidente do Conselho de Administração

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

Valor 25 ANOS | **100 ANOS DE GLOBO**